

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

DÉBORA REGINA SERTORI

Complexo de Édipo e Adolescência: Reflexos Psicossociais

BAURU

2023

DÉBORA REGINA SERTORI

Complexo de Édipo e Adolescência: Reflexos Psicossociais

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências, UNESP-Bauru, sob a orientação do Prof. Dr. Érico Bruno Viana Campos.

BAURU

2023

S489c Sertori, Débora Regina
Complexo de Édipo e adolescência : reflexos
psicossociais / Débora Regina Sertori. -- Bauru, 2023
133 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientador: Érico Bruno Viana Campos

1. Psicanálise e Cultura. 2. Psicologia do adolescente. 3.
Édipo, Complexo de. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO ESPERADO DA PESQUISA

Esta pesquisa espera impactar positivamente a sociedade por meio de reflexões teóricas que visam embasar a prática de profissionais que lidam com adolescentes, seja no contexto clínico ou institucional. Pretende, assim, contribuir especificamente com dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas no Brasil: garantir uma educação de qualidade e igualdade de gênero para todos e todas.

EXPECTED RESEARCH IMPACT

This research hopes to positively impact society through theoretical reflections that aim to support the practice of professionals who deal with adolescents, whether in the clinical or institutional context. It thus intends to specifically contribute to two of the United Nations Sustainable Development Goals in Brazil: ensuring quality education and gender equality for all.

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL
PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DEBORA REGINA SERTORI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 29 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 10:00 horas, no(a) Google Meet, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de DEBORA REGINA SERTORI, intitulada **Complexo de Édipo e Adolescência: Reflexos Psicossociais**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ERICO BRUNO VIANA CAMPOS (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Unesp / Campus de Bauru (Faculdade de Ciências), Profa. Dra. THÁSSIA SOUZA EMÍDIO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/FCL - Assis/SP, Profa. Dra. PATRICIA PORCHAT PEREIRA DA SILVA KNUDSEN (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências UnespCampus de Bauru. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. ERICO BRUNO VIANA CAMPOS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todo (o) mundo que encontrei em minha jornada até aqui. Ser quem se é só é possível quando a vida nos agracia com esses (às vezes não tão) belos encontros.

Ao Érico, que há quase uma década me escuta e orienta pacientemente. Obrigada por me ajudar a organizar as ideias que também há muito pulsam por aqui.

À minha família, pelo suporte e pela presença, que assim me permitiu escolher meus próprios caminhos.

Às amigas e aos amigos queridos, pelo incentivo e por me acompanharem nas pausas necessárias para os cafés, vinhos, conversas e músicas.

À banca, Patrícia e Thássia, por se disponibilizarem à leitura cuidadosa e atenta do meu trabalho. Agradeço também a Josi, Dani e Pedro, que igualmente se dispuseram a estar presentes neste momento.

Por fim, agradeço a todos com quem pude compartilhar minha história, e também àqueles que confiaram em mim para a escuta da sua.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*Tenho andado distraído
Impaciente e indeciso
E ainda estou confuso, só que agora é diferente
Estou tão tranquilo e tão contente*

*Quantas chances desperdicei
Quando o que eu mais queria
Era provar pra todo o mundo
Que eu não precisava provar nada pra ninguém*

*Me fiz em mil pedaços pra você juntar
E queria sempre achar explicação pro que eu sentia
Como um anjo caído, fiz questão de esquecer
Que mentir pra si mesmo é sempre a pior mentira*

*Mas não sou mais tão criança
Oh, oh
A ponto de saber tudo*

*Já não me preocupo se eu não sei por que
Às vezes, o que eu vejo, quase ninguém vê
E eu sei que você sabe quase sem querer
Que eu vejo o mesmo que você*

*Tão correto e tão bonito
O infinito é realmente um dos deuses mais lindos
Sei que às vezes uso palavras repetidas
Mas quais são as palavras que nunca são ditas?*

*Me disseram que você
Estava chorando
E foi então que eu percebi
Como lhe quero tanto*

*Já não me preocupo se eu não sei por que
Às vezes, o que eu vejo, quase ninguém vê
E eu sei que você sabe quase sem querer
Que eu quero o mesmo que você*

(Legião Urbana – *Quase sem querer*)

SERTORI, Débora Regina. **Complexo de Édipo e adolescência**: reflexos psicossociais. 2023. 133f. Dissertação (Mestra em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2023.

RESUMO

Nesta dissertação, apresenta-se uma análise do complexo de Édipo como um componente intrínseco ao desenvolvimento psicossocial. Especial atenção é dada ao período da adolescência, que desempenha um papel fundamental na formação da identidade. A pesquisa investiga a maneira pela qual o complexo de Édipo atua como um fio condutor, conectando o sujeito à cultura e guiando suas jornadas de desenvolvimento. O conceito de Édipo foi inspirado na tragédia de Sófocles e foi elaborado por Freud nos estágios iniciais da psicanálise. Esse conceito desempenhou um papel central na compreensão da constituição subjetiva. Um aspecto destacado por Freud foi a universalidade da sexualidade infantil, manifestada através do vínculo amoroso com a mãe e da rivalidade com o pai. A abordagem freudiana do mito de Édipo está intrinsecamente ligada à ideia de um destino trágico resultante de proibições culturais, levando a um profundo mal-estar. Contudo, abordagens mais contemporâneas oferecem uma perspectiva em que a tragédia é moldada por escolhas individuais, enfatizando a responsabilidade do sujeito em sua própria trajetória. Tanto para Freud quanto para Lacan, o complexo de Édipo desempenha um papel crucial na estruturação do desenvolvimento subjetivo. A perspectiva de Lacan expande esse conceito, com maior foco na identidade sexual. A adolescência emerge como um período especialmente relevante, marcado pela reedição do complexo de Édipo, entendida como mais um tempo do complexo, em que as identificações sexuais ganham uma dimensão reafirmativa. Nesse momento, a identidade sexual é reafirmada explicitamente como declaração, permitindo ao adolescente se identificar com os significantes compartilhados como ideais na cultura. O adolescente passa, assim, a compor diversas narrativas que dão acesso ao reconhecimento de si e da alteridade. Deste modo, a cultura adolescente se torna uma espécie de mitologia contemporânea, constituindo uma narrativa pós-moderna. Apesar de terem um caráter ficcional, tanto a construção da identidade quanto o mito adquirem valor de verdade no contexto de relatos compartilhados, contribuindo para a formação do tecido social.

Palavras-chave: psicanálise; complexo de Édipo; adolescência; desenvolvimento da personalidade; cultura.

SERTORI, Débora Regina. **Oedipus complex and adolescence**: psychosocial reflections. 2023. 133f. Dissertation (Master in Developmental and Learning Psychology). UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2023.

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of the Oedipus complex as an intrinsic component of psychosocial development. Special attention is given to the adolescence phase, which plays a fundamental role in identity formation. The research investigates how the Oedipus complex functions as a guiding thread, connecting the individual to culture and steering their developmental journeys. The concept of the Oedipus complex was inspired by Sophocles' tragedy and was elaborated by Freud in the early stages of psychoanalysis. This concept played a central role in understanding subjective constitution. One aspect highlighted by Freud was the universality of childhood sexuality, expressed through the loving bond with the mother and rivalry with the father. The Freudian approach to the Oedipus myth is intrinsically linked to the idea of a tragic destiny resulting from cultural prohibitions, leading to profound discomfort. However, more contemporary perspectives offer a view where tragedy is shaped by individual choices, emphasizing the subject's responsibility in their own path. Both for Freud and Lacan, the Oedipus complex plays a crucial role in subjective development. Lacan's perspective expands on this concept, with a greater focus on sexual identity. Adolescence emerges as a particularly relevant period, marked by the reenactment of the Oedipus complex, understood as another stage of the complex in which sexual identifications take on a reaffirmative dimension. At this point, sexual identity is explicitly reaffirmed as a declaration, allowing the adolescent to identify with shared signifiers as cultural ideals. The adolescent then begins to compose various narratives that provide insight into self-recognition and otherness. In this way, adolescent culture becomes a kind of contemporary mythology, constituting a post-modern narrative. Despite their fictional nature, both identity construction and myth acquire a sense of truth in the context of shared narratives, contributing to the fabric of social formation.

Keywords: psychoanalysis; Oedipus complex; adolescence; personality development; culture.

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	10
INTRODUÇÃO.....	14
Psicologia do Desenvolvimento.....	15
Abordagem Psicanalítica.....	19
Dimensão Cultural.....	26
Proposição.....	29
CAPÍTULO 1 – A ESCOLHA E A TRAGÉDIA EDÍPICA.....	31
1.1 Introdução.....	31
1.2 O Mito de Édipo e suas Tragédias.....	32
1.3 A Tragédia é o Destino de Todos?.....	34
1.4 Considerações Finais.....	40
CAPÍTULO 2 – O COMPLEXO DE ÉDIPO E A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA.....	42
2.1 Introdução.....	42
2.2 O Percurso Freudiano.....	45
2.3 A Releitura Lacaniana.....	71
2.4 Considerações Sobre a Reedição Edípica e a Adolescência.....	80
2.5 Conclusão.....	88
CAPÍTULO 3 – ADOLESCÊNCIA E SEUS TEMPOS.....	90
3.1 Introdução.....	90
3.2 O Instante de Ver e a Separação.....	92
3.3 O Tempo de Compreender e os Trabalhos da Adolescência.....	97
3.4 O Momento de Concluir e a Cultura.....	103
3.5 O Tempo de Hoje.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	126

PRÓLOGO

Se querem mesmo ouvir o que aconteceu, a primeira coisa que vão querer saber é onde eu nasci, como passei a porcaria da minha infância, o que meus pais faziam antes que eu nascesse e toda essa lenga-lenga [...]

(J.D. Salinger - *O Apanhador no Campo de Centeio*)

Holden Caulfield, personagem principal e narrador em primeira pessoa do livro de Salinger, inicia seu relato desta forma: questionando o desejo do outro em conhecê-lo, desde antes que nascesse até os acontecimentos que está prestes a contar. Como protagonista de sua própria história, este jovem de 16 anos expõe seus pensamentos quase em associação livre, transformando alguns dias de um adolescente abastado estadunidense, durante a década de 1950, em um dos livros mais lidos até hoje no mundo. Escrito há mais de 70 anos, *O Apanhador no Campo de Centeio* vem marcar o que atualmente se compreende como adolescência – ao menos no ocidente – ilustrando o caráter “rebelde” e “transgressor” desse momento do desenvolvimento.

Calligaris começa seu livro sobre a adolescência também com o personagem emblemático que é Holden: “um adolescente um pouco sem rumo, estranhando seu próprio comportamento, paradoxalmente desafiador e arrependido” (2000/2014, p. 8). O autor propõe que se imagine uma cena na qual esse adolescente – alçando Holden à sinédoque da adolescência contemporânea – pare-o na rua e diga “Estou só passando por uma fase agora. Todo mundo passa por fases, não é?”. Questionamento ao qual o próprio Holden responderia prontamente: não, não é só uma fase. Portanto, não há garantias de que passe.

A noção de passagem, de travessia, entretanto, talvez seja uma das mais difundidas na concepção atual de adolescência. Porém, para o lamento de alguns, a ideia de transitoriedade desse período não se limita a uma trajetória retilínea que levaria o indivíduo de um ponto a outro, isto é, da infância à vida adulta. Imaginemos o mesmo encontro entre um adolescente e um adulto, não na rua, mas antes dela, em uma calçada: já não é mais necessário andar de mãos dadas aos adultos para se chegar ao outro lado, agora os corpos podem se soltar. É possível entender os sinais de trânsito, ouvir o barulho dos carros e calcular, mesmo sem saber muito bem como, o tempo para atravessar. Os adultos já ensinaram tudo isso. É possível, não que seja simples. Não que se vá tomar o menor caminho entre dois pontos e fazer uma linha reta. O que fazer agora com essas mãos que até então só sabiam ser enquanto entrelaçadas a um outro?

Ao desentrelaçamento das mãos e espaçamento entre os corpos, há quem tenha respondido *hit the road, Jack, and don't you come back no more*¹. Vá pela estrada, siga seu caminho, e não volte mais. Imperativo dito – e seguido por Holden e tantos outros personagens literários, especialmente os da geração beat – como se houvesse um caminho de volta ao sair da infância. No entanto, se as mãos não estão mais necessariamente juntas, as palavras permanecem grudadas aos ouvidos: alguém me mandou ir e não voltar mais. Será? O que se ouve também nos corredores exclusivos do mundo adulto – esses mesmos, que apresentaram os sinais, sons, cores e sabores das ruas – é algo como “Não vejo a hora dessa fase passar. Onde está a criança educada e obediente que criei? Só podem ser os hormônios!”. Se concordarmos com Holden que a adolescência não é só uma fase, também concordamos que talvez não exista um “outro lado”, um ponto de chegada.

Todas essas imagens e palavras para se referir à adolescência – a estrada como metáfora para travessia, saída e chegada que configurariam uma fase – são parte de *uma* concepção do conceito, a partir de um viés desenvolvimentista mais tradicional. Contudo, a necessidade de simplificar ao extremo um fenômeno tão complexo talvez já nos dê pistas de que essa estrada seja mais tortuosa do que parece. Puberdade e juventude, por exemplo, poderiam ser entendidas como vicinais, versando sobre os aspectos biológicos e sociológicos, respectivamente, em relação à adolescência. São caminhos e estradas que se entrecruzam e se confundem em determinados momentos: não são só os hormônios, não é só o corpo, não é só o dentro. Tudo o que está fora – e delimita também o que é o dentro – constitui esse sujeito adolescente, sobre o qual discorreremos neste trabalho.

Imbuída pela psicanálise, com o meu olhar (que nunca é só meu, mas de tantos outros), proponho-me a percorrer um dentre os vários caminhos possíveis nos entrecruzamentos da adolescência e da cultura. Duas palavras tão difundidas no senso comum, que não são propriamente conceitos psicanalíticos, mas que com essas lentes ganham um outro colorido. Não à toa trago o exemplo de Holden Caulfield para iniciar esta reflexão acerca da interseção entre adolescência, cultura e psicanálise. Foi o primeiro livro que li no início da minha adolescência, em meados dos anos 2000. Lembro-me de, pela primeira vez, ter consciência da identificação que ali ocorria: Holden dizia as palavras que eu queria dizer. Não era a mesma história, obviamente, mas algo sobre sua visão de mundo me era estranhamente familiar. Fontes (2017), entretanto, soube sintetizar do que se tratava. Para a

¹ Referência à canção homônima difundida por Ray Charles no início dos anos 1960 e também ao livro *On The Road* (1957), de Jack Kerouac, que, juntamente com *O Apanhador no Campo de Centeio*, compõem alguns dos principais nomes da chamada geração beat no movimento de contracultura norte-americano.

autora, o livro de Salinger é atemporal porque atinge os leitores de duas formas com sua narrativa: para os adultos, transporta-os para “estados mentais muitas vezes soterrados pela amnésia, tal o grau de turbulência que eles evocam”; e para os adolescentes, a identificação instantânea com o personagem advém da “tentativa de abandono das imagens parentais infantis e ainda despojado de elementos que lhe permitiriam o alcance de uma identidade” (Fontes, 2017, p. 100).

Não é o intuito deste trabalho discorrer sobre como o livro de Salinger consolidou e se tornou parâmetro sobre o que é a adolescência na contemporaneidade, muito menos fazer uma análise selvagem do personagem ou sobre a minha relação com a narrativa. Mas, antes, discorrer sobre como alguns ideais culturais são parte constitutiva do Eu, especialmente no momento da reedição edípica. O que Holden e eu buscávamos era um lugar no mundo em que se pudesse afirmar “eu sou isso” e, sendo assim, “eu quero aquilo”: isto é, uma identidade. Porém, até que se chegue lá – se é que existe um outro lado – muitos “isso não” surgem no caminho, como propõe a tônica da narrativa.

É óbvio também que a ideia de ser adolescente no Brasil dos anos 2000 é muito diferente de sê-lo nos Estados Unidos na década de 1950. Mais do que isso, acrescentam-se aos marcadores espaço-temporais diversos outros: gênero, cor da pele, condições físicas, mentais, emocionais, socioeconômicas e muito mais. Tudo aquilo que permite ao sujeito dizer “eu sou isso”, em termos predicativos e históricos. Aliás, permitam-me igualmente apresentar-me: sou Débora, uma mulher cis, branca, que mora no interior do estado de São Paulo, filha de funcionários públicos, bisneta de imigrantes italianos. Isso, e várias outras coisas mais.

Escolhi iniciar minha dissertação por um prólogo justamente para poder me apresentar, dizer de onde parto, em minha trajetória, rumo a discussões sobre adolescência, cultura e psicanálise. De certa forma, foi mais ou menos o que fez Holden ao narrar sua história a um psicanalista, organizando suas experiências por meio da fala e podendo, conforme aponta Fontes (2017), instaurar-se como sujeito histórico. É claro que, para fazer caber no contexto, é necessário um recorte desse caminho que foi, é e sempre será marcado por diversos encontros, os quais também me constituíram. Holden fala de pessoas e situações, mas eu acrescentaria ainda o encontro com a literatura, músicas, filmes, lugares... Aliás, se tivesse que resumir de maneira não acadêmica do que se trata esta dissertação, diria que é sobre a narrativa de si através dos caminhos de encontros e desencontros que nos fazem ser quem somos, daquilo que vem de fora e que, por algum motivo, escolhe ficar.

Por fim, sobre escolhas e encontros, falando o que gostaria de ser se pudesse escolher, em uma conversa com a irmãzinha Phoebe, Holden confundiu as palavras “encontrar” e “agarrar” do título original de uma canção e disse:

Pensei que era “Se alguém agarrar alguém” [...]. Seja lá como for, fico imaginando uma porção de garotinhos brincando de alguma coisa num baita campo de centeio e tudo. Milhares de garotinhos, e ninguém por perto – quer dizer, ninguém grande – a não ser eu. E eu fico na beirada de um precipício maluco. Sabe o quê que eu tenho que fazer? Tenho que agarrar todo mundo que vai cair no abismo. Quer dizer, se um deles começar a correr sem olhar onde está indo, eu tenho que aparecer de algum canto e *agarrar* o garoto. Só isso que eu ia fazer o dia todo. Ia ser só o apanhador no campo de centeio e tudo. Sei que é maluquice, mas é a única coisa que eu queria fazer. Sei que é maluquice. (Salinger, 1951/1999, p. 168).

Fiquei me questionando do por que essa imagem, que dá título ao livro de Salinger, me vir à mente antes de escrever este trabalho. Inicialmente, pensei: vou falar dos ideais culturais no desenvolvimento do Eu e da identidade na adolescência, nada mais justo do que começar por esse que foi um dos que mais me marcou e, neste sentido, me constituiu. Mas, recorrendo novamente à leitura, depois de tantos anos, notei que esse detalhe do “ato falho” de Holden em trocar “encontrar” por “agarrar” havia passado despercebido. É claro, com 12 ou 13 anos a sutileza dos encontros e desencontros da vida não é sentida assim, mas com a força de quem se agarra a alguma coisa para poder sobreviver.

Nessa cena, Holden já não se vê mais como a criança que precisa ser agarrada para não cair no precipício – que representaria a psicose, segundo Fontes (2017) – mas como aquele que exerce a função de “gente grande”: a do apanhador no campo de centeio. Talvez esteja aí um dos pontos da travessia entre infância, adolescência e vida adulta, poder mudar de lugar diante do campo e do precipício – ou da estrada, se quisermos. Explico: na trajetória singular de Holden, ele conta dos momentos em que quase caiu no precipício e das pessoas que encontrou em seu caminho e que o “agarraram” para que isso não acontecesse. Nessa conversa com a irmã mais nova, que ocupava um lugar simbólico da integridade e pureza infantil, ele se vê em outra posição, como aquele que pode ser essa figura de amparo para ela. Desse modo, há uma mudança na perspectiva das identificações, que vão configurando a identidade de Holden, quem ele gostaria de ser.

Enfim, acho curioso que a escrita deste trabalho tenha tomado esse rumo, utilizando uma ficção reconhecida internacionalmente para falar sobre a identidade. O que sei, é que ela tem seu valor de verdade, ao menos para mim e para alguns outros mais que se encontraram com essa história.

INTRODUÇÃO

Ao se falar em adolescência, as imagens que são projetadas em nosso imaginário, para cada pessoa, são possivelmente muito diferentes. Há quem pense em sua própria adolescência e nos símbolos que a representavam com nostalgia, com repulsa ou até mesmo com aparente indiferença. Há quem pense no outro – filhos ou netos, por exemplo – e se ressinta em relação à passagem do tempo. Há de tudo, no que concerne às singularidades de cada vivência. Fato é que, para os que passam ou os que passaram por esse “momento”, alguma marca de mudança que estabelece um antes e um depois acaba por se inscrever. O corpo, o que o reveste, o que se deixa entrar e sair dele mudam e ganham outra dimensão. A voz se fortalece e atinge uma nova potência. Nas marés de nossa modernidade líquida, pode até parecer que sempre foi assim: o adolescente é aquele que cresce e se prepara para a vida em sociedade. Não está nem lá, nem cá; está apenas de passagem.

Entretanto, o conceito de adolescência ainda usaria fraldas se fosse uma pessoa. Embora o termo, com origem no latim, remeta ao verbo *adolescere* – significando desenvolvimento e crescimento – seu uso e sentido foram se transformando ao longo do tempo, até que se chegasse à compreensão contemporânea da adolescência como período cronologicamente estabelecido entre a infância e a vida adulta. Esse sentido específico de adolescência é bastante recente, remontando no ocidente ao contíguo século XX, ainda que em decorrência de mudanças sociais anteriores relacionadas às concepções então nascentes de indivíduo e subjetividade (Matheus, 2020). Então, a partir da definição de uma determinada faixa etária, convencionou-se legalmente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Brasil, que adolescente é a pessoa entre 12 e 18 anos de idade, que se encontra em condição peculiar de desenvolvimento (Brasil, 1990). Esses limites se expandem se considerarmos as definições da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas (ONU), que ampliam globalmente a faixa etária dos 10 aos 24 anos para categorias que vão desde a pré-adolescência até jovens adultos (Eisenstein, 2005).

É interessante notar que, etimologicamente, a própria palavra “adolescência” remete à questão do desenvolvimento, salientada inclusive pela lei brasileira como “condição peculiar”, referindo-se tanto a crianças quanto a adolescentes. A adolescência em si seria uma espécie de “expansão adiante”, conforme aponta Veschi (2020), ao esclarecer que o prefixo *ad-* versa sobre um movimento de progresso, que vai para a frente; enquanto a raiz *alere*, indo-europeia, está ligada à noção de crescimento. Embora o conceito de desenvolvimento tenha surgido no campo das ciências da natureza – referindo-se, a partir da teoria da evolução,

aos processos de transformação biológica para se atingir a maturidade orgânica – esse foi transposto à vida em sociedade somente no século XIX, com o darwinismo social. Desde então, o conceito se ampliou para as mais diversas formas de organização humana, como desenvolvimento econômico, sustentável, social, entre outros. Ressalta-se, sobretudo, que o vocábulo “desenvolvimento” contém em si a ideia de impossibilidade de reversão de um determinado movimento ou mesmo de um não envolvimento. É a negação (prefixo *des-*) de uma ação (sufixo *-mento*) de um movimento de volta (*volvi*, em latim *volvere*) para dentro (*en*, em latim *in*), isto é, o alcance de um ponto em que não se pode voltar atrás (Santos et al, 2012).

Quando se trata de pessoas, no entanto, a questão ganha outro nível de complexidade. Quem nunca viu uma pessoa adulta fazendo algo impulsivo ou inconsequente e pensou que esse comportamento era um tanto “infantil”? Quem nunca reconheceu em uma criança ou adolescente um ato digno de alguém muito “maduro”? Além disso, se uma pessoa sofre um acidente e perde determinadas funções do corpo, por exemplo, significa que ela parou de se desenvolver? A questão é que, em termos de desenvolvimento humano, há diversas maneiras de se olhar para um indivíduo, que tem sua trajetória de vida influenciada por uma infinidade de fatores, sejam dele próprio ou contingenciais. Assim, em meados do século XIX, surgiram os primeiros pensadores dispostos a estudar o desenvolvimento a partir de uma perspectiva propriamente psicológica, o que possibilitou a construção de um campo específico do conhecimento – a psicologia do desenvolvimento – no início do século XX (Aspesi, Dessen e Chagas, 2008).

Psicologia do Desenvolvimento

Conforme Aspesi, Dessen e Chagas (2008), a psicologia do desenvolvimento foi inspirada inicialmente em paradigmas metodológicos positivistas e nas ciências naturais, enxergando o indivíduo a partir de dois grandes pontos de vista. Em uma perspectiva, os modelos mecanicistas davam ênfase no aspecto empírico, no que podia ser medido e quantificado, sendo que o acúmulo de experiências de aprendizagens era o que caracterizava o próprio indivíduo, cujo desenvolvimento era modelado pelo ambiente. Em outra, nos chamados modelos organicistas, o desenvolvimento era resultado mais de processos internos do que ambientais, uma vez que levava em consideração aspectos comuns a todos os indivíduos. Esse caráter universal pressupunha, portanto, uma certa necessidade evolutiva, o que faria com que o desenvolvimento se desse em estágios. Alicerçada em tais pontos, a

psicologia do desenvolvimento buscava, então, “explorar, descrever e explicar os padrões comportamentais de estabilidade e mudança, expressos pelo indivíduo, durante seu curso de vida” (Aspesi, Dessen e Chagas, 2008, p. 20), objetivando, por fim, definir parâmetros normativos e seus possíveis desvios. Com isso, organizava o desenvolvimento em estágios evolutivos, com destaque para diferentes aspectos: orgânicos, motores, cognitivos, afetivos, sexuais, morais, sociais, históricos e culturais.

Essa visão mais cartesiana da psicologia do desenvolvimento permaneceu até a segunda metade do século XX, quando um novo paradigma se consolidou tanto nas ciências naturais quanto nas ciências sociais. Devido a seus métodos, uma das principais críticas ao paradigma anterior foi uma concepção fragmentada de indivíduo e sua consequente necessidade de especialização do conhecimento – a ver pela quantidade de aspectos em que se poderia dar ênfase separadamente. Além disso, a dicotomia entre a noção de desenvolvimento orientado por uma meta universal ou por aprendizagem social foi questionada, bem como a ideia de que haveria estágios universais de desenvolvimento independentemente da cultura na qual o indivíduo estivesse inserido (Aspesi, Dessen e Chagas, 2008). Deste modo, pode-se dizer que a concepção de desenvolvimento que se tinha até então estava mais fielmente atrelada à etimologia da palavra, como se houvesse um desdobramento em linha reta – a partir das várias arestas representadas pelos segmentos possíveis no desenvolvimento – que seguissem sempre adiante no curso de vida individual². A partir mais da ideia de linhas paralelas do que perpendiculares, é como se houvesse um recorte específico para o desenvolvimento sensório-motor, outro para o cognitivo, mais um para o afetivo-motivacional, outro para o moral, e assim por diante.

No entanto, com a emergência desse novo paradigma das ciências – epistemologicamente voltado para uma perspectiva sistêmica, estrutural e complexa – intensificou-se a busca por uma compreensão mais integral e menos fragmentada dos fenômenos relacionados ao desenvolvimento humano. Aspesi, Dessen e Chagas sintetizam essa ideia dizendo que “o desenvolvimento não é um fenômeno linear, mas, sim, um processo dinâmico e complexo de interação entre fatores biológicos e culturais” (2008, p. 21). Com a ampliação das fronteiras metodológicas de investigação, o paradigma contemporâneo passou a dar destaque para aspectos relativistas, integradores e contextuais desses fenômenos, enfatizando valores culturais e dos contextos sociais no desenvolvimento. Como consenso,

² Podemos observar um exemplo desse paradigma a partir de uma leitura mais superficial de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de Freud (1905/2016), na qual o psicanalista fala em fases do desenvolvimento psicosssexual, temática que será abordada ao longo desta dissertação.

estabeleceu-se a necessidade de considerar alguns elementos na análise dos fenômenos e processos relacionados ao desenvolvimento, como um olhar para a totalidade dinâmica do curso de vida, inclusive para as gerações anteriores e posteriores; a inserção do indivíduo dentro de seu contexto de interação social; a inter-relação entre a bagagem genética e a adquirida; a dialética entre os sistemas biopsicossociais e sua inserção no contexto histórico-cultural; e, por fim, as influências mútuas, no mínimo bidirecionais, entre todos os sistemas envolvidos no processo de desenvolvimento humano (Aspesi, Dessen e Chagas, 2008).

Papalia e Feldman (2013), por exemplo, estabelecem três domínios de estudo do desenvolvimento humano – domínios esses que figuram como uma separação meramente didática, uma vez que são todos inter-relacionados – sendo eles: o desenvolvimento físico, o cognitivo e o psicossocial. O desenvolvimento físico diz respeito ao crescimento do corpo e do cérebro, às capacidades e habilidades sensório-motoras e à saúde de maneira geral; o desenvolvimento cognitivo está relacionado à inteligência e à linguagem; e, finalmente, o desenvolvimento psicossocial abrange aspectos ligados às emoções, à personalidade e às relações sociais. Assim, o campo de estudo que compreendia a psicologia do desenvolvimento foi alçado a uma ótica mais pluralista, em que explicações de natureza teórica diversas pudessem coexistir. Deste modo, por ter um caráter eminentemente interdisciplinar, mas sem descartar as especificidades do campo psicológico, houve a amplificação do conceito para a chamada ciência do desenvolvimento humano.

A partir dessa perspectiva, compreendemos que a conceitualização da adolescência como momento no curso de vida em que o indivíduo está em desenvolvimento e crescimento é um tanto difusa, visto que pessoas de todas as idades, em diversos contextos de vida, estão em constante movimento no que se refere ao processo dinâmico de interação entre o biológico e o cultural.

Embora definir os possíveis marcos entre o que caracteriza o final da infância e o início da vida adulta – e, portanto, a própria noção de adolescência – tenha sido um esforço comum entre diversas áreas do conhecimento, há algumas concordâncias sobre o assunto. Uma delas é a especificidade do termo *puberdade* – relacionado a aspectos propriamente biológicos, a partir do início da capacidade reprodutiva – que determina, então, o final da infância em sua dimensão física. Como evento filogenético, todas as transformações somáticas da puberdade têm caráter universal e ocorrem em um período relativamente curto de tempo, de cerca de dois a quatro anos de duração. Tais eventos – como o desenvolvimento das gônadas, dos caracteres sexuais secundários, o crescimento esquelético linear, entre outros

– apesar de serem geneticamente programados, podem sofrer interferência de fatores inerentes ao próprio indivíduo e também extrínsecos, o que inclui a interposição de fatores climáticos, nutricionais, hormonais, socioeconômicos e psicossociais (Lourenço e Queiroz, 2010).

Outro ponto de consenso é que a adolescência, em si, é uma construção social (Matheus, 2020; Papalia e Feldman, 2013; Bee e Boyd, 2009). Isso significa que todas as expectativas que envolvem o que se entende por “ser adolescente” não são universais, ao contrário da puberdade, mas dependem da cultura e do momento histórico em que se vive. Embora alguns queiram atribuir determinadas características do adolescente apenas aos hormônios – como mudanças de comportamento em relação aos familiares, por exemplo – não é possível dissociá-las de aspectos ambientais, dentre eles a cultura.

De qualquer forma, mesmo que o desenvolvimento não seja visto como um processo linear, o imbricamento entre corpo – em seu aspecto biológico – e cultura, na caracterização da adolescência, não pode ser totalmente desatrelado da questão etária, ao menos em seu início. Neste sentido, Bee e Boyd (2009) destacam três tipos de mudança no curso de vida que são relacionadas à idade: as mudanças normativas, dividindo-as entre as do período etário e as do período histórico, e as não normativas. As mudanças normativas do período etário dizem respeito à herança filogenética, sendo universais aos indivíduos de uma determinada espécie. Um exemplo, como já mencionado, é o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, que determina o início da puberdade. Nesse tipo de mudança vale ressaltar, entretanto, a influência do que as autoras chamam de “relógio social”, que é um elemento variante de cada cultura e que define uma sequência de experiências normais da vida. A título de ilustração, podemos pensar na idade da menarca, que ocorre a partir de complexas interações entre características genéticas e influências ambientais, dentre elas aspectos socioeconômicos e psicológicos do indivíduo (Lourenço e Queiroz, 2010).

Ainda sobre as mudanças normativas, Bee e Boyd (2009) se referem também àquelas que afetam cada geração de uma forma um pouco diferente, a depender de determinadas práticas de um período delimitado no tempo³. São as experiências compartilhadas por um grupo de indivíduos que as vivenciam nos mesmos momentos de suas vidas, dentro de um período de anos razoavelmente curto. Por fim, existem as mudanças não normativas, também chamadas de diferenças individuais, que não são compartilhadas por outros indivíduos por

³ Embora as autoras se limitem a falar sobre as mudanças normativas do período histórico relacionadas à idade, interessa a este trabalho a ampliação desse conceito também em termos culturais, englobando, além do tempo, aspectos relacionados a práticas específicas de um determinado território. Tomemos como exemplo um dos marcos do início da vida adulta, que é a idade em que se costuma sair da casa dos pais: isso dependerá de uma série de fatores intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo, como autonomia e condição socioeconômica, para citar alguns.

fazerem parte da biografia única daquela pessoa. Elas abrangem desde diferenças genéticas até as resultantes de contingências específicas.

A compreensão da adolescência enquanto fenômeno do desenvolvimento engloba, portanto, diversas dimensões. Poder-se-ia, por exemplo, privilegiar a dimensão biológica em detrimento da psicossocial, como faz a medicina; ou o contrário, como fazem determinadas vertentes da psicologia; ou, ainda, focar na aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades cognitivas. De qualquer forma, no caso da adolescência, o recorte etário é referência, mesmo que esse não seja um parâmetro último de definição do conceito. Ainda assim, é necessário fazer escolhas sobre um olhar primeiro para o fenômeno; não para fragmentá-lo, mas para estabelecer as lentes a partir das quais será possível contemplar a complexidade das inter-relações entre corpo e cultura, entre tudo o que impulsiona essa “expansão” – nem sempre adiante – que é a adolescência. Neste sentido, mais do que responder o que caracteriza esse momento do desenvolvimento, este trabalho busca abordar a temática por uma dupla perspectiva: a da constituição da subjetividade inserida em um contexto psicossocial. Em suma, como o sujeito é constituído pela cultura e também como a cultura permite expressar e refletir o que é próprio do sujeito.

Para isso, não basta a escolha de onde posicionar as lentes, há também que se escolher sua qualidade. Nesta perspectiva, a teoria psicanalítica nos parece privilegiada como um olhar capaz de captar essas inter-relações, tanto no que concerne à constituição do sujeito, quanto a uma noção de psicanálise implicada nas questões culturais.

Abordagem Psicanalítica

Assim como em sua concepção contemporânea, também em sua gênese, o saber psicanalítico tem como fonte a articulação entre teoria, clínica e cultura. Desde Freud até hoje, a matriz clínica é um dos pilares para o desenvolvimento da teoria, bem como o caldo cultural que fomenta cada época e contexto (Mezan, 1987/2001; Campos, 2014).

Embora a psicanálise não esteja entre as abordagens mais diretamente referenciadas em psicologia do desenvolvimento nos últimos anos, acreditamos que seu olhar voltado para a adolescência, concebendo-a a partir do entrelaçamento de corpo e cultura, possa contribuir para a apreciação de diversos fenômenos contemporâneos. Ainda que a palavra adolescência sequer existisse em alemão na época de Freud, ao menos em sua concepção corrente, alguns psicanalistas sugerem que ele tenha sido um grande analista de adolescentes ao se debruçar sobre assuntos como masturbação, escolha objetal, entre outros (Outeiral, 2017). O que

circulava no meio científico sobre adolescência naquele tempo era justamente concomitante ao desenvolvimento inicial da teoria psicanalítica. Um ano antes de Freud publicar a primeira edição dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016), Stanley Hall (1904) publica o primeiro trabalho específico sobre adolescência, enquanto etapa do desenvolvimento, no campo psicológico. A adolescência foi descrita pelo autor como um momento de “*storm and stress*”⁴, em que haveria uma “fissura do desenvolvimento em função do desigual e crescimento do corpo e do psiquismo” (Matheus, 2020, p. 44).

Apesar de Freud não ter discutido a adolescência em si, a temática da puberdade foi abordada algumas vezes em sua obra, incluindo uma seção específica nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016). Esse trabalho foi de suma importância, uma vez que, como ressalta Matheus (2020), um dos grandes feitos de Freud foi questionar a concepção de sexualidade da época, que a concebia apenas a partir da puberdade, deslocando seu início para a infância. Foi em consequência desse deslocamento, com a compreensão da sexualidade infantil e da noção de inconsciente, que Freud pôde criar sua obra.

Apesar de sua formação ser a de médico neurologista, Freud sempre se preocupou em não incorrer em determinações exclusivamente inatas ou exclusivamente adquiridas ao falar sobre a constituição psíquica. Conforme cita Matheus, privilegiar os aspectos inatos poderia sugerir uma concepção essencialista, “que em última instância, tende a estabelecer uma ordem aleatória e transcendental para a constituição do psiquismo” (2020, p. 246). Não obstante, enfatizar em excesso os fatores adquiridos seria uma maneira de considerar o homem como simples fruto do meio, cuja tarefa principal seria a adaptação. O resultado dessa tentativa de síntese foi a elaboração do que Freud chamou de *fases de desenvolvimento da organização sexual da libido* ou, como é mais conhecida, *teoria psicosssexual do desenvolvimento*.

Embora esteja contida nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, originalmente publicado em 1905, essa seção foi acrescentada somente em 1915, com notas de rodapé adicionadas até 1924. Nela, Freud descreveu as organizações pré-genitais da libido, dividindo-as nas famosas fases do desenvolvimento psicosssexual: fase oral, fase anal, fase fálica, período de latência e fase genital. Assim, a principal característica da sexualidade durante a infância é seu caráter autoerótico, no qual as pulsões parciais – ligadas a zonas erógenas específicas – são satisfeitas no local próprio de sua excitação, sem necessidade de recorrer a um objeto externo. No período de latência, por sua vez, há um recalamento dessas pulsões, que são sublimadas para metas não sexuais. Ultrapassado esse momento autoerótico

⁴ A expressão encontrou diversas traduções no Brasil, como “tempestade e tensão” (Matheus, 2020), “tormenta e drama” (Palacios, 1995), “tempestade e tormenta” (Freud, A., 1971), entre outras.

e posteriormente sublimatório da pulsão sexual, aí então a organização da libido se voltaria para a primazia da genitalidade a partir da irrupção da puberdade (Freud, 1905/2016). Deste modo, é como se Freud mantivesse a puberdade como marco do desenvolvimento, não mais como o início da sexualidade, mas sim como o da genitalidade.

Ainda que uma leitura mais superficial do texto freudiano possa sugerir que a concepção de desenvolvimento em Freud tenha exclusivamente um cunho maturacional e linear – calcado em um modelo biológico-funcional de desenvolvimento orgânico a partir da ideia de fases sucessivas – a construção de sua teoria torna o assunto mais complexo. Como já mencionado (Campos, 2014), o movimento do pensamento freudiano é impulsionado por diferentes lócus de investigação – tais quais a clínica, a cultura e a própria teoria – a partir dos quais a retomada e desenvolvimento de determinados pontos marginais leva a ampliações e mudanças que redimensionam e reposicionam outros aspectos essenciais da teoria. Sobre o desenvolvimento da personalidade, Freud sempre manteve a ideia de que sua natureza é psicosssexual. No final da década de 1920, apoiado pelas contribuições de Abraham (1924/1970), Freud chega à síntese de que o desenvolvimento é entendido como uma lógica de fixação, progressão e regressão da libido, que muda de lugar (zonas erógenas) e de forma de investimento nos objetos de satisfação a partir de diferentes organizações. Essas organizações são pautadas por um elemento fundamental: o complexo de Édipo, que será ainda objeto de discussão específica desta dissertação.

Sem grandes pormenores, por ora, pode-se dizer que o complexo de Édipo é o movimento a partir do qual o sujeito estabelece suas identificações primárias e secundárias, em termos de identidade sexual, suas escolhas⁵ de objeto – isto é, quem e como ama – além de dar as bases para a estrutura da personalidade. Foi um conceito desenvolvido ao longo de praticamente toda a obra freudiana, tomando como inspiração a tragédia de destino *Édipo Rei*, de Sófocles. O mito grego dá subsídios a Freud para nomear o que ele já observara em sua autoanálise e na escuta de alguns dos seus pacientes: o desejo incestuoso inconsciente pela mãe e a rivalidade com o pai. Assim, cada neurótico reencenaria o mito edípico em sua própria biografia, o que ocorreria em dois tempos estruturantes: um primeiro na infância, coincidente com a fase fálica; e outro com sua *reedição*⁶, na puberdade, na fase genital da libido. Para Freud, o complexo de Édipo é universal e estruturante, sendo que é a partir de

⁵ Destacamos que, no escopo psicanalítico, trata-se de escolhas cuja determinação é sempre inconsciente, isto é, não há que se referir a qualquer tipo de normatividade neste sentido.

⁶ Freud fala em “segundo momento da escolha de objeto” ou em “revivescência” nos *Três ensaios* (1905/2016). O termo “reedição” foi utilizado por pós-freudianos para se referir ao segundo momento do complexo de Édipo de maneira geral, não apenas em relação à escolha de objeto.

seus destinos que podem haver pontos de fixação da libido, os quais funcionam justamente como elementos organizadores do desenvolvimento. Neste sentido, o complexo de Édipo possui uma função normativa, que, a partir de relações triangulares, levam o sujeito a assumir uma determinada identidade sexual e a uma atitude social adulta (Costa, 2010).

Retornando à questão do desenvolvimento, é importante destacar que foi na chamada “virada” dos anos 1920 que Freud fez avançar em relação à sua concepção de desenvolvimento psicosssexual de libido e da personalidade (ou “caráter”), compreensão que não veio sem o apoio dos que o sucederam (Campos, 2010; 2011). Na tentativa de ampliar um modelo de aparelho psíquico que até então só servia à neurose, Freud percebe que além do desenvolvimento da pulsão, o aparelho psíquico também depende de mecanismos de defesa primários e modos de identificação, os quais o constituem e estabelecem o relacionamento entre as instâncias da personalidade. Assim, a teoria das identificações – que versa sobre o desenvolvimento dessas instâncias, Eu e Supereu, a partir da relação com os objetos – inaugura um novo eixo de desenvolvimento da personalidade na teoria freudiana. Aqui, tanto o circuito pulsional quanto a própria noção de estrutura psíquica são modulados não apenas pelo objeto da pulsão, mas principalmente pelos objetos de identificação. Deste modo, são estabelecidos dois caminhos possíveis e complementares na organização da libido e, portanto, na concepção de desenvolvimento em Freud: um tem o objeto como modalidade organizadora, a partir da dinâmica do narcisismo (autoerotismo, narcisismo e relações de objeto); já o outro tem a atividade sexual como eixo, por meio do investimento em zonas erógenas específicas, como propôs inicialmente o psicanalista (Coelho Junior, 2001; Laplanche e Pontalis, 1960/2001).

Deste modo, o desenvolvimento da personalidade – entendida como estrutura subjetiva e não como um conjunto de traços ou comportamentos – congrega, ao mesmo tempo, um paradigma objetual e outro pulsional, que não podem ser pensados separadamente (Greenberg e Mitchell, 1983/1994, Mezan, 2014). Ainda que a pulsão nasça por apoio nas funções corporais e invista zonas erógenas específicas de forma parcial até certo ponto – configurando o elemento “corpo” no desenvolvimento – também as experiências intersubjetivas de identificação, por meio das relações de objeto, são fundamentais para a constituição e regulação do próprio circuito pulsional. Além desses, há ainda outro paradigma, o subjetal, que é próprio à vertente francesa da psicanálise. Assim, a partir de uma lógica complexa de sobre-determinação, o desenvolvimento pulsional não é tido apenas como intrínseco; mas, considerando também o paradigma objetual, leva-se em conta sua inserção em um campo de significação estruturante prévio, que é meio originário da cultura. Desta forma, a compreensão

do desenvolvimento da personalidade em Freud perpassa, necessariamente, pela relação entre corpo e cultura, considerada como referência simbólica e histórica a partir da qual é possível acessar as relações de objeto (Mezan, 2014; Campos, 2014).

Entretanto, há que se pontuar a diferença da perspectiva freudiana para aquela da psicologia do desenvolvimento, uma vez que Freud não se baseia, como parâmetro epistemológico principal, em uma matriz funcionalista e organicista, divergindo também em relação ao paradigma metodológico clínico, que é próprio à psicanálise (Campos, 2010; 2011).

A partir dessa brevíssima explanação acerca das inter-relações entre o biológico, o psicológico e o cultural na constituição subjetiva, ressaltamos a centralidade do conceito de complexo de Édipo como elemento estruturante da subjetividade. Sendo um dos conceitos fundamentais da psicanálise, este não cessa de ser discutido e revisitado, sob diversas perspectivas, a contar do momento em que foi criado até a atualidade⁷. Houve aqueles que romperam com Freud por discordâncias conceituais – como Jung e Adler –, os que o modificaram a partir de sua prática clínica – tal qual Melanie Klein –, até chegar em Lacan, que propôs um retorno a Freud e uma releitura da teoria (Costa, 2010). No Brasil, diversos psicanalistas também se dedicaram ao estudo do complexo de Édipo, como Estevão (2017; 2021), que propôs uma sistematização de leitura da obra freudiana sobre o conceito, dividindo-a em diferentes momentos cronológicos. Também se destaca Quinet (2015) que, sob a ótica lacaniana, sugere uma releitura original de Édipo na psicanálise, partindo do crime de Laio, pai de Édipo, que não está explicitamente presente na peça.

Depois de Freud, muitos psicanalistas se voltaram ao estudo da adolescência, tendo como ponto em comum, além da referência direta ao criador da psicanálise, a noção de adolescência como uma crise necessária. As divergências, por sua vez, se relacionam às diferentes interpretações do texto freudiano e à concepção de corpo que está em questão.

Uma primeira vertente foi inaugurada por Anna Freud (1937/2006) – com a ideia de uma adolescência *normalmente patológica* – e que permanece até hoje com os adeptos da psicologia do ego, a qual enfatiza o determinismo endógeno como fundamento para o desenvolvimento. Segundo essa perspectiva, a adolescência é um processo subjetivo que segue uma linearidade, desenvolvida em etapas pré-definidas e deflagrada pelas

⁷ Sobre os debates contemporâneos que envolvem diretamente o complexo de Édipo, ver, por exemplo, *Édipo gay: heteronormatividade e psicanálise* (Jorge N. Reitter, 2021); *Psicanálise sem Édipo?: uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan* (Philippe Van Haute e Tomas Geyskens, 2017); *Memórias da plantação: episódios de racismo no cotidiano* (Grada Kilomba, 2019); *Complexo de Édipo e diferença racial em psicanálise* (Luciano Dias e Fernanda Canavêz, 2022); entre outros.

transformações pubertárias. A crise adolescente é vista de forma naturalizada, fazendo parte de um desenvolvimento normal que visa a adaptação do indivíduo à cultura por meio do controle do ego sobre as pulsões. Assim, com Anna Freud, o adolescente realiza “quase invariavelmente, uma transição radical do ascetismo para o excesso pulsional” (1937/2006, p. 111), demonstrando seu caráter intrinsecamente disruptivo e patológico.

Também sob um viés calcado em etapas do desenvolvimento, Erikson (1976) tenta evitar a naturalização da constituição humana, saindo de uma fundamentação organicista para uma leitura culturalista. Conforme o autor, a constituição psíquica do indivíduo está subordinada às determinações socioculturais do contexto, com o desenvolvimento baseado em uma ideia de evolução sociogenética a partir de uma relação transcendental com o divino. Essa relação se traduz na concepção de uma síntese egóica, cujo ponto culminante é a identidade final a ser alcançada, à semelhança com essa entidade. Neste sentido, o progresso depende da capacidade de adaptação do indivíduo – mas também de aprendizagem, diferentemente de uma versão mais organicista – diante dos vários desafios a serem integrados. O autor propõe, então, um *diagrama epigenético* no qual determinados conflitos ou crises caracterizam cada fase do desenvolvimento. Na fase *puberdade e adolescência*, o dilema se encontra no conflito de papéis vivenciado pelo indivíduo e o desafio é a alçada de uma identidade final, qualificada como a capacidade de integrar todas as identificações com as vicissitudes da libido, com as aptidões naturais do indivíduo e com as oportunidades oferecidas nas funções sociais. O objetivo, assim como na vertente mencionada anteriormente, é o controle sobre si próprio, com a unificação e coesão do eu.

Outro conceito importante proposto por Erikson foi a ideia da adolescência como um momento de *moratória social*, no qual as turbulências e excessos, subjetivos ou comportamentais são aceitos como uma contrapartida necessária ao processo de adaptação ao meio e submissão à autoridade. A adolescência se configuraria, então, como um momento propício ao lazer e à experimentação, uma vez que as responsabilidades e compromissos ficariam postergados. Para Erikson, portanto, a noção de crise da adolescência vem atrelada à ideia de crise da identidade, a ser superada a partir da integração de diversos aspectos ligados aos diferentes papéis sociais, durante um período de moratória, até que seja possível a entrada na vida adulta (Erikson, 1976; Matheus, 2020).

Já na América Latina a corrente psicanalítica ganhou um novo direcionamento a partir da vertente kleiniana. É o que pode ser ilustrado pelo trabalho de Aberastury e Knobel (1970/1981), trazendo explícita e centralmente a ideia de uma *síndrome da adolescência normal*. Para os argentinos, a síndrome da adolescência é caracterizada por uma

sintomatologia específica, que diferencia a normalidade da patologia a partir da intensidade ou persistência de fenômenos psicopáticos considerados inerentes a esta etapa. Conforme os autores, a adolescência está pautada no trabalho psíquico de luto, que engloba o luto pela perda do corpo, da identidade e da representação dos pais da infância. A partir dessa ideia geral, a referida sintomatologia agrega diversos fenômenos, que vão desde a tendência a formar grupos, ter uma atitude social reivindicatória, apresentar constantes flutuações do humor e estado de ânimo, até outros. Assim, Aberastury e Knobel concluem que essa visão “permite aceitar os desajustes e desencontros, valorizá-los com maior correção e utilizar o impacto de gerações, não como fonte de conflitos negativos, mas como um encontro inquietante que facilite o desenvolvimento humano” (1970/1981, p. 29), enfatizando seu aspecto adaptativo.

Em uma vertente oposta àquelas iniciadas por Anna Freud e Melanie Klein na língua inglesa, está a psicanálise francesa, fundamentada pela crítica lacaniana à psicologia do ego e ao movimento kleiniano, na busca por escapar de um relativismo histórico e da primazia do registro do imaginário na compreensão do fantasiar. Em relação ao desenvolvimento, Lacan considera o complexo de Édipo em sua estrutura lógica e não cronológica. Isso tem um impacto direto na concepção de desenvolvimento que Freud introduziu, a qual permitiu uma interpretação aparentemente linear, em que fases sucessivas implicam a ideia de que uma deve ser concluída para a próxima começar. Deste modo, Lacan intenta contestar essa visão cuja base é o organismo e seu consequente processo de desenvolvimento normativo. Assim, para Lacan, não há um ponto convencionalmente esperado ou "normal" que, se não for alcançado, indique um "erro" no percurso (Matheus, 2020; Estevão, 2021).

Embora Lacan, assim como Freud, não tenha se referido especificamente à temática da adolescência, a partir de seu pensamento seus seguidores estabeleceram algumas leituras possíveis sobre esse processo. De maneira geral, a lógica dos três registros é resgatada para anunciar a invasão do sujeito pelo real pubertário. No entanto, isso acabaria por atualizar o pensamento organicista anteriormente utilizado por Freud ao se referir ao segundo momento da sexualidade. Porém, Matheus (2020) sugere que não se trata apenas das transformações fisiológicas ou do encontro com o sexo estritamente considerado, mas do real que a própria realidade socialmente estabelecida já encobre – o que Zizek chamou de núcleo real impossível. De qualquer forma, o encontro com o real pubertário demandaria uma operação simbólica, que seria a própria configuração da adolescência como posição. Isto porque, de acordo com as ideias lacanianas, a entrada no campo simbólico se daria diante da inscrição da

metáfora paterna com o declínio do complexo de Édipo, o que é atualizado justamente na adolescência.

Dimensão Cultural

Desde Freud, o complexo de Édipo ultrapassa uma concepção restrita ao âmbito da família nuclear e alça o estatuto de processo necessário à aculturação⁸, conforme descrito em *Totem e tabu* (1913/2013). Assim, não é um processo exclusivamente individual, nem social. Isso fica ainda mais nítido com Lacan, que desloca o pai do lugar de genitor para o campo simbólico e evidencia, em Freud, a importância das identificações – logo, da relação com o outro – para a constituição subjetiva (Costa, 2010). Deste modo, Estevão (2021) destaca que ainda hoje o complexo de Édipo é um conceito difícil de se definir, precisamente porque entrelaça diversas dimensões: singular, o individual e o social. Ao se questionar sobre a constituição da personalidade e a relação entre os fatores que “vêm de fora (experiência de vida, família, sociedade, cultura, entre outros elementos externos) ou [que] vêm de dentro (componentes orgânicos, cerebrais, hereditários, entre outros internos)” (Estevão, 2021, p. 15), o autor diz que a resposta freudiana está justamente no “entre”, a partir da articulação de tal conceito. O que desejamos destacar neste trabalho, entretanto, tem um escopo específico diante dessas dimensões: a noção de complexo de Édipo como articulador psicossocial da subjetividade, que necessita da cultura como aporte das relações de objeto e identificações.

Para definir melhor as balizas do que estamos chamando de cultura no âmbito da constituição subjetiva – e, portanto, das relações entre cultura e adolescência – nos apoiaremos nas elucubrações de Renato Mezan (2019) acerca do que seria essa “composição” das subjetividades.

Segundo o autor, o sujeito se encontra no entrecruzamento das linhas de força que ligam o eu ao mundo (e vice-versa). Na direção de leitura que parte do eu para o mundo, tem-se o que Mezan (2019) designou como “experiência de si” – ligada necessariamente a aspectos perceptivos e emocionais vivenciados pelo sujeito – e, na direção oposta, o que chamou de “condensação de uma série de determinações”. Essas determinações estão atreladas a fatores extra individuais, como processos biológicos, psíquicos, sociais e culturais “que, combinados, engendram uma modalidade específica de organização subjetiva, um molde para as experiências individuais” (Mezan, 2019, p. 259). Embora o autor não faça uma

⁸ Neste caso, trata-se de um momento mítico de entrada na cultura enquanto sistema simbólico de relações.

descrição pormenorizada de cada uma dessas determinações, podemos pensá-las, de maneira geral, como determinações psicossociais da subjetividade.

Referindo-se, então, especificamente a essas determinações psicossociais, Mezan (2019) nos dá pistas dessas descrições ao distinguir três planos de análise: o singular, o particular e o universal⁹. O singular está no território da biografia, é tudo o que constitui cada pessoa como aquela e não outra. O universal é da ordem do que é próprio da espécie e, portanto, compartilhado com todos, como a linguagem, por exemplo. Entre esses dois planos se situa o particular, como aquilo que é próprio a alguns mas não a todos. Estaria justamente nesse plano a possibilidade de aludir aos tipos de subjetividades, uma vez que a materialização de elementos universais se daria de forma contingente, dependendo de diversos aspectos ou condições (Mezan, 2019). É no plano do particular, portanto, que se situam tanto as manifestações culturais de um determinado povo, quanto a própria noção de adolescência, as quais são fatores que engendram as subjetividades e que vão além da experiência de si.

Nesta perspectiva, as categorias cultura e adolescência, enquanto determinantes psicossociais da subjetividade, sobrepõem-se mutuamente. Contudo, embora se sobreponham, também entre elas é possível estabelecer linhas de leitura distintas. Uma delas considera “o” adolescente em seu aspecto particular, isto é, as determinações que vão além da experiência de si e estão inseridas em uma determinada cultura. Por isso, neste trabalho, falamos em adolescência e não em adolescentes: “o adolescente” é uma abstração que circunscreve as determinações psicossociais da subjetividade. Caso contrário, estaríamos no âmbito das singularidades, o que requereria um estudo de caso específico, por exemplo. Outra linha de leitura versa sobre como determinadas características da adolescência compõem o próprio campo cultural, ainda que seus aspectos particulares possam ser desdobrados para diversas outras determinações psicossociais da subjetividade, como questões de gênero, raciais e geográficas, para citar algumas.

Ainda sobre os vínculos entre o subjetivo e o social, importa salientar que mesmo que a experiência de si seja um aspecto singular da subjetividade, esta é, em seu caráter mais fundamental, instituída socialmente. Para que uma sociedade sobreviva, é necessário que ela produza modos de aculturação eficazes, que garantam aos pertencentes àquele determinado grupo possibilidades de funcionar segundo suas regras específicas, bem como eventualmente

⁹ Alguns autores divergem quanto à nomenclatura desses termos, para se referir às mesmas dimensões de análise; como Estevão (2021), que utiliza “individual” e “social” em vez de “singular” e “universal”, respectivamente. Doravante, utilizaremos os termos propostos por Mezan (2019), por introduzir essa categoria intermediária do “particular” entre as posições dicotômicas clássicas (individual-social ou natureza-cultura).

transgredi-las e, posteriormente, transmiti-las à geração seguinte (Mezan, 2019). Esses modos de aculturação são encarnados em práticas, pessoas e instituições, as quais alçam status de ideal cultural para aquela determinada sociedade. Desta maneira, como contribuição própria da psicanálise, pode-se pensar no conceito de identificação como aquilo que faz o vínculo entre o subjetivo e o social, considerando os ideais culturais como modelos identificatórios. Entretanto, tendo em vista a complexidade dinâmica das sociedades, é impossível que o sujeito tome todas as práticas, pessoas e instituições como ideais culturais. Assim, ele terá que fazer escolhas, cujas determinações têm caráter mais ou menos inconscientes, gerando uma noção de autonomia e liberdade relativa do sujeito, o que se materializa em expressões como “escolha da neurose” em uma vertente freudiana ou “alienação do sujeito” em uma vertente lacaniana. De todo modo, dependem de suas experiências mais fundamentais e precoces, isto é, de sua constituição psíquica e de como ocorreu o desenvolvimento do Eu.

Em termos de constituição ou estruturação psíquica, a partir da psicanálise, é deste tipo “escolha” que se trata quando da entrada na puberdade. De maneira sucinta e após as diversas revisões feitas ao longo de sua obra, Matheus sintetiza que a teoria freudiana apresenta a puberdade “como *momento de definição* da vida sexual, caracterizado pelo *primado das zonas genitais*, pela efetivação da *escolha objetal*, a partir da reedição de *marcas infantis*” (2020, p. 120). Reedição que, como já mencionado, está ligada ao complexo de Édipo e que caracteriza o desenvolvimento da sexualidade humana em dois tempos. É importante salientar que mesmo com os desdobramentos teóricos que a virada dos anos de 1920 trouxe à teoria psicanalítica, Freud manteve a ideia de que a interdição dos impulsos incestuosos e a escolha amorosa definitiva são deflagrados pelo desenvolvimento fisiológico que, por sua vez, é justificado pelo determinismo endógeno filogeneticamente estabelecido. Além disso, o segundo momento da experiência sexual também pode ser entendido como um trabalho psíquico capaz de fazer ligação e alçar significação para os estímulos internos e externos que invadem o aparelho psíquico neste momento constituinte, ainda que de forma incompleta (Matheus, 2020).

Neste sentido, considerando o jogo identificatório e a questão da castração resultantes da conceitualização do complexo de Édipo, abre-se uma nova vertente interpretativa da obra de Freud que privilegia uma perspectiva simbólica, de acordo com a releitura lacaniana. Assim, ao abordar o complexo de Édipo a partir dessa ótica, podemos dizer, muito sucintamente, que Lacan entende a função paterna como aquela que inscreve para o sujeito um significante, o Nome-do-Pai, que o permitirá, justamente, ter acesso às trocas simbólicas da linguagem e da cultura. Desta maneira, a própria constituição subjetiva se liga à cultura no

sentido em que se estabelece à medida dos tempos de fixação do sujeito em relação à seu Édipo (Matheus, 2020; Estevão, 2021).

Proposição

Ao articular cultura e desenvolvimento da personalidade a partir da perspectiva psicanalítica, propomos, então, considerar a adolescência como um fenômeno psicossocial amplo, multifacetado, para além de uma perspectiva maturacional tal qual preconiza uma leitura mais ortodoxa da psicologia do ego. Contudo, também não restringimos a ideia de desenvolvimento exclusivamente às determinações socioculturais. Assim, com o resgate de uma perspectiva historicista – considerando, portanto, as determinações socioculturais que circunscrevem as contingências particulares das subjetividades – é possível pensar na adolescência como esse momento de estruturação da personalidade enquanto operação simbólica deflagrada tanto pelo que vem de dentro (corpo) quanto pelo que vem de fora (cultura).

Nesse sentido, esta dissertação pretende discorrer sobre o tensionamento teórico existente entre as dimensões de aculturação e constituição da personalidade, tomando como elemento articulador o complexo de Édipo. Assim, busca-se dissertar sobre a revivescência do complexo de Édipo na adolescência – entendendo-a como momento de uma crise normativa da identidade – evidenciando o âmbito do desenvolvimento da personalidade e a constituição do sujeito a partir de uma perspectiva individual, mas não singular, em Freud e a partir de outros autores contemporâneos na psicanálise, com destaque para a leitura lacaniana. Além disso, intenta-se sublinhar a questão cultural envolvida em sua dupla dimensão, tanto a que afeta e constitui o sujeito quanto aquela que é formada pelas particularidades de uma cultura adolescente. Deste modo, nas relações entre adolescência e cultura tomadas em suas múltiplas determinações – individual/social, natural/cultural e singular/particular/universal – tem-se duas direções prioritárias de abordagem. De um lado a inserção do adolescente na cultura, que se constitui via identificação com determinados ideais culturais; de outro, a própria cultura adolescente, que remete à ampliação de sua importância nos ideais sociais contemporâneos.

Nossas hipóteses são: 1) que no eixo da constituição da subjetividade é necessário discernir melhor as características próprias da reedição adolescente, de forma a ser possível caracterizá-la como um quarto tempo do Complexo de Édipo; 2) que no eixo da inserção cultural é possível caracterizar uma cultura adolescente como uma configuração de ideais

própria às formações sociais contemporâneas, de forma a ser possível indicá-la como uma formação mítica pós-moderna.

Sendo assim, esta dissertação, que consiste em um *ensaio teórico*, é dividida em três capítulos. O primeiro discute o mito e sua universalidade, com uma apresentação do mito de Édipo e dos debates e controvérsias que têm havido em torno dele, em articulação com a perspectiva psicanalítica. O segundo capítulo, por sua vez, apresenta e discute o percurso freudo-lacaniano sobre o desenvolvimento da personalidade e constituição do sujeito até chegar na questão central da reedição edípica na adolescência, o que é abordado a partir de diversos autores. O terceiro capítulo é específico sobre a adolescência, que é apresentada a partir de uma proposta de divisão em tempos lógicos, ainda sob a ótica da experiência de si. Como o último tópico deste capítulo, tem-se uma discussão acerca da relação entre adolescência e contemporaneidade, agora considerando as determinações psicossociais da subjetividade. Por fim, as considerações finais trazem a discussão geral e integração desse percurso à luz de nossas hipóteses.

Quanto ao delineamento metodológico, conforme as definições propostas por Campos (2021), trata-se de uma *pesquisa sobre psicanálise*, que promove uma investigação teórico-conceitual no escopo do saber psicanalítico e, concomitantemente, propõe-se a interpretar fenômenos socioculturais a partir de uma psicanálise *aplicada*, tomada aqui em seu sentido mais geral e originário, em que a implicação política está colocada.

Por fim, salientamos que embora o foco deste trabalho não seja a clínica com adolescentes, é imprescindível sua referência, ainda que indiretamente. Como um dos lócus de investigação privilegiado em psicanálise, juntamente com a cultura e a própria teoria, esperamos que as discussões aqui realizadas sirvam de subsídio para prática clínica. Afinal, como ressalta Coutinho (2005), a clínica do adolescente nos informa diretamente sobre a clínica do sujeito moderno. Portanto, ao discorrer sobre reedição edípica na adolescência, em sua dimensão individual e também coletiva, acreditamos poder contribuir para uma discussão mais ampla em psicanálise.

CAPÍTULO 1 – A ESCOLHA E A TRAGÉDIA EDÍPICA

1.1 Introdução

Se o que caracteriza um saber propriamente psicanalítico é a noção de inconsciente associada à ideia de uma sexualidade que impulsiona o desenvolvimento, sua articulação só é possível graças ao processo que Freud cunhou como *Complexo de Édipo*, o qual se evidencia em todo o escopo dos escritos psicanalíticos. Há, inclusive, quem compare a importância desse conceito ao próprio fundamento da psicanálise: “Édipo tornou-se [...] a própria representação do Inconsciente – enquanto saber não-sabido, isto é, saber inconsciente do qual o sujeito não quer conscientemente saber. Édipo é o Inconsciente” (Quinet, 2015, p. 15). Foi a partir da escuta da narrativa mítica – a peça *Édipo Rei*, de Sófocles – em conjunto com tantas outras histórias, de seus pacientes e suas próprias, que Freud pôde chegar a essa concepção fundamental da psicanálise.

Contudo, até que se tornasse um de seus conceitos centrais, houve todo um percurso no movimento do pensamento freudiano. A primeira menção registrada ocorre em carta, para Fliess, em 15 de outubro de 1897, na qual Freud escreve:

Descobri também, em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância, mesmo que não ocorra tão cedo quanto nas crianças que se tornam histéricas. [...] Se for assim, podemos entender o poder de atração de Oedipus Rex, [...] a lenda grega capta uma compulsão que todos reconhecem, pois cada um pressente sua existência em si mesmo. Cada pessoa da plateia foi, um dia, um Édipo em potencial na fantasia (Freud, 1897 citado por Masson, 1986, p.273).

Apesar de haver um marco inicial na conceitualização do complexo de Édipo, Freud nunca chegou a apresentá-lo de forma sistemática (Laplanche e Pontalis, 1960/2001). Mesmo que os escritos de 1923 e 1924 tenham sido um avanço, com a descrição do “complexo de Édipo completo”, do complexo de castração e das consequências psíquicas de seu declínio, os desdobramentos em direção ao enigma do feminino perduraram até o final de sua obra.

Entretanto, durante todo o percurso freudiano, da noção ao conceito de complexo de Édipo, a ideia de sua universalidade sempre foi mantida. Embora inicialmente Freud não tivesse argumentos consistentes para essa afirmação, além de sua autoanálise e da escuta clínica, sua teoria se desenvolveu também no sentido de provar que esse é um complexo pelo qual passam todas as crianças. No entanto, para compreender esse percurso e como nele se

articulam as questões da adolescência, é necessário, primeiramente, nos debruçarmos sob a história na qual se baseia.

Sendo assim, neste primeiro capítulo apresentaremos o mito de Édipo, desde acontecimentos anteriores a seu nascimento – que envolvem também a história de seu pai, Laio – até depois de sua morte, quando há um conflito entre seus filhos. Em seguida, faremos algumas considerações sobre a questão da universalidade do Édipo, na psicanálise, e sobre debates contemporâneos da querela entre destino e caráter presentes na análise da mitologia.

1.2 O Mito de Édipo e suas Tragédias

Estima-se que a peça *Édipo Rei*, de Sófocles, tenha sido representada pela primeira vez por volta de 430 a.C. em Atenas. Essa faz parte da chamada *trilogia tebana*, que conta também com as peças *Édipo em Colono* e *Antígona*, que são sequência da primeira (Sófocles, 2002). Apresentaremos aqui um resumo bastante simplificado de seus enredos, não na forma como Sófocles as descreve, mas como uma narrativa cronológica.

Filho de Laio e de Jocasta, rei e rainha de Tebas, Édipo teve seu destino anunciado pelo oráculo de Apolo, em Delfos, antes mesmo que nascesse. Em consulta aos deuses, havia sido dito a Laio que, se tivesse um filho de Jocasta, este o mataria. A maldição inicial fora lançada por Pélope, que desejou que Laio morresse sem deixar descendentes. Isso ocorreu porque Laio, na juventude, sequestrou e estuprou seu filho, Crísipo, por quem era apaixonado. Laio e Crísipo eram como irmãos, pois Pélope havia acolhido e adotado Laio. Então, buscando evitar a maldição, com o intuito de não manter relações sexuais com ela, Laio se afastou de Jocasta. Porém, enfurecida e sem entender o motivo desse afastamento, ela o embriagou e o seduziu¹⁰.

Assim, um tempo depois, da união de Laio e Jocasta nasceu uma criança. Com medo de que a profecia se realizasse, Laio mandou sua esposa dar o filho a um pastor – após perfurar e amarrar seus pés – para que esse o deixasse morrer na região inóspita do monte Citéron. Entretanto, o pastor ficou com pena da criança e o entregou a um colega, designado na peça como Mensageiro. Este o chamou de Édipo – que significa pés inchados – e o entregou a Políbio e Mérope, rei e rainha de Corinto, que não tinham filhos. Édipo foi criado como filho da realeza, até que, chegando à maioridade, um habitante embriagado de Corinto lhe disse que era bastardo.

¹⁰ A história de Laio antes do nascimento de Édipo não está na trilogia tebana. Encontra-se em "As Fenícias", de Eurípedes, e "Sete contra Tebas", de Ésquilo, conforme Quinet (2015) e Greene e Sharman-Burke (2001).

Questionando-se sobre sua origem, Édipo dirigiu-se sozinho até Delfos, a fim de consultar o oráculo de Apolo sobre a sua linhagem. Apesar de não ter recebido uma resposta específica à sua pergunta, o deus revelou a Édipo que ele mataria o seu pai e se casaria com a sua mãe. Acreditando que Políbio era o seu pai e Mérope a sua mãe, Édipo decidiu nunca mais retornar a Corinto. Durante a sua fuga, Édipo encontrou um carro onde estava um homem idoso acompanhado por seus servos. O homem o insultou e um dos criados o atacou, levando Édipo a matá-los. Sem saber que se tratava de Laio, seu pai, e dos criados que o acompanhavam – exceto por um que fugiu – Édipo seguiu seu caminho, chegando aos arredores de Tebas. Neste ponto, Édipo já havia cumprido a primeira parte da profecia.

Nessa época, os moradores de Tebas estavam amedrontados com a Esfinge – um monstro com cabeça e busto de mulher, garras e corpo de leoa, cauda de serpente e asas de ave – que devorava aqueles que não conseguissem resolver seus enigmas. Diante do cenário desolador, Creonte, irmão de Jocasta, que se tornara rei após a morte de Laio, havia prometido ao povo tebano que, a quem fosse capaz de decifrá-los, seria concedida a mão de sua irmã e o trono de Tebas. Édipo, sem saber da promessa, foi vitorioso: ao questionamento “que animal anda com quatro pernas de manhã, duas ao meio-dia e três à tarde?”, ele respondeu “o homem”. A esfinge desapareceu e Édipo se casou com sua mãe, realizando, então, a segunda parte do prenúncio.

Tudo correu bem por muitos anos, durante os quais Édipo foi tido como um grande rei. De seu casamento com Jocasta, nasceram quatro filhos: Antígona, Ismene, Polinices e Etéocles. Os deuses, no entanto, não ignoraram os atos decorrentes de sua desobediência e, em determinado momento, enviaram uma peste que dizimou a população de Tebas. Diante dessa calamidade, Édipo ordenou que Creonte viajasse a Delfos para consultar o oráculo sobre as causas da praga e como poderiam contê-la. Seu cunhado voltou com a resposta de que a peste somente cessaria quando o assassino de Laio fosse expulso do país. É neste ponto que se inicia propriamente a tragédia de Sófocles, com diálogos entre os personagens na tentativa de descobrir quem havia cometido tal ato. Quando, finalmente, Édipo se dá conta que o oráculo havia se cumprido e sentindo-se abalado pelo horror de seus atos, ele cega a si mesmo. Jocasta, por sua vez, comete suicídio, concretizando a tragédia anunciada dos deuses.

A segunda peça, *Édipo em Colono*, parte deste ponto. Depois de cegar-se, Édipo viveu por mais um tempo em Tebas, onde seus filhos Etéocles e Polinices disputavam o trono, sem se sensibilizarem com as misérias do pai. Então, Édipo os amaldiçoou e eles o expulsaram da cidade. Após perambular pela Grécia como mendigo, Édipo chegou a Colono e pediu asilo a

Teseu, rei de Atenas, prometendo proteger a cidade de qualquer ofensiva de Tebas em troca. Durante todo o tempo, Antígona acompanhou o pai e, posteriormente, Ismene se juntou a eles.

Creonte, por sua vez, foi informado pelo oráculo que a terra onde repousasse o cadáver de seu cunhado seria abençoada pelos deuses. Assim, após uma tentativa frustrada de trazer Édipo de volta a Tebas, prometeu vingar-se de Atenas. Logo em seguida, Polinices também procurou o pai na tentativa de atrair a proteção dos deuses para sua causa, que era tomar o trono que estava sob o poder do irmão. Édipo, no entanto, reiterou a maldição aos filhos, profetizando que um mataria o outro. Polinices, então, pediu a Antígona que lhe desse uma sepultura digna no caso de sua morte. Por fim, acompanhado apenas por Teseu, Édipo sumiu misteriosamente em direção às profundezas da terra, mantendo em segredo o local de seu túmulo como condição para a felicidade de Atenas. Assim, depois da morte do pai, Antígona e Ismene voltaram para Tebas na tentativa de evitar a luta entre os irmãos, que disputavam o trono da cidade.

Finalmente, se inicia a terceira e última peça da trilogia, *Antígona*. Após um acordo inicial, Etéocles se recusou a ceder o trono a Polinices, que decidiu atacar a cidade e tomar o poder à força. Etéocles, após se preparar fortemente para a guerra, escolheu ele próprio para enfrentar o irmão. Na batalha que se seguiu, ambos os irmãos foram mortos, um pelas mãos do outro, cumprindo também a profecia de Édipo. Creonte, então, assumiu o poder e proibiu o sepultamento de Polinices, sob pena de morte de quem o tentasse, e ordenou funerais de herói para Etéocles. O cerne da trama gira em torno da decisão de Antígona em conceder os ritos fúnebres a Polinices, desafiando o decreto proibitivo de Creonte. A ação da personagem é motivada por sua convicção de que ela tem o direito de fazê-lo, sendo este o evento central na maior parte da peça.

1.3 A Tragédia é o Destino de Todos?

O mito de Édipo, lenda tebana que há muito circulava na antiguidade clássica, virou tragédia grega nas palavras de Sófocles e fonte de inspiração para o pensamento de Freud sobre a etiologia das neuroses. Entretanto, com um hiato de milênios, o resgate à mitologia como aporte interpretativo de questões bastante específicas do início do século XX trouxe inquietações aos pesquisadores da cultura helenística. Afinal, como seria possível afirmar a universalidade do desejo incestuoso pela mãe e de morte pelo pai a partir de *uma* dentre tantas lendas trágicas?

Reino (2018) se propôs a analisar minuciosamente a referência freudiana em carta a Fliess – conforme consta na introdução deste capítulo – de todos os aspectos que o levaram a concluir, naquela ocasião, que se apaixonar pela mãe e ter ciúmes do pai é um acontecimento universal da infância. São diversos esses aspectos e os retomaremos em seguida. Nesse momento, é válido salientar aqueles relacionados diretamente à peça de Sófocles. Além da ideia de que a infância, reconstruída em análise, tem uma dimensão trágica, destacamos outro ponto em particular: o poder de atração¹¹ que a peça causa nos espectadores. Segundo a interpretação de Reino (2018) do texto de Freud, o público reconhece e pressente em si a fantasia encenada de consumir o amor pela mãe e o ódio pelo pai a partir de uma ressonância da compulsão apresentada na peça. Essa compulsão é despersonificada e comum a todos, justamente porque é universal na infância, não se tratando de uma compulsão individual arbitrária ou resultante do caráter de Édipo. Então, por misturar a experiência real e a fantasia, a tragédia de destino causa uma reação de horror na audiência.

Da mesma forma, Vernant e Vidal-Naquet afirmam que o sentido dado por Freud à peça provém das reações imediatas do público tomadas como universais porque corresponderiam ao próprio processo psicanalítico em construção: “a tragédia é [...] em tudo comparável a uma psicanálise: levantando o véu que dissimula a Édipo seu rosto de parricida, ela nos revela a nós mesmos” (1972/2008, p. 54). No entanto, para os historiadores franceses, a tese freudiana de que toda criança foi apaixonada pela mãe e nutriu sentimentos hostis pelo pai não se sustenta quando apoiada exclusivamente no mito de Édipo. Conforme Vernant e Vidal-Naquet (1972/2008), a atribuição de sentido feita por Freud partiu de uma suposição da vivência íntima do público em relação à experiência evocada pelo mito, mas que não considera o contexto sociocultural da época. A compreensão do que seja um “efeito trágico” nos espectadores atenienses deveria levar em conta o panorama geral da cidade no século V, a saber:

as tensões, as contradições que surgem nela, quanto a chegada do direito e as instituições da vida política [que] questionam no plano religioso e moral, os antigos valores tradicionais: estes mesmos que a lenda heróica exaltava, donde a tragédia toma seus temas e suas personagens, não mais para glorificá-los, [...] mas para discuti-los publicamente, em nome de um ideal cívico, diante dessa espécie de assembleia ou de tribunal populares que é um teatro grego (Vernant e Vidal-Naquet, 1972/2008, p. 55)

Desta forma, partindo da própria conjuntura em que se originou o mito, os autores apontam para o que seria um equívoco na chave de decifração utilizada por Freud e que, portanto, não se poderia falar em universalidade do sentido mitológico (Vernant e

¹¹ Reino (2018) utiliza a expressão *poder cativante*, conforme tradução do texto de referência.

Vidal-Naquet, 1972/2008). Assim, é como se diante da pergunta “o que está por trás da criação do mito de Édipo Rei?” os historiadores respondessem: as representações do próprio contexto histórico e social da época. Enquanto Freud, por sua vez, homem de seu tempo e em face às demandas clínicas que enfrentava, dissesse: a representação universal de desejos sexuais infantis.

Contudo, apesar de afirmar sua universalidade, de início Freud ainda não havia estabelecido o complexo de Édipo como conceito e nem explicado o motivo de este ser um fenômeno supostamente comum a todos. Para Freud, além da reação de horror diante da lenda de Édipo, outro aspecto que corrobora com a tese da universalidade é a noção de destino presente na peça. Conforme anuncia o oráculo, Édipo estava predestinado a matar o pai e se casar com a mãe; do mesmo modo, segundo Freud, todo homem apresentou os mesmos desejos de forma inconsciente quando criança. A premissa subjacente a essa comparação é de que, assim como a vontade dos deuses é soberana, também são as determinações inconscientes, ao menos em relação à escolha de objeto e identificação sexual. Assim, mesmo que com suas escolhas individuais Édipo tenha tentado evitar sua sina, ela acabou se cumprindo. É a partir disso, então, que advém a dimensão trágica do mito, de acordo com as ideias freudianas – tragicidade que Reino (2018) definiu como o reconhecimento de uma compulsão infantil. Entretanto, ao contrário de Édipo, que vivencia a tragédia, nos neuróticos há o recalçamento, ainda que parcial, dos desejos incestuosos e parricidas (Freud, 1900/2013; 1913/2013).

A questão do destino apontada por Freud é importante porque se desdobra em duas chaves de leitura distintas para *Édipo Rei*, a partir das quais são possíveis diferentes interpretações. De qualquer forma, trata-se de uma tragédia, que pode ser entendida como de *destino* ou de *caráter*. A leitura de Édipo Rei sob a perspectiva de uma tragédia de destino recai em uma história de transmissão de culpa: a do crime de Laio e da maldição da Casa Real de Tebas. Já na tragédia de caráter, são as escolhas e decisões do personagem – expressas pelo seu caráter – que ditam os acontecimentos, os quais não podem ser previstos (Reino, 2018).

Como exemplo de uma leitura que reflete a tragédia de destino, Greene e Sharman-Burke (2001) falam em três momentos nos quais Laio e Édipo, representando a Casa Real de Tebas, foram transgressores perante a vontade dos deuses. Primeiramente, o que despertou a maldição familiar, foi a profecia de Pélope diante dos atos de Laio em relação a Crísipo. Foi como punição contra o sequestro e estupro de uma criança que Hera, deusa protetora da família, enviou a esfinge para dizimar Tebas. Em seguida, ao tentar se desvencilhar do que havia proferido o oráculo sobre seu próprio filho ser seu assassino –

perfurando-lhe os pés e o entregando à morte – Laio comete seu segundo desvio. É importante salientar que, em conjunto com sua irmã Ártemis, Apolo, deus do oráculo em Delfos, eram os deuses protetores das crianças. Por fim, a última ofensa foi cometida por Édipo, quando este também desafia Apolo e decide não voltar a Corinto. Esses foram os três grandes atos transgressores da Casa Real de Tebas contra os deuses, iniciando uma maldição familiar que só teria fim na quarta geração, com a morte do filho de Polinices, que também tentou tomar o trono. Dessa forma, “não há redenção, principalmente porque ninguém aprende as lições do passado nem se aproxima dos deuses com humildade” (Greene e Sharman-Burke, 2001, p.42), acabando com a maldição apenas com o fim da própria linhagem familiar.

Segundo essa perspectiva, a tragédia de Édipo é herdeira da revolta dos deuses contra os atos cometidos por seu pai, primeiramente. Vernant e Vidal-Naquet explicitam que o crime de Laio foi, mais especificamente, a transgressão das “regras de simetria, de reciprocidade, que se impõe tanto entre amantes como entre anfitriões e hóspedes” (1972/2008, p. 183-184), não os atos em si cometidos contra Crísipo.

No campo psicanalítico nacional, o principal autor que trabalha com essa perspectiva é Antonio Quinet (2015), que, sob um viés lacaniano, propõe uma releitura de Édipo a partir desse crime inaugural de Laio. Na visão de Reino (2018), o autor vai além na interpretação da peça e enfatiza que Édipo não quis saber sobre as transgressões do pai, tanto aquela que gerou a maldição quanto o fato de tê-lo entregue à morte. Neste sentido, Quinet pontua que “a maldição herdada está recalcada no Inconsciente como discurso do Outro”, salientando que “esse Outro, que na tragédia e no mito é chamado por nome de deuses, é constituído pela herança simbólica que todo sujeito recebe desde o nascimento e é agido por ela sem saber” (2015, p. 11). Deste modo, na chave de leitura como tragédia de destino, Édipo é entendido como objeto (Quinet, 2015) ou como herói agido, em contraposição à agente (Reino, 2018).

A questão que se coloca, tanto nas transgressões de Laio quanto nas de Édipo, é: há algo que antecede a conduta humana – a vontade dos deuses ou as determinações inconscientes. No entanto, sob a ótica de uma tragédia de caráter, isso não impede totalmente o livre arbítrio. Nota-se que a maldição inicial é condicionada à atitude de Laio, isto é, *se* ele tivesse um filho, este o mataria e se casaria com a própria mãe. Contudo, “se Laio não tivesse tido filhos, sua descendência teria também se extinguido, porém sem tragédia” (Quinet, 2015, p. 11).

Neste sentido, para Franciscato (2019), a tragédia de Édipo não é tanto a consequência de um destino transcendente, pré-definido pelos deuses, mas depende também de seu *êthos*, isto é, seu caráter. Ainda que a psicanálise só fosse ser inventada milênios depois, a autora

recorre ao aforismo de Heráclito – *a harmonia invisível é mais forte que a visível* – para fazer referência ao inconsciente, uma vez que noção de “harmonia” da época também poderia ser traduzida hoje como “estrutura”. Desta forma, caráter e destino são indissociáveis no âmbito da tragicidade humana. A conjunção do caráter com o destino é chamada *týkhe*, entendida erroneamente como acaso. Conforme a autora, “*týkhe* é aquilo que de fato acontece e, portanto, o produto final do destino, no momento em que ele se torna fato” (Franciscato, 2019, p. 16), ou seja, um acontecimento apenas aparentemente fortuito.

Édipo acreditava ser um rei grandioso em Corinto. As aparências, entretanto, não coincidiam com seu ser, fazendo com que Édipo estivesse equivocado sobre sua condição. Franciscato (2019) pontua que quanto mais submerso nas aparências e equivocado a respeito de si estiver um personagem, mais a *týkhe* evidenciará sua verdade existencial. Neste sentido, a autora diz que “a tragicidade do protagonista é ser arremessado para fora de sua aparência” (Franciscato, 2019, p.17) por meio de uma sucessão de acontecimentos. O mais importante deles, na peça, é conhecer o assassino de Laio, ou seja, a ele próprio. Porém, antes disso, ao ser chamado de bastardo, o eixo de seu caráter – o orgulho e o desejo de saber – já havia sido atingido. Assim,

Édipo é confrontado, através dos acontecimentos – das *týkhai* – com a mais autêntica verdade. Ele descobre, sem paliativos, quem de fato é. Há coerência no caso de Édipo. A vida lhe proporcionou aquilo que ele perseguiu com mais empenho: decifrar enigmas, saber quem era (Franciscato, 2019, p.21).

Édipo vai até as últimas consequências para se decifrar. Entretanto, segundo essa perspectiva, se seu caráter fosse outro, poderia ter agido de formas diferentes, possibilitando diferentes acontecimentos. Por exemplo, depois de ouvir o oráculo, Édipo poderia ter se atentado para não matar ninguém e também não se casar com uma mulher com idade para ser sua mãe. Amparando-se por esse raciocínio, pode-se dizer que foi o caráter de Édipo que moldou seu destino, o que é explicitado por uma sucessão de acontecimentos. Isso o torna responsável pela “catástrofe, que é descobrir sua própria identidade” (Franciscato, 2019, p.22), afinal os principais acontecimentos da peça não indicavam que Édipo estivesse condenado à busca pela verdade de si.

Embora ambas as leituras de *Édipo Rei* possam parecer opostas, como tragédia de destino *ou* como tragédia de caráter, Reino (2018) propõe que não é necessário concordar com uma em detrimento da outra. O cerne da questão seria definir o sujeito do Destino: a maldição inelutável ou o desdobramento do caráter? Para o autor, o sujeito do destino é *daímon*, que comporta em si uma indeterminação entre essas duas concepções. Primeiramente, porque

daímon pode ser traduzido tanto como destino – no sentido de algo inevitável – quanto em outro que se aproxima mais de *týkhe*, tal qual explicitado por Franciscato (2019). Em segundo lugar, o autor se apoia em uma passagem de Freud¹² que aproxima a noção de *daímon* da ideia de disposição ou constituição. Assim, ler *Édipo Rei* apenas como se o herói levasse a termo uma profecia, ou como se seus traços de caráter fossem os únicos determinantes, seria não sustentar a ambiguidade que o termo *daímon* comporta. Deste modo, na contenda entre as possibilidades de leitura de *Édipo Rei* como uma tragédia de destino, na qual o futuro é dado, ou como uma tragédia de caráter, em que ele está em constante construção, Reino conclui que “a julgar pelo *daímon* [...], os dois juntos, já que aquilo que nos é dado está em permanente construção” (2018, p. 64). Por fim, o autor aponta que é tão trágica quanto psicanalítica a ideia de que o sujeito do Destino seja tanto indeterminado quanto a própria causa da indeterminação.

Em uma perspectiva especificamente psicanalítica, encontramos a ideia de indeterminação na noção de *insondável decisão do ser*, descrita por Lacan em *Formulações sobre a causalidade psíquica* (1946/1998). Pensando na causa da loucura e em quais seriam as determinações que nos levariam a ser quem somos – assim como a discussão sobre mito edípico ser uma tragédia de destino ou uma tragédia de caráter – Lacan conclui que a decisão do ser é insondável, isto é, que sempre há um ponto de indeterminação nas escolhas.

No final das contas, nunca sabemos exatamente o que levou uma pessoa a ser o que é ou a pensar de determinada forma. Mesmo o mosaico de elementos históricos, sociais, familiares, culturais e talvez genéticos não dá conta nunca de esclarecer afinal as razões dos atos e dos pensamentos de alguém (Estevão, 2021, p. 68)

Ora, embora a determinação das escolhas seja uma questão para a psicanálise atualmente, de certa forma ela já estava posta desde a antiguidade clássica com as diferentes possibilidades de leitura de *Édipo Rei*. Contudo, como segue pontuando Estevão, “a psicanálise não é, entretanto, uma teoria sociológica, ou biológica, ou histórica, ou econômica. Ela é uma teoria do sujeito do inconsciente e está às voltas com o ponto que escapa a qualquer determinação desse sujeito” (2021, p.68). Neste sentido, é necessário se atentar para a concepção de sujeito a que se refere quando aludimos a Édipo. Freud, ao tomar o mito como referencial para falar em desejos incestuosos e parricidas como acontecimento universal da infância, referia-se a Édipo enquanto representante do sujeito dividido, sujeito do

¹² Trata-se de uma nota de rodapé em *A dinâmica da transferência* na qual Freud afirma que “Δαίμων και Τύχη [Disposição e Acaso] determinam o destino de um ser humano; raramente, talvez nunca, apenas um desses poderes. [...]. Aliás, pode-se ousar ver a constituição mesma como o precipitado das influências acidentais sobre a infinita série dos antepassados” (1912/2010, p. 108-109).

inconsciente, e não narrativa helenística circunscrita a um momento histórico, tal como Vernant e Vidal-Naquet (1972/2008) argumentaram.

Neste momento, é válida uma pequena digressão, sem o intuito de aprofundamento no assunto. De maneira extremamente breve, importa salientar que a concepção de sujeito para a psicanálise foi sendo desenvolvida ao longo da obra de Freud, sendo posteriormente retomada e reformulada por Lacan. Em 1897, data em que Freud cita em carta a peça de Sófocles pela primeira vez, ele estava em vias de abandonar a teoria da sedução, a qual tomava como realidade factual – e não psíquica – os traumas relatados pelas histéricas. Com isso, a teoria do sujeito em psicanálise foi se construindo até que desatrelasse, definitivamente, a noção de sujeito àquela relacionada com o Eu da consciência filosófica, calcado em uma racionalidade cartesiana. Freud, inicialmente, fala em sujeito dividido, referindo-se à diferenciação das instâncias psíquicas. Lacan, em seguida, propõe a noção de sujeito do inconsciente – sujeito de desejo, de onde opera a psicanálise – que advém como resposta à linguagem, a partir da relação com o Outro. Para nossa finalidade, basta reiterar que a noção de sujeito de que se fala não se confunde com a de indivíduo, mas é circunscrita à concepção psicanalítica do termo.

É neste sentido que Quinet (2015) evidencia a tensão existente entre os status de sujeito e de objeto no mito de Édipo. Sob o primeiro, recairia o foco freudiano: Édipo como sujeito de desejo, tanto desejo de saber quanto desejo sexual. Por outro lado, seu status de objeto revelaria as inscrições do desejo dos pais que permaneceram nele: Édipo como objeto de filicídio e vítima da tradição oracular, que deve cumprir um destino. Por fim, sintetizando a questão das escolhas em Édipo, Quinet enfatiza a “responsabilidade do sujeito ético imprensado entre a determinação simbólica (Inconsciente) e a parte que lhe cabe da decisão própria e singular, entre a paixão de ignorância e o desejo de saber” (2015, p. 11). Deste modo, o entendimento do que é considerado trágico no mito se altera:

O ensinamento trágico dessa história de Édipo pelo avesso é a necessidade de se ter coragem de se confrontar com o crime e com o gozo desmedido herdado dos pais, presentes e atuantes no sujeito. Se as tragédias gregas são civilizatórias é por tratarem sem pudor de forma artística daquilo que mais rejeitamos nos outros e em nós mesmos (Quinet, 2015, p. 12).

1.4 Considerações Finais

Diante do exposto até aqui, podemos finalmente nos remeter à pergunta que organiza este capítulo inicial: a tragédia é o destino de todos? E, ainda, o que persiste do mito que nos toca até hoje? À primeira pergunta, parece-nos que Freud respondeu sim. Durante toda sua

obra, preocupou-se em demonstrar a universalidade do complexo de Édipo e, mais do que isso, o destino trágico do homem que, para viver em sociedade, necessita renunciar parte de suas pulsões. Interpretações posteriores, no entanto, apontaram para a responsabilidade do sujeito ético ao fazer suas escolhas, cujas determinações são insondáveis, mas que acabam também sendo trágicas na medida em que é necessário se haver com o que foi herdado.

À segunda pergunta, mantemos nosso questionamento, porém o direcionando para seu escopo psicanalítico. Diante de tantas relativizações que têm sido feitas à universalidade do complexo de Édipo, por que ele ainda é discutido até hoje? Mais do que isso, como podemos entender essa pretensão de universalidade na sociedade e na teoria psicanalítica contemporâneas? Para respondê-las – ou, ao menos, fazer melhores perguntas – teremos de percorrer mais profundamente os caminhos da teoria psicanalítica, começando por seu criador.

De qualquer forma, concordamos com Reino (2018) quando o autor diz que o poder cativante de Édipo se confunde com o poder cativante da psicanálise. Esse encantamento do mito viria do estabelecimento de uma linha contínua entre o atual e o infantil, do reconhecimento de uma compulsão comum a todos, entre outros aspectos, mas tudo isso como efeito do trabalho da psicanálise. Não seria a própria psicanálise, então, uma tragédia de destino?

CAPÍTULO 2 – O COMPLEXO DE ÉDIPO E A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA

Atrevo-me a dizer que, se a psicanálise não pudesse se gabar de outra realização além da descoberta do complexo de Édipo reprimido, isso já lhe daria o direito de ser incluída entre as valiosas conquistas recentes da humanidade.

(Freud – *Compêndio de psicanálise*)

2.1 Introdução

Foi assistindo a uma peça de teatro que Freud se inspirou para desenvolver o conceito de complexo de Édipo, que viria a se tornar a pedra angular da teoria psicanalítica, mais especificamente em relação ao desenvolvimento da personalidade. Seria uma tarefa hercúlea – só para citar outro mito grego – acompanhá-lo nos pormenores de seu caminho, o que talvez fosse equivalente a retomar praticamente todos os pontos de sua teoria. Talvez, de forma semelhante, este esforço seja comparável a acompanhar a jornada de uma criança até que ela deixe de ser uma, ao menos sob determinada perspectiva.

Deste modo, assim como a compreensão da adolescência exige revisitar a infância, também nos interessa acompanhar o desenvolvimento do conceito de complexo de Édipo desde sua origem, bem como suas inter-relações com outros aspectos da teoria freudiana sobre a constituição da personalidade. Porém, como aqui nos encontramos entre meros mortais, cabe a nós a resignação diante das possibilidades. Assim, sem a intenção de escrutinar a temática, nos apoiaremos nos principais textos de Freud que versam tanto sobre o complexo de Édipo, quanto aqueles essenciais para uma articulação teórica mais ampla acerca do desenvolvimento da personalidade.

Para isso, tomaremos como elemento organizador a proposta de leitura de Ivan Ramos Estevão (2017; 2021), que divide o desenvolvimento do conceito de complexo de Édipo em Freud em três momentos cronológicos. O primeiro é chamado de *Complexo de Édipo clínico*, que vai desde o início da obra freudiana até 1913. Inicialmente, tratava-se apenas de uma noção, sem alçar ainda estatuto de conceito, e era percebido por Freud justamente em sua clínica. Em seu trabalho, aparecem apenas fragmentos e passagens que se referem a Édipo, sendo ainda pouco operacional no âmbito teórico. A primeira menção à peça foi feita em carta a Fliess, em 1897, como já visto; em 1900, há o primeiro texto efetivamente publicado que

cita diretamente *Édipo Rei*; e, finalmente, em 1910, ocorre a nomeação do complexo de Édipo. Nesse momento, Édipo é pensado apenas como o complexo central das neuroses, a partir do qual Freud tenta sustentar sua universalidade com a ideia de que o mito representa nossos desejos mais íntimos e, ao mesmo tempo, mais negados.

No entanto, é somente com a publicação de *Totem e Tabu* (1913/2013), diante do que Estevão (2017; 2021) chamou de *Complexo de Édipo cultural*, que irá se sustentar a tese da universalidade para Freud. A partir do mito da horda primeva, Freud entende que o próprio fundamento da sociedade e da cultura é a interdição do incesto, compreendida como Lei primordial que funda as leis sociais. Assim, como elemento proibidor do ato incestuoso, surge a figura simbólica de um Pai idealizado, importante e temido (Costa, 2010; Estevão, 2021). Desta forma, como sintetiza Costa, "o Complexo de Édipo refere-se à forma mítica da origem da Lei" (2010, p. 13), à qual todos estão submetidos.

Finalmente, a partir de 1923 e das ideias contidas em *O Eu e o Id* (1923b/2011), se inicia o momento do *Complexo de Édipo constitutivo*, o qual é concomitante à mudança para a segunda tópica freudiana. É constitutivo porque aqui já fica explícito seu papel fundamental na estruturação da personalidade. Ele continua, assim, a ser o complexo nuclear das neuroses, mas se expande em relação à constituição também das instâncias psíquicas. Neste sentido, Estevão reitera que a diferenciação entre os momentos do desenvolvimento do complexo de Édipo não faz com eles sejam excludentes; ao contrário, "a abordagem seguinte parece englobar a anterior, mas a modifica de forma que possibilita resolver certos problemas que surgiam na articulação do conceito com a teoria em determinado momento da construção do edifício teórico" (Estevão, 2017, p. 34-35). Deste modo, a partir dessa divisão proposta por Estevão (2017; 2021), é possível acompanhar o percurso freudiano no que se refere à centralidade do complexo de Édipo como constituinte tanto da personalidade quanto da própria teoria.

Outro aspecto essencial para a compreensão de uma teoria do desenvolvimento da personalidade em Freud é considerar como aparecem os paradigmas pulsional e objetal em seus textos. Como já vimos na introdução deste trabalho, é possível analisar sua obra colocando esses dois eixos em perspectiva. O primeiro tem o primado da pulsão como organizador, com a ideia de uma energia endógena de caráter somático que se movimenta a partir de uma dinâmica organicista, interacionista e funcionalista. Já no segundo, é o objeto que organiza a pulsão por meio de vínculos identificatórios, isto é, o caráter endógeno da pulsão é invertido e a relação com o objeto – ou o meio – passa a ser o principal determinante da personalidade (Mezan, 2014).

No entanto, não apenas a partir dos paradigmas pulsional e objetal é possível uma leitura da obra freudiana. Com Lacan, um outro paradigma foi acrescentado às interpretações dos escritos de Freud: o paradigma subjetal. Dialogando com a tradição estruturalista e pós-estruturalista, a concepção de sujeito se altera com a teoria lacaniana e estabelece a psicanálise como um saber e uma prática fundamentados nos efeitos da linguagem e do sentido. Deste modo, com esse novo paradigma proposto por Lacan, tanto a teoria quanto a prática clínica da psicanálise ganham uma outra dimensão (Mezan, 2014).

Neste sentido, Lacan propõe uma releitura do complexo de Édipo freudiano, centrando-se em seus elementos mínimos e nucleares, o que responderia à questão de Freud acerca de sua universalidade. Assim, pai e mãe deixam de ser necessariamente os genitores e passam a representar funções: o pai, como representante da Lei, exerce uma função simbólica de nomeação e inserção na cultura; a mãe, por sua vez, ocupa uma posição imaginária, em que está fadada a se fundir com o filho como objeto fálico faltante. Nessa perspectiva, não se trata apenas de uma teoria sobre a relação da criança com seus cuidadores, mas sim da criação e inscrição de elementos que conduzem a uma estrutura psíquica (Estevão, 2021; Costa, 2010).

Em uma primeira formulação, o complexo de Édipo é pensado por Lacan a partir de três tempos lógicos, nos quais a passagem por determinado tempo é condição para o outro, mas sem que se estabeleça uma relação hierárquica normalizante entre eles. Esses tempos se ligam à estrutura clínica do sujeito, sendo que o tempo do Édipo no qual o sujeito se fixa corresponde ao que, a posteriori, será a sua: neurose, psicose ou perversão. Neste outro paradigma, então, a escuta clínica do analista se volta não mais para uma noção de déficit ou falha no desenvolvimento – tal qual pode ser interpretado a partir dos outros paradigmas – mas sim para as escolhas do sujeito, sempre insondáveis. Decerto a teoria lacaniana sobre sua releitura do complexo de Édipo é muito mais complexa, bem como suas consequências na prática clínica. Na segunda parte deste capítulo, então, apresentaremos brevemente essa releitura em seus aspectos mais essenciais e ligados ao desenvolvimento, sem a pretensão de abarcar toda sua complexidade. Por ora, basta dizer que não são poucas as mudanças decorrentes desta outra maneira de conceber o complexo de Édipo, da forma como fez Lacan (Estevão, 2021; Costa, 2010).

Sendo assim, esperamos que a apresentação do percurso freudiano e da releitura lacaniana do complexo de Édipo forneça as bases para que se tenha uma compreensão mais ampla da visão de cada autor em relação à constituição subjetiva e sua relação com o Édipo. No entanto, como veremos, Freud esmiúça o desenvolvimento da sexualidade infantil e suas

consequências para o adulto, mas fala pouco diretamente sobre seu “ponto de chegada”, a puberdade. Lacan, por sua vez, embora saia do registro de um tempo cronológico, reconhece a partir de Freud a importância do corpo em seu aspecto pulsional, mas também pouco menciona as mudanças da puberdade. Deste modo, a terceira parte deste capítulo será dedicada a algumas considerações acerca da reedição edípica na adolescência.

2.2 O Percurso Freudiano

Foi na virada para o século XX, com *A Interpretação dos Sonhos* (1900/2013), que Freud se referiu em texto publicado, pela primeira vez, à estrutura da peça de Sófocles para introduzir a noção do que se tornaria depois um complexo. Na seção sobre sonhos típicos, Freud recorre à lenda do rei Édipo para falar sobre o que observara em sua experiência clínica, a partir da escuta de sonhos incestuosos com a mãe e de assassinato do pai: os pais representariam o papel principal na vida psíquica infantil, sendo comum a criança apaixonar-se por um deles e odiar o outro. Haveria um efeito “profundo e universal” (Freud, 1900/2013, p. 283) nessa narrativa mitológica, semelhante à hipótese que estava construindo acerca do que denominou “psicologia infantil” na ocasião, no sentido de que “talvez todos nós tenhamos sido chamados a dirigir a primeira moção sexual à mãe, o primeiro ódio e desejo violento contra o pai” (Freud, 1900/2013, p. 285).

Considerando a oposição entre a vontade prepotente dos deuses – o destino, compreendido aqui com o sentido de universalidade – e a inútil resistência dos homens, Freud comparou a investigação de Édipo sobre sua origem ao próprio processo de uma psicanálise. Diferentemente de outras tragédias de destino, o mito de Édipo se destaca por abalar o homem moderno tanto quanto os gregos daquela época, uma vez que “seu destino apenas nos comove porque também poderia ter sido o nosso, porque antes de nosso nascimento o oráculo lançou sobre nós a mesma maldição que lançou sobre ele” (Freud, 1900/2013, p. 285). Nesse momento, para Freud, a história de Édipo é a história da realização de desejos infantis primitivos, diante dos quais recuamos horrorizados devido a toda a soma de recalçamento que esses desejos sofreram desde então. Daí, inclusive, a necessidade de incluir pavor e autopunição no conteúdo da peça. Por fim, concluindo sua análise sobre a tragédia de Sófocles, Freud (1900/2013) diz que a tentativa de unir a onipotência divina com a responsabilidade humana está fadada ao fracasso, enfatizando, mais uma vez, o caráter universal e inescapável de Édipo.

Embora Freud já tivesse citado parte das ideias contidas em *A interpretação dos sonhos*, e feito menções a Édipo em outros textos, como visto anteriormente, é somente em 1910 que a expressão “complexo de Édipo” aparece em seus escritos (Laplanche e Pontalis, 1960/2001). Em *Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens* (1910/2020), Freud descreve esse tipo a partir de determinadas “condições amorosas” e também de suas condutas em relação ao objeto. Essas condições são: a existência de um “terceiro prejudicado”, o que possibilitaria satisfazer as moções de rivalidade e hostilidade, e uma tendência a demonstrar “amor por mulheres libertinas” – nas palavras de Freud – permitindo a expressão do ciúme. Quanto à conduta do amante, este tenderia a tratar as mulheres por quem se apaixona como “objetos amorosos de supremo valor”, conferindo a este tipo de relação – e não a certa mulher em particular – um caráter compulsivo e de repetição. Por fim, outra característica da conduta típica deste tipo de escolha de objeto nos homens se relacionaria à tendência de este querer “salvar” a amada, não sendo capaz de abandoná-la, uma vez que se convence de que, sem ele, ela sucumbiria. Buscando as origens dessas características, Freud argumenta, então, como cada uma delas decorre da relação do menino com a constelação materna, expressando a partir da puberdade fantasias surgidas ainda na infância. Assim, com o esclarecimento do que seriam propriamente as atividades sexuais genitais, são reavivadas certas moções psíquicas e “[o menino] começa a ansiar por sua própria mãe, no sentido recém-adquirido, e a odiar o pai de forma nova [...]; ele cai, como dizemos, sob o domínio do complexo de Édipo” (1910/2020, p. 128).

Deste modo, ainda que nessa passagem do texto freudiano tenha sido utilizada pela primeira vez a expressão “complexo de Édipo”, é possível perceber que ela já era conhecida no meio psicanalítico. No entanto, nesse momento de sua obra, o complexo de Édipo era tido apenas de uma noção, ainda pouco operacional no âmbito teórico. Como aponta Estevão (2017; 2021), a ênfase recaía em seu aspecto *clínico*, sendo que o complexo de Édipo era pensado quase que exclusivamente como o complexo nuclear das neuroses, restringindo-se à sua forma direta e tomando somente o menino como modelo.

Até então, baseado em sua autoanálise e na escuta de seus pacientes, Freud tentava sustentar a universalidade do complexo de Édipo com a ideia de que o mito representa nossos desejos mais íntimos e mais negados, porém ainda sem estabelecer uma correlação com o desenvolvimento ontogenético e muito menos no que se refere à estrutura social. Foi, então, com a publicação de *Totem e tabu* (1913/2013) que Freud pôde, finalmente, introduzir o argumento *cultural* para afirmar sua universalidade. Ao notar a recorrência da temática edípica de várias formas também na cultura, Estevão diz que Freud reconhece o complexo de

Édipo “individualmente em si próprio, em geral na clínica, [e] universalmente na cultura” (2017, p. 45), o que faz com que a noção ganhe estatuto de conceito em sua obra (Estevão, 2017; 2021).

Totem e Tabu (1913/2013) é o primeiro dos grandes textos sociais freudianos – configurando, a partir de então, o momento do *Complexo de Édipo cultural* (Estevão, 2017; 2021) – no qual Freud articula as origens míticas das regulações sociais à estrutura do complexo de Édipo. No prefácio do artigo, Freud explicita que se trata de sua “primeira tentativa de aplicar perspectivas e resultados da psicanálise a problemas ainda não solucionados da psicologia dos povos” (Freud, 1913/2013, p. 6). Assim, parte de um material etnográfico e lança mão da ideia de que, em relação à vida psíquica, o “estágio anterior” dos povos selvagens permanece conservado em nossa evolução. Deste modo, Freud cria o mito da horda primeva, que irá compor, posteriormente, toda a sequência de seus textos sociais.

Nesta forma mítica e primitiva de sociedade, teria havido um chefe despótico – o Pai primevo – possuidor de atos intelectuais fortes e independentes e cuja vontade não necessitava de validação dos outros. Seu ego possuiria poucos vínculos libidinais e seu amor não era voltado para mais ninguém além de si próprio, ou a outras pessoas na medida em que atendiam às suas necessidades. Ele era o único que possuía acesso e poderia manter relações sexuais com as mulheres do clã. Era ciumento e violento. Aos filhos, não dava mais que o necessário e os expulsava da horda conforme cresciam, para que não tentassem roubar seu lugar. Nesse sentido, o Pai se constituía como obstáculo à necessidade de poder e satisfação sexual dos filhos.

Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. [...] Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força (Freud, 1913/2013, p. 84).

Contudo, na mesma medida em que odiavam o Pai, os filhos também o amavam e o admiravam. Deste modo, após o assassinato e identificação ao Pai, via refeição totêmica, os sentimentos afetuosos, até então subjugados, puderam emergir. Assim, por conta da ambivalência afetiva e como revés do ato violento, surgiu um forte sentimento de culpa entre a comunidade de irmãos. Para aplacar esse sentimento, foi erigido um totem, representante do Pai morto. Sustentado pelos tabus, sua função era impedir que o crime originário se repetisse – isto é, que nenhum dos irmãos tentasse tomar o lugar do Pai – além de proibir as relações endogâmicas com as mulheres do clã, já que esse era um dos motivos de inveja dos filhos,

que os levaram a seu assassinato. Além disso, o totem também servia para dar identidade à fratria. Desta forma, as exigências que antes eram do Pai passaram a ter efeitos no grupo sob a forma de Lei, transformando a horda paterna em uma comunidade de irmãos e dando origem à organização social (Freud, 1913/2013).

Da mesma forma que *Totem e tabu* (1913/2013) é um marco na teoria social de Freud, também é o texto publicado no ano seguinte, porém em relação às mudanças teóricas que vieram nos anos subsequentes. Em *Introdução ao narcisismo* (1914b/2010), Freud apresenta a noção de Ideal do Eu, que vai sendo desenvolvida ao longo de sua obra. Nesse texto, Freud diz que o narcisismo primário é abandonado pela criança a partir das críticas que os pais ou substitutos exercem sobre ela, dando lugar ao Ideal do Eu como nova instância psíquica que se coloca como referência (comparação) ao Eu atual. É importante salientar, porém, que não há, em Freud, uma distinção específica entre Ideal do Eu e Eu Ideal (*Ich Ideal e Idealich*). São os autores pós-freudianos que desenvolvem essa diferenciação, na qual o Eu Ideal estaria ligado justamente ao momento do narcisismo primário e de uma suposição de onipotência infantil. Freud explica que há um esforço para reconquistar esse suposto estado de onipotência e fazer com que a libido retorne ao Eu. Isso ocorreria a partir do cumprimento desses ideais impostos desde fora – e que agora são parte do próprio Eu – além da satisfação advinda das relações de objeto em si. Assim, conclui dizendo que, na vida adulta, “Uma parte do amor-próprio é primária, resto do narcisismo infantil; outra parte se origina da onipotência confirmada pela experiência (do cumprimento do ideal do Eu); uma terceira, da satisfação da libido objetal” (Freud, 1914b/2016, p. 33).

Além disso, Freud descreve que o encontro com o objeto de amor – que, nesse caso, já pode ser entendido como sinônimo de objeto sexual – pode ocorrer por dois caminhos. O primeiro é por *apoio* nos modelos infantis, isto é, ama-se o protótipo de mulher nutriz e o de homem protetor. Esse tipo de relação com o objeto – também descrita como anaclítica ou de ligação – é propriamente alteritária, já que está relacionada a um objeto distinto do Eu, conforme as vivências edípicas. O segundo caminho compreende as formas de amor *narcísicas*, nas quais uma pessoa ama: “a) o que ela mesma é (a si mesma), b) o que ela mesma foi, c) o que ela mesma gostaria de ser, [e] d) a pessoa que foi parte dela mesma” (Freud, 1914b/2016, p. 24), isto é, em que busca aspectos do próprio Eu no encontro com o outro. Observa-se que, aqui, o paradigma objetal na teoria do desenvolvimento de Freud começa a aparecer.

Seguindo a cronologia dos escritos freudianos, alguns anos mais tarde, em *Desenvolvimento da libido e as organizações sexuais*, Freud (1916/2020) apresenta pela

primeira vez de forma mais didática e ampla a temática do complexo de Édipo. Ao retomar o caminho iniciado nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*¹³ (1905/2016), essa conferência que trata inicialmente da questão da perversão e da sexualidade infantil, a história de Édipo é introduzida pela referência ao mito e sua universalidade, além de uma breve alusão a *Totem e Tabu* (1913/2013) e a relação entre o complexo de Édipo e o sentimento de culpa neurótico. Porém, é a partir do questionamento sobre a observação direta de crianças na época da escolha de objeto, anterior ao período de latência, que Freud passa a descrever o que compreendia naquele momento por complexo de Édipo no contexto do desenvolvimento psicosexual.

No texto de 1916, o modelo central para pensar o complexo de Édipo ainda era o do menino, uma vez que Freud o considerava muito similar ao da menina. Neste caso, haveria a “ligação carinhosa com o pai, [e] a necessidade de eliminar a mãe como supérflua e assumir seu lugar” (Freud, 1916/2020, p. 229). Assim, o desejo incestuoso pelo genitor do sexo oposto e a rivalidade com aquele do mesmo sexo estariam presentes tanto nos meninos quanto nas meninas, podendo ser substituídos também pela figura dos irmãos ou irmãs. Neste sentido, Freud é explícito ao mencionar os dois crimes de Édipo – o incesto com a mãe e o parricídio – e sua relação com a vida anímica, especialmente a dos neuróticos, afirmando que a investigação analítica mostraria que, na infância, “cada um desses neuróticos foi propriamente um Édipo” (Freud, 1916/2020, p. 230), o que poderia ser observado inclusive nos relatos dos sonhos.

Contudo, pontua Freud, a escolha de objeto na infância é apenas um prelúdio para as escolhas de objeto na puberdade, quando esses antigos objetos familiares e incestuosos podem ser reinvestidos. Assim, com a tarefa de descolamento dos pais para deixar de ser criança e fazer parte da comunidade social, “entram em ação processos afetivos muito intensos na direção do complexo de Édipo ou em reação a ele, que, no entanto, porque suas premissas se tornaram intoleráveis, precisam se manter, em sua maioria, afastados da consciência” (Freud, 1916/2020, p. 231). Deste modo, a real tarefa imposta ao menino ou à menina seria a de abandonar os desejos libidinais incestuosos pela mãe ou pelo pai e empregá-los em uma escolha de objeto amoroso exterior ao núcleo familiar. Além disso, haveria também a tarefa de reconciliação ou liberação da submissão da autoridade paterna, anteriormente tida como rival. Porém, como bem assinala Freud, essas tarefas – que se colocariam para qualquer

¹³ É válido pontuar que em 1915 foi feita a segunda reedição dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, na qual refletiram os conceitos apresentados em *Introdução ao narcisismo* (1914b/2010). Assim, ao dividir a pulsão sexual em libido narcísica e libido objetual, Freud redimensiona a questão das escolhas de objeto no texto original de 1905, o que levará a contribuições importantes no desenvolvimento do conceito de complexo de Édipo.

pessoa – raramente seriam resolvidas de maneira ideal, o que o leva a concluir que o complexo de Édipo é o núcleo central das neuroses (Freud, 1916/2020).

Ademais, nesse artigo também observamos os desdobramentos teóricos contidos em *Totem e tabu* (1913/2013), no sentido de que a vivência edípica, para o indivíduo, além de ser transmitida hereditariamente, seria recalcada na puberdade a partir da possibilidade real do incesto. Desta forma, os neuróticos seriam aqueles que não conseguem recalcar completamente esses desejos, fazendo com que o recalcado retorne enquanto sintoma. Assim, ainda em seu momento *cultural*, Freud começa a abarcar o complexo de Édipo como elemento constitutivo da personalidade, porém sem alçá-lo a esse estatuto em um âmbito teórico mais amplo, como veremos adiante. Cabe ressaltar que, nesse momento, ainda está em voga a primeira teoria pulsional de Freud, constituída pelo dualismo entre as pulsões sexuais e as pulsões do Eu (ou pulsões de autoconservação). O complexo de Édipo, nesse sentido, fica atrelado às pulsões do Eu, e apenas com a puberdade passaria a ser expressão da pulsão sexual. No entanto, nota-se que já em *Desenvolvimento da libido e as organizações sexuais* (1916/2020) há uma aproximação entre a pulsão sexual e as escolhas de objeto, o que será decisivo para a elaboração de sua segunda teoria das pulsões (Estevão, 2017).

Neste sentido, ao continuar sua investigação sobre a etiologia das neuroses, na conferência seguinte, Freud (1917/2014)¹⁴ apresenta a noção de *séries complementares*. Esse conceito é crucial para a compreensão das inter-relações entre o que é próprio do sujeito e o que advém de fora, mas mesmo assim é constituinte da personalidade, já dando mostras da complementaridade entre os paradigmas pulsional e objetual em sua concepção de desenvolvimento. Freud afirma que, na causa das neuroses, fatores endógenos e exógenos funcionam de forma complementar, a partir de uma relação de sentido inversa: em uma ideia de continuum, apenas nas extremidades da série se encontraria somente um fator. Considerando como endógena a fixação libidinal e como exógena a frustração a partir das circunstâncias da vida, um traumatismo mínimo em alguém cuja fixação seja forte poderia desencadear uma neurose. Além disso, no texto, Freud ainda distingue os fatores endógenos, dividindo-os em dois, que são a constituição hereditária e as vivências infantis. Deste modo, a partir do conceito de séries complementares, ao contribuir para a superação da dicotomia entre o inato e o adquirido, Freud vai se deparando com as consequências mais amplas dos desdobramentos de sua teoria.

¹⁴ Tanto *Desenvolvimento da libido e as organizações sexuais* quanto *Considerações sobre desenvolvimento e regressão* estão contidas na terceira parte das *Conferências introdutórias à psicanálise* (1916-1917), que versa sobre a teoria geral das neuroses. Nota-se que, embora haja uma diferença nas referências aos anos de publicação original, a depender da edição, a ordem das conferências se mantém, conforme apresentado.

Então, na busca por resolver as problemáticas levantadas desde *Introdução ao narcisismo* (1914b/2010) e questões relacionadas ao desenvolvimento da personalidade – como a neurose traumática, a compulsão à repetição, entre outras – a “virada” dos anos 1920 se inicia com a publicação de *Além do princípio do prazer* (1920/2010). Fala-se em “virada” dos anos 1920 porque é nesse ponto em que Freud faz uma revisão de toda teoria, culminando na mudança do modelo de psiquismo, de topográfico para estrutural. É nesse trabalho que Freud apresenta sua segunda teoria pulsional, na qual introduz o conceito de *pulsão de morte* (ou Tânetos), em contraposição às *pulsões de vida* (ou Eros), que agora abarcam tanto as pulsões sexuais quanto as pulsões do Eu. Essa mudança no aspecto *econômico* do psiquismo traz importantes implicações teóricas e clínicas (Campos, 2014). Especificamente no que concerne ao complexo de Édipo, fica evidente sua atualização na neurose de transferência, na qual o recalado que retorna como vivência atual “sempre tem por conteúdo algo da vida sexual infantil, ou seja, do complexo de Édipo e seus derivados” (Freud, 1920/2010, p. 131).

O último dos trabalhos mais relevantes que compõem o momento do *Complexo de Édipo cultural* é *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/2023), sendo também o segundo dos grandes textos sociais de Freud. É logo em seu início que Freud faz sua famosa afirmação de que a psicologia individual é, também, psicologia social. Destarte, Freud salienta que não é adequado diferenciá-las a partir do contraste entre uma satisfação pulsional narcísica e outra social. A psicologia social, ou das massas, trata de um ser humano individual, em um contexto mais amplo, nos quais podem aparecer “expressões de uma pulsão particular, irreduzível à análise, a pulsão social” (Freud, 1921/2023, p. 138). Neste sentido, talvez esse seja o trabalho freudiano que abarcou mais diretamente a relação entre indivíduo e sociedade – isto é, entre sujeito e cultura – por meio da correlação que o autor estabelece entre as estruturas sociais (os grupos) e o desenvolvimento da personalidade nos processos de identificação e em relação às instâncias ideais. Por esse motivo, daremos especial ênfase a este texto, acompanhando com Freud o caminho conceitual percorrido.

Primeiramente, Freud (1921/2023) evidencia que há uma tendência de união formadora dos grupos, sustentada pela sugestão e pela libido. A sugestão está contida na libido e é definida por uma convicção que não se baseia nem na percepção, nem no pensamento, mas em uma ligação erótica. Os mecanismos específicos que mantêm a coesão grupal e versam sobre como é formada essa ligação serão discutidos em seguida. Assim, o autor parte da hipótese de que o grupo é mantido pelo poder de Eros: são as ligações sentimentais entre seus membros e, principalmente, em relação ao líder, que sustentarão uma determinada coletividade.

Freud descreve, então, vários tipos de organização grupal, com ênfase para os grupos com e sem líderes. Como, por exemplo, a Igreja e o Exército, que são altamente organizados, permanentes e artificiais, protegidos por uma força externa contra a sua dissolução. Na Igreja, mais especificamente, existe a ilusão de que haja um líder que ame a todos de maneira igual, que seria uma espécie de Pai substituto. Assim, em ambos os exemplos é possível perceber que o líder pode ser substituído por uma ideia dominante ou pela relação entre ambos.

Nota-se, desde já, que Freud retoma o exposto em *Totem e Tabu* (1913/2013) para falar sobre a psicologia das massas, considerando-as como uma revivescência da horda originária, uma vez que, como “o ser humano primitivo se encontra virtualmente conservado em cada indivíduo, a horda originária pode restabelecer-se a partir de uma multidão qualquer de seres humanos” (Freud, 1921/2023, p. 200). Para Freud, as massas desejam ser dominadas por um poder irrestrito, sendo o pai primevo seu temido líder que, nas massas, ocupa o lugar de ideal do Eu para cada um de seus membros.

Dando continuidade à investigação psicanalítica sobre os laços libidinais que mantêm o grupo unido e sobre o principal fenômeno da psicologia de grupos – a saber, a falta de liberdade do indivíduo no grupo e as alterações na dinâmica psíquica limitadoras da personalidade – Freud (1921/2023) trata também dos mecanismos metapsicológicos envolvidos nesse fenômeno. O principal deles é a *identificação*, que pode acontecer de três formas. A primeira delas se expressa como a mais remota ligação afetiva com outra pessoa e está inserida na pré-história do complexo de Édipo. A segunda forma de identificação diz respeito à formação neurótica de sintoma, na qual o sujeito toma para si determinadas características – copiando um traço único – de outra pessoa-objeto. Nas palavras de Freud: “a identificação surgiu no lugar da escolha de objeto; a escolha de objeto regrediu para a identificação” (Freud, 1921/2023, p. 180). Por fim, o terceiro tipo de identificação, que também está relacionado à formação de sintoma, pode surgir quando há um elemento em comum com uma pessoa que não é objeto das pulsões sexuais, dando início a uma nova ligação a partir desse ponto.

Sobre o primeiro tipo, a identificação originária, Freud utiliza o menino como exemplo e diz que este se identifica com o pai, toma-o como modelo e quer *ser* como ele. A mãe, por sua vez, está investida como objeto claramente sexual: o menino deseja *tê-la*. São dois tipos de ligação que subsistem paralelamente por algum tempo, até que

Em consequência do avanço incessante da unificação da vida psíquica, elas finalmente se encontram, e, dessa confluência, nasce o complexo de Édipo normal. O pequeno percebe que, em relação à mãe, o pai está em seu caminho; sua identificação com o pai assume agora uma tonalidade hostil e

se torna idêntica ao desejo de igualmente substituir o pai junto à mãe. (Freud, 1921/2023, p. 178)

Porém, Freud salienta que, desde o início, a identificação é ambivalente, podendo se tornar tanto expressão de ternura quanto de desejo de eliminação. Ou seja, a ligação pode recair no sujeito – *ser* como alguém, no sentido da identificação – ou no objeto do Eu, tal qual na escolha de objeto sexual. Aqui fica explícita a mudança que a segunda teoria pulsional trouxe às questões edípicas: não se trata mais de pulsões do Eu, mas de pulsões claramente sexuais que, até o estabelecimento do complexo de Édipo, demandam satisfação diretamente das figuras parentais. O recalçamento característico do período de latência, entretanto, obriga à renúncia da maioria das metas sexuais infantis, modificando a relação com os pais. Assim, a pulsão sexual se torna “inibida quanto à meta” e o afeto na relação passa a ser de ternura, em oposição aos anseios “sensuais” (Freud, 1921/2023).

Na puberdade, no entanto, esses anseios voltam a ser dirigidos novamente por metas sexuais diretas, configurando o que posteriormente foi chamado de reedição edípica. Primeiramente, cabe dizer que, para Freud, o investimento de objeto para fins de satisfação sexual direta se extingue assim que essa meta é alcançada: é o amor comum, sensual. Contudo, sabendo que “raramente a situação libidinal permanece tão simples”, Freud diz que “a certeza da revivescência da necessidade que acabara de se extinguir deve ter sido certamente o motivo imediato para dirigir um investimento duradouro ao objeto sexual e para ‘amá-lo’, mesmo nos intervalos desprovidos de desejo” (1921/2023, p. 186). Assim, Freud ressalta que o adolescente, em geral, consegue fazer uma síntese entre o amor sensual – cuja pulsão não é inibida em sua meta – e o amor não sensual, terno, no qual a pulsão é inibida quanto à meta. Deste modo, quanto mais intensas as pulsões de ternura, maior o nível de *enamoramento*, opondo-se ao apetite meramente sensual.

Neste sentido, Freud diferencia a identificação do enamoramento dizendo que, na identificação, há uma mudança parcial do Eu, que se enriquece a partir da introjeção do objeto, que é perdido. Já no enamoramento, “o objeto permaneceu conservado e é superinvestido enquanto tal, por parte e às custas do Eu” (1921/2023, p. 189) que, ou o coloca em seu lugar, ou o toma como instância ideal. Trata-se da *idealização*, no segundo caso, em que há o transbordamento de libido narcísica para o objeto; e da *fascinação*, ou servidão apaixonada, no primeiro, que é quando o Eu introjeta todo o objeto. De qualquer maneira, em ambos os casos, Freud reitera que o teste de realidade fica prejudicado. É válido salientar, por fim, que ao descrever a idealização e a fascinação, no contexto das relações em grupo, Freud

estabelece, pela primeira vez, o ideal do Eu e o Eu como formações diferenciadas no psiquismo.

Finalmente, em 1923, tem início o momento do *Complexo de Édipo constitutivo* em Freud, com a publicação de *O Eu e o Id* (1923b/2011). Além de ser um marcador na conceitualização do complexo de Édipo, esse texto também estabelece a divisão entre a primeira e a segunda tópica freudianas, em que o aparelho psíquico passa a ser apreendido como uma estrutura composta por três instâncias independentes: Isso (Id), Eu (Ego) e Supereu (Superego). Então, a rigor, é somente a partir deste momento que é possível falar em constituição e desenvolvimento da personalidade (Campos, 2014). Deste modo, temos que, a partir de 1923, o complexo de Édipo é alçado a um conceito central e estruturante da personalidade na teoria freudiana (Estevão, 2017).

Em *O Eu e o Id* (1923b/2011), Freud diferencia o complexo de Édipo *simples* – o que, segundo Quinet (2015), foi banalizado pelo senso comum como sendo o próprio complexo de Édipo – e o complexo de Édipo *completo*. No primeiro caso, o menino tem moções amorosas pela mãe e deseja eliminar o pai e a menina tem moções amorosas pelo pai e deseja eliminar a mãe. Porém, Freud explicita que esse modelo é uma simplificação de um complexo de Édipo *mais completo*, que é duplo – positivo (heterossexual) e negativo (homossexual) – e depende da bissexualidade originária da condição pulsional da criança. O complexo de Édipo completo está presente especialmente nas neuroses e se caracteriza por uma série, na qual, em uma ponta “está o complexo de Édipo normal, positivo, e na outra ponta aquele contrário, o negativo, enquanto os elos intermediários exibem a forma completa, com participação desigual dos dois componentes” (Freud, 1923b/2011, p. 30). Deste modo, as identificações presentes nesse modelo mais completo se ampliam, uma vez que, em cada ser humano, ao mesmo tempo, há moções amorosas pela mãe e pelo pai, bem como desejo de eliminar igualmente ambos. Freud ainda diz que “na dissolução do complexo de Édipo, as quatro tendências nele existentes se agruparão de tal forma que delas resultará uma identificação com o pai e uma identificação com a mãe” (1923b/2011, p. 30), variando a intensidade dessas identificações que envolvem tanto um aspecto de amor quanto outro de rivalidade. Assim, Freud segue dizendo que há a substituição dos investimentos de objeto pelas identificações. Via identificação, a autoridade parental é introduzida no Eu, perpetuando a proibição do incesto e formando as instâncias ideais: o núcleo do Supereu e o ideal do Eu, que se configuram como instâncias herdeiras do complexo de Édipo.

É importante pontuar, porém, que nesse momento ideal do Eu e Supereu são considerados como sinônimos. Segundo Laplanche e Pontalis, trata-se de “uma só instância,

formada por identificação com os pais correlativamente ao declínio do Édipo, que reúne as funções de interdição e de ideal” (1960/2001, p. 223). Nesse sentido, Freud explicita que a relação entre o Supereu e o Eu “não se esgota na advertência: ‘Assim (como o pai) você *deve* ser’; ela compreende também a proibição: ‘Assim (como o pai) você *não pode* ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele” (1923b/2011).

No mesmo ano, Freud publica *Organização genital infantil* (1923a/2020), retomando a ideia de que na passagem à puberdade haveria a unificação das pulsões parciais e o primado da genitalidade, o qual não poderia ter ocorrido de forma completa na infância. Contudo, agora diz que há uma aproximação da importância da genitalidade tanto na criança quanto no adulto, porém com uma diferença fundamental: na infância, “para ambos os sexos, [há] apenas *um genital*, o masculino, [que] possui um papel. Portanto, não há um primado genital, mas um primado do *falo*” (Freud, 1923a/2020, p. 239). Com isso, instaura-se o que ficou conhecido como a fase fálica do desenvolvimento sexual infantil, posterior e compondo também às organizações pré-genitais da libido. Deste modo, a sexualidade infantil – que antes era definida precisamente por sua característica pré-genital – passa a contar também com uma organização genital específica, que introduz uma antítese entre o genital masculino e o castrado. Nesse sentido, apenas na puberdade é que a diferenciação entre o masculino e o feminino, enquanto escolha de objeto, poderá ocorrer, sendo que, nesse momento, para Freud, “o masculino reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis; o feminino estende-se ao objeto e à passividade” (1923a/2020, p. 242).

Assim, a partir da hipótese da primazia do falo, o texto apresenta outra importante consequência desse desenvolvimento teórico: o *complexo de castração*. De forma sucinta, tanto o menino quanto a menina observam a diferença sexual sob a perspectiva de ter ou não ter o pênis; então, com suas pesquisas sexuais sobre diferença, concluem que o pênis esteve presente e depois foi removido. A falta do pênis, por sua vez, será tida como uma consequência da castração e a criança, agora, deverá se haver com a relação entre a castração e sua própria pessoa. Por fim, convém ressaltar que, embora esse texto dê as bases para a diferenciação do complexo de Édipo no menino e na menina a partir do complexo de castração e de outras considerações sobre a “familiar polaridade sexual durante o desenvolvimento sexual infantil” (Freud, 1923a/2020, p. 242), aqui, Freud ainda se baseia no modelo masculino, deixando em aberto a compreensão sobre o complexo de castração na menina.

Retomando sua investigação sobre essa questão a ser respondida, em 1924 Freud publica o artigo *O declínio do complexo de Édipo* (1924/2020). Inclusive, esse é considerado

o único trabalho específico de Freud sobre o tema (Costa, 2010). Se, em 1923, Freud equipara as vivências edípicas à fase fálica no desenvolvimento sexual infantil, neste, sua preocupação é com sua e a entrada no período de latência. Freud argumenta que o declínio do complexo de Édipo poderia ocorrer a partir de elementos ontogenéticos – como as constantes decepções decorrentes da impossibilidade de satisfação – e também filogenéticos, como algo próprio da espécie. De qualquer forma, na passagem da fase fálica ao período de latência, ocorre que

Os investimentos de objeto são abandonados e substituídos por identificação. A autoridade parental ou paterna introduzida no Eu forma aí o núcleo do Supereu, que toma emprestado do pai sua severidade, perpetua a sua proibição do incesto e assim assegura o Eu contra o retorno dos investimentos libidinais de objeto. Os anseios libidinais pertencentes ao complexo de Édipo serão em parte dessexualizados e sublimados, o que provavelmente ocorre em cada transformação em identificação, e em parte inibidos quanto às metas [*zielgehemmt*] e transformados em moções de ternura (Freud, 1924/2020, p. 251).

Neste sentido, Freud é categórico ao afirmar que, no menino, é a ameaça de castração advinda da observação direta do genital feminino que causaria, idealmente, o declínio do complexo. Assim, no conflito entre o interesse narcísico no próprio pênis e o investimento libidinal nos objetos parentais, vence a primeira força. No entanto, esse mesmo ato que salvou seu membro, afastando os perigos de sua perda, também faz com que este fique “paralisado”, o que suspende sua função até o momento da reedição do complexo, na puberdade.

Contudo, ao estabelecer as correlações entre organização fálica, complexo de Édipo, ameaça de castração, formação do Supereu e período de latência, Freud se depara com um problema do qual não pode mais se furtar: e a menina, o que ocorre com ela?

Ainda neste trabalho de 1924, Freud começa a considerar a diferença entre os sexos como determinante para o desenvolvimento psicosssexual. Assim, de início, o clitóris seria para a menina como um pequeno pênis, que ela espera crescer em algum momento, já que atribui às mulheres adultas um genital masculino, no sentido da primazia do falo. Freud fala, então, de uma diferença essencial entre os sexos: “a menina aceita a castração como um fato consumado, enquanto o menino teme pela possibilidade de sua consumação” (Freud, 1924/2020, p. 253). Isso faria com que a angústia de castração na menina fosse excluída, prejudicando também a formação do Supereu, embora tal angústia pudesse ser expressada com a ameaça da perda do amor, e não do pênis. No entanto, como afirma Freud neste artigo, haveria uma tentativa de compensação da renúncia ao pênis a partir da equação simbólica que colocaria em equivalência o pênis e o bebê: o complexo de Édipo na menina culminaria no desejo de receber um filho do pai como presente, isto é, de lhe dar um filho.

Se em *O declínio do complexo de Édipo* (1924/2020)¹⁵ Freud começa a se questionar sobre as especificidades do complexo na menina, em *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925/2020) essa diferença está posta. Neste trabalho, Freud se preocupa em determinar o ponto do processo de desenvolvimento em que se encontra essa distinção, uma vez que tanto para o menino quanto para a menina o primeiro objeto de amor é a mãe. O que faria, então, com que a menina tomasse o pai, e não a mãe, como objeto de amor? Para responder a esse questionamento, Freud se volta à pré-história do complexo de Édipo em ambos os sexos e afirma que, apesar de não se ter tanta clareza sobre essa pré-história no menino, o da menina certamente teria um problema a mais. Considerando o desenvolvimento psicosexual e a similaridade dos investimentos pulsionais nas organizações pré-genitais da libido, Freud afirma que esse ponto de distinção não está tanto na conexão entre o onanismo e os investimentos de objeto do complexo de Édipo, mas em um outro aspecto do qual a menina é vítima: a inveja do pênis. Ao se deparar com a diferença anatômica entre os sexos, inicialmente o menino se mostraria pouco interessado e apenas mais tarde, com a ameaça de castração, essa observação se tornaria significativa. Já na menina, deparar-se com um órgão “notadamente visível e de grandes proporções” (1925/2020, p. 264) em comparação ao seu, levaria ao entendimento de que ela não o tem e que quer tê-lo. Seria essa a origem da noção de uma inveja do pênis na condição feminina.

O autor explora alguns possíveis destinos para esse conflito psíquico nas mulheres, a saber: 1) na vida adulta, iniciar uma psicose a partir da recusa à castração, reforçando sua convicção de que se tem um pênis e agindo como se fosse um homem; ou, reconhecendo a castração 2) estabelecer um sentimento de inferioridade; 3) deslocar a inveja do pênis para o traço característico do ciúme; 4) afrouxar a relação terna com a mãe, responsabilizando-a pela inveja do pênis e sentimento de inferioridade; e, por fim, 5) afastar-se do onanismo clitoridiano, entendendo que não pode competir com o menino, o que levaria ao desdobramento da feminilidade.

A partir dessas consequências psíquicas da inveja do pênis, entrando propriamente na questão edípica, a libido da menina se deslocaria do desejo de ter um pênis para o desejo de ter uma criança. Seria, portanto, com a intenção de ter um filho com o pai, que a menina o toma como objeto de amor, colocando a mãe como objeto de ciúme. É neste sentido que, segundo Freud, o complexo de Édipo é uma formação secundária para a menina, sendo

¹⁵ As reedições feitas nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016) datam até 1924, tendo sido fortemente influenciadas também pelo artigo *O problema econômico do masoquismo*, publicado no mesmo ano (Amaral, 1995).

precedido pelo complexo de castração. Deste modo, é estabelecida uma oposição fundamental entre o menino e a menina: “Enquanto o complexo de Édipo do menino cai por terra através do complexo de castração, o da menina é possibilitado e introduzido pelo complexo de castração” (1925/2020, p. 269).

Assim, considerando que o complexo de castração sempre opera no sentido de promover a feminilidade, Freud afirma que a diferença anatômica entre os sexos corresponde à distinção psíquica entre a castração consumada e a mera ameaça de castração. Então, se o complexo de castração é o que permite à menina a entrada no complexo de Édipo, sua dissolução não poderia se dar da mesma forma que no menino: como a castração já produziu seus efeitos, o complexo de Édipo na menina só poderia ser abandonado lentamente, sendo resolvido por recalçamento e deslocamento de seus efeitos. Aqui, como consequência da dissolução dificultada do complexo de Édipo na menina, Freud afirma que “o nível do que é eticamente normal é diferente para a mulher”, considerando que “o Supereu nunca se torna tão implacável, tão impessoal, tão independente de suas origens afetivas como o exigimos do homem” (1925/2020, p. 270), o que foi duramente criticado por feministas na época e em momentos posteriores. No entanto, reconhecendo a crítica, no mesmo texto Freud conclui dizendo que

todos os indivíduos humanos, em razão de sua constituição bissexual e da herança cruzada, reúnem em si características masculinas e femininas, de maneira que a pura masculinidade e a pura feminilidade são construções teóricas de conteúdo incerto (1925/2020, p. 271).

Daqui em diante, abordaremos dois conjuntos de textos, a partir da ordem em que foram publicados, que versam sobre a cultura, primeiramente, e em seguida, sobre o caráter constitutivo do complexo de Édipo.

No primeiro conjunto, temos *O futuro de uma ilusão* (1927/2023) e *O mal-estar na cultura* (1930). Em ambos os textos, Freud retoma suas discussões anteriores, especialmente a ideia de que a cultura está assentada em uma renúncia pulsional, a partir dos tabus do incesto e do parricídio. O trabalho de 1927 já traz diversos aspectos que serão aprofundados no de 1930, como a noção de que cultura contém em si um núcleo hostil a ela própria. É importante salientar que, neste momento, discorreremos apenas sobre os aspectos diretamente relacionados ao complexo de Édipo presentes nos textos, sendo que um aprofundamento maior em questões correlatas será feito no capítulo sobre o adolescente na cultura.

Em *O futuro de uma ilusão* (1927/2023), o tema central é a religião, tida como um *ideal cultural* – não no sentido de instância ideal do Eu, mas no âmbito da cultura – e fundadora da moral, com destaque para as religiões monoteístas. Nelas, Deus aparece como

uma figura onipotente e onisciente, equivalente ao pai protetor. O que há de novidade nesse texto, efetivamente, é a tese de que a fonte da atitude religiosa é o desamparo infantil, e que a religião seria um constructo social de um ideal cultural que colocaria a proteção de Deus/Pai contra o desamparo fundamental.

O *mal-estar na cultura* (1930/2023) é considerado um trabalho de maturidade de Freud, que articula o trajeto percorrido em seus textos sociais. Com suas bases anímicas, a cultura é definida como a “soma total das realizações e dos dispositivos através dos quais a nossa vida se distancia da de nossos antepassados animais e que servem a duas finalidades: a proteção do ser humano contra a natureza e a regulamentação das relações dos seres humanos entre si” (Freud, 1930/2023, p. 337). O principal desses dispositivos, como pontuou Lacan posteriormente, é o uso da linguagem.

Nesse trabalho, Freud (1930/2023) discute o mal-estar inerente ao processo civilizatório e à vida em sociedade, no qual haveria um embate entre as tendências egoístas dos indivíduos e uma tendência altruísta necessária à coletividade. Partindo de uma concepção hobbesiana de homem, Freud entende que toda civilização é construída tanto sob a coerção, quanto a partir da necessidade de uma renúncia pulsional, o que não é sem custo para o indivíduo. Haveria, portanto, a presença universal de tendências pulsionais destrutivas, bem como a necessidade de ideais para organizar a sociedade.

Partindo do sentimento de culpa descrito em *Totem e tabu* (1913/2013), Freud retoma a ideia de ambivalência pulsional para explicitar que “depois que o ódio foi apaziguado com a agressão, no remorso pelo ato veio à luz o amor, erigiu o Supereu por identificação ao pai” (1930/2023, p. 388). Deste modo, Freud explica tanto o amor envolvido no surgimento da consciência moral, quanto a inevitabilidade do sentimento de culpa, que ocorre não tanto pelo assassinato do pai, mas como “expressão do conflito de ambivalência, da eterna luta entre Eros e a pulsão de destruição ou de morte” (1930/2023, p. 388). O Supereu, então, é a instância que internaliza a coerção externa por meio da instauração da lei paterna e, deste modo, o sentimento de culpa se torna inerente ao próprio desenvolvimento da civilização.

Ao considerar que a civilização também é um processo a serviço de Eros, Freud (1930/2023) entende que é igualmente no âmbito social que o desamparo e o mal-estar podem ser geridos, especialmente por meio da vinculação a determinados ideais culturais, como a arte, a ciência e a religião. A adesão a esses ideais, via sublimação, é capaz de trazer satisfação narcísica ao sujeito em um nível grupal, uma vez que o princípio do prazer continua a operar como regulador das relações do indivíduo com o mundo. Em suma, nesse trabalho o

autor reitera a condição trágica da vida humana, na qual o mal-estar é inevitável, mas coloca os ideais culturais como uma saída possível na proteção contra o desamparo .

Para finalizar o percurso freudiano sobre a relação entre cultura e complexo de Édipo, nos apoiaremos nas ideias de Maria Cristina Poli (2004). Partindo da análise de *O mal-estar na cultura* (1930/2023), a autora contribui para essa discussão e aponta para uma sutil, porém importante, diferença entre os conceitos de civilização, cultura e relações sociais em Freud. A começar pela tradução do texto em português – que também pode ser encontrado como *O mal-estar na civilização* – a autora salienta que, para Freud, não há diferença entre os termos cultura e civilização. Em vez disso, Freud fala em um “elemento cultural” como um princípio geral de regulação das relações humanas, ou seja, como uma constante nas organizações sociais. As relações sociais, por sua vez, podem ser plurais, a partir de várias composições grupais, mas seguem sendo engendradas por esse “elemento cultural”.

Resgatando também o mito da horda primeva, Poli (2004) se refere a dois tempos de inscrição da cultura. O primeiro é o tempo de instalação da justiça como princípio de equivalência entre os irmãos, isto é, do próprio “elemento cultural”; é um momento mítico no qual, a partir de seu assassinato, o pai é encarado em sua forma positiva e “cada integrante do grupo seria um ‘pai da horda’ em potencial (Poli, 2004, p.42). No segundo tempo, as insígnias paternas se tornam “negativas”, passando a ser representadas por suas formas ideais – o Supereu, como consciência moral, e o ideal do Eu, que unifica as massas. A passagem à representação, sob a forma do totem, caracteriza a Lei que, ao proibir o incesto e o parricídio, “impede a reedição real da horda primitiva ao mesmo tempo em que a realiza simbolicamente” (Poli, 2004, p. 42). A autora destaca que é apenas nesse segundo tempo em que pode haver a distinção entre o “elemento cultural” e a formação do laço social; este sim, caracterizado pelas relações humanas historicamente circunscritas, o que implica também em diferentes formas de representar este ato primeiro.

Evidentemente, a tese de Poli (2004) é muito mais complexa do que o pequeno recorte apresentado até então. Porém, fica nítida a referência ao complexo de Édipo e, particularmente, ao seu “segundo tempo”: tanto o da sexualidade, com a puberdade, quanto aquele que possibilita uma inscrição particular na história. Imbuída também pelo referencial lacaniano, a autora faz uma “tese-diagnóstico da neurose no laço social” (Poli, 2004, p.52) na qual o complexo de Édipo, como componente da cena fantasmática original, atualiza, para cada sujeito, a estrutura fundadora da cultura. Além disso, em cada neurótico, individualmente, as relações sociais se organizam “em torno de um fantasma que recorta seus limites na referência a um ideal fálico, que representa de modo positivo o pai morto, e um

objeto de gozo interdito, o corpo materno” (Poli, 2004, p.52). Isto é, há uma correlação entre a vivência edípica no âmbito individual e no social.

Por fim, no segundo conjunto e finalizando as questões sobre os desdobramentos do complexo de Édipo em Freud, temos *Sobre a sexualidade feminina* (1931/2020) e *A feminilidade* ou *Conferência XXXIII* (1933b/2020). Em ambos, são reiterados os escritos sobre o complexo de Édipo na menina e acrescentadas algumas discussões. Por fim, *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise* (1933b/2010) e *Compêndio de psicanálise* (1940/2018), sendo esta última uma publicação póstuma e inacabada na qual o autor ansiava reunir os princípios da psicanálise de forma mais concisa.

No artigo de 1931, a relação entre a menina e a mãe é amplamente enfatizada. Considerando que, na fase pré-edípica, tanto o menino quanto a menina exigem um amor exclusivo da mãe, Freud se questiona sobre os motivos que, no caso da menina, transformam a ligação afetiva da mãe como objeto para o pai como objeto; ou seja, o que faz com que haja o afastamento da mãe. Além daqueles já citados em *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925/2020), Freud acrescenta que o motivo mais forte para se afastar da mãe é a “recriminação por não tê-la concebido com o genital correto, isto é, por tê-la parido mulher” (1931/2020, p. 296) e, sendo assim, a menina toma o pai como objeto esperando ter o pênis que a mãe a negou. Além disso, outro fator que gera rancor em relação à mãe é o impedimento da livre atividade sexual: na infância, pelas censuras ao onanismo; e após a puberdade, quando a mãe passa a assumir o dever de proteger a castidade da filha.

Freud salienta, ainda em *Sobre a sexualidade feminina* (1931/2020), que o afastamento da mãe é um passo altamente importante no desenvolvimento da menina. Mais do que uma simples mudança de objeto, há também uma queda das moções sexuais ativas e um incremento das passivas, o que caracterizaria a própria feminilidade. De início, Freud considera que a bissexualidade feminina está ligada à presença de duas zonas erógenas genitais, o clitóris e a vagina; enquanto o homem possuiria apenas uma, o pênis. Neste sentido, Freud separa o prazer clitoriano do prazer vaginal, remetendo o primeiro a um caráter masculino, ativo; e o segundo a um feminino, passivo.

Por fim, Freud conclui seu percurso no texto de 1933, ainda deixando em aberto muitas questões sobre a feminilidade. Nesse trabalho, Freud reconhece que ter metas sexuais passivas é diferente de passividade no âmbito do feminino, uma vez que “é preciso uma grande porção de atividade para que uma meta passiva se estabeleça” (1933b/2020, p. 317). Contudo, embora Freud não abandone a ideia de que a distinção anatômica entre os sexos – mais precisamente devido ao complexo de castração – imprima consequências psíquicas no

homem e na mulher, ele afirma também que “Só existe uma libido, que está a serviço tanto da função sexual masculina quanto da feminina. A ela própria, não podemos atribuir nenhum sexo” (1933b/2020., p. 337). Especificamente sobre a mulher, durante e após a reedição edípica, Freud sintetiza dizendo que

Regressões às fixações daquelas fases pré-edípicas ocorrem com muita frequência; em alguns ciclos de vida isso chega a uma alternância repetida de épocas em que predominam ou a masculinidade ou a feminilidade. Talvez o que nós, homens, chamemos de “enigma das mulheres” [...] derive dessa expressão da bissexualidade da vida da mulher (Freud, 1933b/2020, p. 336-337).

Para concluir, Freud admite que precisamos nos “atentar para que a influência das normas sociais não seja subestimada, normas que, de forma semelhante, forcem mulheres para situações passivas. Tudo isso está ainda muito obscuro” (1933b/2020., p. 317-318). E, fazendo jus à complexidade do tema, sugere: “Se quiserem saber mais sobre a feminilidade, então perguntem às suas próprias experiências de vida, ou voltem-se aos poetas, ou esperem até que a ciência possa lhes dar informações mais profundas e mais bem articuladas” (Freud, 1933b/2020, p. 341).

Como contribuição específica sobre articulações referentes às instâncias da personalidade, em *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, Freud (1933b/2010) estabelece o Supereu como “portador” do ideal do Eu, incorporando-o como uma de suas funções. Logo, o Supereu passa a abarcar as funções de auto-observação, consciência moral e também de ideal, que remete à imagem parental idealizada da infância. Deste modo, como resultantes da tensão entre o Eu e o Supereu, surgem, concomitantemente, o sentimento de culpa, ligado à consciência moral, e também um sentimento de inferioridade, ligado ao ideal do Eu.

Finalmente, como uma síntese de seu trabalho, em 1938, um ano antes de sua morte, Freud escreve o *Compêndio de psicanálise* (1940/2018). O texto abarca diversos aspectos da teoria psicanalítica, dos quais destacaremos aqueles relacionados ao nosso propósito.

Sobre o desenvolvimento da função sexual, o autor elenca os três principais resultados dos achados psicanalíticos, que contradiziam a opinião popular da época. São eles:

a) A vida sexual não começa apenas com a puberdade, mas se instaura logo após o nascimento, com nítidas manifestações; b) É preciso distinguir claramente entre os conceitos de “sexual” e “genital”. O primeiro é o conceito mais amplo, abrangendo muitas atividades que nada têm a ver com os genitais; c) A vida sexual inclui a função de obtenção de prazer a partir de zonas do corpo, função que posteriormente é colocada a serviço da procriação. Com frequência, as duas funções não coincidem (Freud, 1940/2018, p. 125).

Desses resultados decorre a noção do desenvolvimento da sexualidade em *dois tempos*, o que é uma característica exclusiva dos seres humanos. O primeiro tempo é o da infância, no qual zonas erógenas específicas são investidas de libido (pulsão sexual) para além das pulsões de autoconservação. Na busca pela obtenção de prazer e ultrapassando a necessidade de nutrição, a boca é a primeira zona erógena, configurando a fase oral da organização sexual da libido. Na fase seguinte, a sádico-anal, a satisfação é buscada por meio da função excretória e da agressividade, mesclando aspectos pulsionais puramente libidinais a outros puramente destrutivos. Por fim, a fase fálica é a última desse primeiro tempo da sexualidade na infância, atingindo seu apogeu e se aproximando de sua dissolução, em que pênis e clitóris se configuram como zonas erógenas. No entanto, nela atua apenas o genital masculino, ficando o feminino desconhecido por muito tempo (Freud, 1940/2018).

É válido salientar que, embora Freud coloque uma sequência nas fases do desenvolvimento psicosssexual, isso não acontece de maneira simples: elas se acrescentam e se sobrepõem umas às outras, coexistindo entre si. Mais especificamente, durante as fases oral e sádico-anal, as pulsões são parciais e buscam satisfação de forma independente. A partir da fase fálica, contudo, já há o primórdio de uma organização que subordina as pulsões sexuais à primazia do genital, o que somente ocorrerá de forma completa na puberdade, na fase propriamente genital da libido. A partir de então, o *segundo tempo* do desenvolvimento da sexualidade se instala, desencadeado pelo processo somático de maturação sexual. Isso traria uma revivescência dessas antigas fixações libidinais, aparentemente superadas, estabelecendo um novo estado em que

1) vários investimentos libidinais anteriores são mantidos; 2) outros são acolhidos na função sexual como atos preparatórios, sustentadores, cuja satisfação dá o assim chamado “prazer preliminar”; 3) outros impulsos são excluídos da organização, sendo ou suprimidos (reprimidos) ou tendo outro emprego no Eu, formando traços de caráter, sofrendo sublimações com deslocamento de metas (Freud, 1940/2018, p. 127).

Desta forma, embora a organização genital tenha sido alcançada, algumas porções de libido podem permanecer fixadas em objetos e metas pré-genitais. Caso haja dificuldades ou não satisfação genital, a libido pode, então, regredir a investimentos pré-genitais anteriores. No entanto, antes de adentrarmos nas especificidades da puberdade, é necessário compreender melhor o que separa esses dois tempos.

Retornando à passagem do primeiro ao segundo tempo da sexualidade, a dinâmica e o momento de entrada no período de latência – aquele que antecede a puberdade e a organização genital da libido – é estabelecida, finalmente, pelo complexo de Édipo e pelo

complexo de castração. Nesse texto, o autor define o complexo de Édipo como uma “situação pela qual todas as crianças passam e que decorre necessariamente do fator da prolongada dependência e convivência com os pais” (Freud, 1940/2018, p. 154). Além disso, também menciona que o complexo de castração está presente no mito de Édipo a partir de sua cegueira, como um substituto simbólico da castração. É nesse momento que a diferença entre os sexos tem sua primeira expressão psicológica, sendo que somente então é possível diferenciar o desenvolvimento psicosssexual do menino e da menina, conforme Freud já havia exposto nos trabalhos escritos entre 1923 e 1925. No entanto, partindo da noção de bissexualidade psíquica, é relevante se atentar para quando Freud diz que

nenhum indivíduo se limita aos modos de reação de um único sexo, mas sempre deixa algum espaço para aqueles do sexo oposto, exatamente como seu corpo traz em si, junto com os órgãos desenvolvidos de um sexo, também os rudimentos do outro, atrofiados e frequentemente inúteis (1940/2018, p. 154)

Além disso, outro aspecto comum a ambos os sexos é o fato de a mãe ter sido o primeiro e mais forte objeto de amor, devido a seu seio ter sido fonte da primeira experiência de satisfação, tornando-a modelo posterior de todas as relações amorosas. Contudo, Freud coloca o peso dessa argumentação em uma herança filogenética, de forma que “não faz diferença se a criança realmente mamou no peito ou foi nutrida com mamadeiras e não gozou jamais do carinho e dos cuidados maternos” (1940/2018, p. 155). Isso importa porque, com os desdobramentos posteriores da psicanálise – especialmente com a noção de função materna proposta por Lacan – fica evidente já em Freud que não se trata, necessariamente, da pessoa da mãe no complexo de Édipo.

Sigamos, enfim, para a descrição do complexo de Édipo positivo e no menino. Seu início é concomitante à fase fálica, por volta dos dois ou três anos de idade. Tendo percebido sensações prazerosas em seu genital, primeiramente via cuidado materno e depois por sua própria manipulação, o menino deseja se tornar amante da mãe, possuí-la fisicamente. O pai, que até então era um modelo invejado, se torna seu rival no amor pela mãe, uma vez que o menino percebe que, em sua ausência, pode desfrutar do leito materno. Esse é o teor do complexo de Édipo em si, “que a lenda grega transpôs do mundo de fantasia da criança para uma suposta realidade” (Freud, 1940/2018, p. 154). Então, durante essa vivência, a mãe compreende que não é certo deixar que o menino continue manipulando seu membro. Primeiro, ela o proíbe e, sem sucesso, ameaça retirá-lo, em geral afirmando que o pai o cortará. Assim, diante da ameaça de castração, o menino sofre um trauma profundo, que terá

consequências imediatas em relação aos pais e, em seguida, com os homens e as mulheres com quem se relacionar.

Freud diz então que, para tentar manter seu membro, o menino renuncia à posse da mãe e assume uma postura passiva ante o pai. No entanto, a atividade masturbatória que foi reprimida na prática, fica ainda mais forte na fantasia, sendo que seus derivados e produtos modificados serão introjetados posteriormente em seu Eu e farão parte de seu caráter. Deste modo, o menino se identifica com a mãe em sua atitude passiva diante do pai e, como resíduo na fixação erótica que antes mantinha com ela, cria uma dependência que será futuramente expressa sob a forma de sujeição às mulheres. Em relação ao pai, medo e ódio se transformarão em uma conduta desafiadora ante a ele, o que será o tônus de sua atitude na sociedade (Freud, 1940/2018).

Como já mencionado, no menino o complexo de Édipo antecede o complexo de castração, o que ocorre de maneira inversa na menina. Segundo Freud (1924/2020; 1940/2018), na fase fálica, ao perceber a diferença entre os sexos, a menina começa a ter inveja do pênis. Supostamente, como não obtém prazer que lhe baste na manipulação de seu genital, sente-se inferior ao menino e deseja se igualar a ele. Deste modo, caso permaneça com esse desejo, se tornará homossexual ou exibirá traços masculinos em sua vida futura. Então, para passar, efetivamente, pelo complexo de castração e posteriormente pelo Édipo, a menina deve se desligar da mãe como primeiro objeto de amor, sendo que isso ocorreria diante de um ressentimento por ela não ter lhe dado o pênis. Assim, a entrada no complexo de Édipo se dá quando a menina se identifica com a mãe por tê-la perdido como objeto de amor, colocando o pai em seu lugar. Motivada pelo ciúme em relação ao pai e por ter se ressentido pelo pênis que lhe foi recusado, a menina passa a odiar a mãe. O amor pelo pai vem, então, a princípio pelo desejo de ter um pênis que, em seguida, se desloca para o desejo de ganhar um filho dele como presente, como já mencionado na conferência sobre feminilidade (1933/2020).

Quanto às consequências dessas vivências na vida adulta, Freud diz que “a mulher não é muito prejudicada quando permanece em sua postura edípica feminina” (1933/2020, p. 159), já que sua escolha de objeto é baseada em características do pai e que ela “estará disposta a reconhecer sua autoridade” (1933/2020, p. 159). No entanto, apesar de seu desejo por ter um pênis ser “insaciável”, alguma satisfação só será possível se a mulher conseguir alçar seu amor pelo órgão a seu portador, tal qual fizera com a mãe após o desmame.

Uma vez descritos os conteúdos do complexo de Édipo e do complexo de castração tanto no menino quanto na menina, agora voltaremos à metapsicologia que compreende

ambos os sexos, em relação ao declínio do complexo de Édipo e à entrada no período de latência. Freud destaca que, em paralelo à ameaça da castração – segundo ele, fantasia de base filogenética – a criança teme a perda do amor dos pais, que a protegem contra os perigos reais do mundo externo. É, então, como defesa contra essas duas ameaças que a criança recalca as vivências edípicas, tornando inconscientes as representações a elas relacionadas. Desta forma,

As demandas instintuais impedidas de obter satisfação direta são obrigadas a tomar outras vias, que conduzem a uma satisfação substitutiva, e fazendo esses rodeios podem ficar dessexualizadas, tornando frouxa a ligação com as metas instintuais originais. Com isso antecipamos a tese de que boa parte do nosso patrimônio civilizacional foi adquirido à custa da sexualidade, pela restrição dos instintos sexuais (1933/2020, p. 165).

Assim, como visto ao longo da obra freudiana, a entrada no período de latência corresponderia à renúncia pulsional necessária à instauração da cultura. Durante esse período, as pulsões sexuais são inibidas em suas metas, sendo que diante disso podem seguir dois caminhos: a sublimação ou formações reativas, como o nojo, o sentimento de vergonha e o incremento dos ideais estéticos e morais (Freud, 1905/2016). Assim, é nesse período também que surge uma nova instância psíquica – o Supereu – que exerce as mesmas funções de proteção contra os perigos do mundo que os pais cumpriam anteriormente. Tal como os pais, o Supereu observa, ordena, orienta e ameaça o Eu. Contudo, sobre isso, é relevante pontuar que na formação do Supereu “não importam apenas as características pessoais dos genitores, mas tudo o que teve efeito dominante sobre eles próprios, as inclinações e exigências da condição social em que viveram, as disposições e tradições da raça que descenderam” (Freud, 1940/2018, p. 169), isto é, tudo que neste contexto estamos chamando de cultura.

Além disso, Freud nota, ainda, que a severidade do Supereu é muitas vezes maior que a dos pais reais. Volta-se novamente, então, ao mito edípico para explicá-la: “Édipo se sente culpado de seus atos e castiga a si mesmo, embora a coação do oráculo devesse inocentá-lo, em nosso juízo e no dele próprio. Efetivamente, o Supereu é o herdeiro do complexo de Édipo” (1940/2018, p. 168), instaurando-se apenas com seu declínio. E, ainda, complementa dizendo que “sua grande severidade [...] não segue um modelo real, correspondendo, isto sim, à força da defesa utilizada contra a tentação do complexo de Édipo” (Freud, 1940/2018, p. 168). Tem-se, então, que o Supereu faz o papel de um mundo externo para o Eu, ainda que tenha se tornado uma instância interior. Logo, a angústia que a criança sentia em relação à ameaça de castração ou da perda do amor dos pais é substituída por essa instância moral (Freud, 1940/2018).

Por fim, outro aspecto relacionado à internalização da angústia de castração, além da formação do Supereu, é sua atuação na instauração do recalque originário. Em sua dissolução, toda vivência edípica sucumbe ao recalque propriamente dito, levando a posterior amnésia infantil e ficando preservada apenas no inconsciente, segundo admitem as leis do Id. As reconstruções em análise dessas experiências esquecidas da infância encontram grande resistência por parte dos adultos, alegando que Édipo não sabia quem eram seus pais, assim como esse adulto seria isento de passar por tal acontecimento. Freud, no entanto, aponta que

A insciência de Édipo é a legítima representação da inconsciência em que toda a experiência caiu para o adulto, e a coação do oráculo, que torna ou deveria tornar inocente o herói, é o reconhecimento da inexorabilidade do destino, que condenou todos os filhos a passar pelo complexo de Édipo (1940/2018, p. 157).

Assim, o adulto procura uma psicanálise porque há algo que retorna desse recalcado na forma de sintoma, ao menos na neurose. Ora, esse retorno só pode ocorrer quando antigas fixações libidinais genitais são reavivadas, o que é desencadeado pelo processo das mudanças somáticas da puberdade: trata-se, finalmente, da reedição edípica.

Até aqui acompanhamos a cronologia proposta por Estevão (2017, 2021) no desenvolvimento do conceito de complexo de Édipo. De agora em diante, faremos um movimento parecido com aquele feito por Freud nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016), de retomada e ampliação de determinados aspectos teóricos acerca das especificidades da puberdade.

Primeiramente, é importante ressaltar que Freud não fala em “reedição edípica” propriamente. Refere-se, em vez disso, a uma quarta fase do desenvolvimento da libido, a genital, em que sua organização se completa e as pulsões sexuais parciais se unificam sob o primado da genitalidade. Tanto no menino quanto na menina, os aparelhos genitais externos e internos já se desenvolveram a ponto de serem capazes de fornecer produtos sexuais ou acolhê-los para a formação de um novo ser. A pulsão sexual, que antes era autoerótica, agora redescobre o objeto – representado inicialmente pelo seio materno nas primeiras experiências de satisfação – dando início ao segundo tempo da sexualidade, em que há a possibilidade concreta do ato sexual. Deste modo, a busca por um parceiro ou parceira como objeto de amor estaria condicionada às vivências edípicas infantis, havendo a partir da puberdade a reflorescência de demandas pulsionais anteriormente repelidas (Freud, 1905/2016; 1940/2018).

Conforme já mencionado na introdução, um dos únicos trabalhos dedicados especificamente à questão da puberdade é o último dos *Três ensaios sobre a teoria da*

sexualidade (1905/2016). Intitulado *Transformações da puberdade*, nele Freud descreve alguns fenômenos relacionados a esse momento, além de dar continuidade à teoria geral do desenvolvimento psicosssexual. Descreveremos aqui, de forma pontual, esses fenômenos aos quais Freud se refere.

A começar pelo que é mais evidente, as transformações da puberdade teriam início com a maturação fisiológica do corpo e a possibilidade de excitação sexual, manifesta tanto de forma somática quanto psíquica. Sobre o primeiro aspecto, a ereção do pênis e a lubrificação da vagina são sua expressão. Como correlato psíquico da excitação sexual, Freud pontua que ocorre um tipo de tensão peculiar, na qual a “nova meta sexual [no homem] consiste em descarregar os produtos sexuais” (1905/2016, p. 122). A peculiaridade, nesse caso, está em a pulsão carregar algum montante de desprazer até atingir sua meta. Para que haja a excitação sexual, Freud salienta que

Esse aparelho [reprodutor/genital] deve ser posto em movimento através de estímulos, e a observação nos mostra que os estímulos podem atacá-lo por três caminhos: desde o mundo exterior, pela excitação das zonas erógenas que já conhecemos; do interior orgânico, por caminhos ainda a serem pesquisados; e desde a vida psíquica, que representa ela mesma um depósito de impressões externas e um centro de acolhimento de impressões internas (Freud, 1905/2016, p. 123).

Assim, sobre os caminhos que se relacionam diretamente ao corpo, Freud enfatiza que a excitação sexual não vem apenas dos genitais, mas de todos os órgãos, incluindo o olho. Ao que Lacan chamou posteriormente de pulsão escópica, Freud se referiu à “qualidade de excitação ocasionada por aquilo que, no objeto sexual, denominamos beleza” (Freud, 1905/2016, p. 124). Deste modo, apesar de dar destaque à genitalidade a partir da puberdade, Freud concebe que a unificação das pulsões amplia a complexidade e as possibilidades de satisfação.

Voltemo-nos agora para o terceiro caminho da excitação sexual: a vida psíquica. Como dissemos, no período de latência ocorrem inibições sexuais e, com isso, são erguidas as barreiras contra o incesto. Além de sua compreensão como uma exigência cultural universal, nesse texto Freud ressalta que a proibição do incesto “atua [...] no sentido de afrouxar em cada indivíduo, especialmente no jovem, os laços com a família, que eram os únicos decisivos na infância” (Freud, 1905/2016, p. 147), possibilitando, então, que esse jovem se volte para interesses sociais outros que não o seio familiar.

Aliás, Freud coloca o desprendimento da autoridade parental como uma das realizações psíquicas mais significativas e também mais dolorosas da puberdade. É graças a esse distanciamento que poderia haver a separação entre as gerações, o que seria propulsor

para o avanço cultural. Entretanto, apesar da importância dessas afirmações, Freud não fala muito mais do que isso no texto de 1905. Alguns anos mais tarde, então, escreve um pequeno artigo intitulado *Sobre a psicologia do colegial* (1914a/2010), no qual pontua a importância dos professores nesse processo. Freud argumenta que a ambivalência e as expressões afetivas em relação aos mestres, tão comuns na época escolar, são uma revivescência da relação com os pais. Mais precisamente, os professores se tornam sucedâneos do pai enquanto figura de autoridade. Nesse sentido, complementa a afirmação que fez quase dez anos antes e diz que, nesse momento

O garoto começa a lançar o olhar além de sua casa, para o mundo real lá fora, e inevitavelmente faz descobertas que solapam sua elevada estima original do pai e promovem seu desprendimento desse primeiro ideal. Vê que o pai não é o homem mais poderoso, mais sábio, mais rico etc., fica insatisfeito com ele, aprende a criticá-lo e a classificá-lo socialmente, e o faz pagar caro, geralmente, a decepção que ele lhe causou. Tudo de promissor, mas também tudo de chocante que caracteriza a nova geração, tem por condição esse desprender-se do pai (Freud, 1914a/2010, p. 305).

A partir desse excerto, podemos nos aproximar do que hoje se discute acerca das especificidades da adolescência – como o desprendimento não necessariamente em relação às pessoas dos pais, mas sim aos ideais que eles representam, rumo a uma identidade mais autônoma – conforme discutiremos no capítulo seguinte.

Nesse sentido, diante desse desprendimento dos ideais advindo dos primeiros objetos de amor – não somente os pais, mas também os irmãos e outras figuras de cuidado – Freud estabelece que “todas as futuras escolhas de amizades e amores sucedem a partir de traços mnemônicos deixados por aqueles primeiros modelos” (Freud, 1914a/2010, p. 305). Assim, com base nas experiências infantis, são formadas uma ou mais *séries sexuais*, criando condições prévias muito variadas para a escolha de objeto, tanto em sua vertente terna quanto sensual. Deste modo, Freud considera que a vida sexual “normal”, a partir da puberdade, consiste na exata convergência entre a corrente terna, vestígio da infância, e a corrente propriamente sensual (Freud, 1905/2016; 1914a/2010).

Mais especificamente sobre as escolhas de objeto, retornamos, então, aos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016), em que Freud estabelece sua relação com a fantasia. Na puberdade, o autor enfatiza que “a escolha do objeto é realizada primeiramente na imaginação, e a vida sexual do adolescente não tem outra opção, praticamente, senão entregar-se a fantasias, ou seja, a ideias não destinadas à concretização” (1905/2016, p. 148). As fantasias em questão são, precisamente, as fantasias edípicas.

Em nota de rodapé acrescentada em 1920, Freud explicita que essas fantasias se mantêm, total ou quase completamente, inconscientes. Elas estão ligadas à pesquisa sexual infantil abandonada na infância e têm grande relevância na origem de muitos sintomas, já que definem as maneiras pelas quais os componentes libidinais recalcados encontram satisfação. Da mesma forma, apoiando-se em restos diurnos, a revivescência das fantasias edípicas pode aparecer como conteúdo manifesto dos sonhos. Nesse sentido, é claro que chegam à consciência modificadas pelo processo secundário. Assim, Freud refere que durante a puberdade há certas fantasias sexuais que se destacam por serem amplamente generalizadas e, em grande parte, independentes da experiência individual. Trata-se de

fantasias de espreitar o ato sexual dos pais, da sedução por parte de pessoas amadas quando era pequena, da ameaça de castração, as fantasias com o útero materno, de estar em seu interior e até mesmo ter experiências ali, e o assim chamado "romance familiar", em que ela reage à diferença entre sua atitude para com os pais agora e na infância (Freud, 1905/2016, p. 148).

Freud finaliza os acréscimos de 1920 reiterando o complexo de Édipo como o complexo nuclear das neuroses: são seus efeitos posteriores que influenciam decisivamente a sexualidade do adulto. Isso indica que o amor aparentemente não sexual pelos pais e o amor sexual têm a mesma origem, sendo o que o primeiro é apenas uma fixação infantil da libido. No entanto, adverte Freud, mesmo aqueles que conseguiram evitar essa fixação incestuosa não estão completamente imunes à sua influência, o que costuma ressoar na primeira “paixão séria” do jovem, que em geral é por pessoas mais velhas. Nesse caso, o homem costuma buscar a imagem mnêmica da mãe, enquanto a mulher, a imagem e autoridade do pai, considerando o que posteriormente Freud descreveu como complexo de Édipo positivo (Freud, 1905/2016).

Por fim, Freud salienta que por mais que a revivescência dos desejos edípicos na puberdade seja uma de suas características mais importantes, esse não é o único traço que influencia na escolha de objeto sexual. Também outros fatores originados na infância permitem que as pessoas estabeleçam determinadas parcerias, a partir do desenvolvimento das séries sexuais, como exposto anteriormente (Freud, 1905/2016). Contudo, Freud não se aprofunda no que seriam exatamente esses “outros fatores” e, nesse momento, também não fala nada além sobre as séries sexuais, embora possamos supor que elas se deem por identificação, conforme os processos descritos em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/2023).

Como pudemos notar, Freud deixa em aberto diversas questões sobre o que é exatamente e como seria a revivescência dos desejos edípicos na puberdade. No entanto, os

acréscimos diretos a seu texto foram feitos somente até meados da década de 1920, sendo que, depois disso, elaborações teóricas importantes ao complexo de Édipo continuaram a ser feitas. Diante disso, alguns dos psicanalistas que o sucederam se propuseram a revisitar sua obra e propor outros rumos a seu legado. Um deles foi o psicanalista francês Jacques Lacan.

2.3 A Releitura Lacaniana

Antes de apresentarmos o complexo de Édipo na leitura de Lacan, é importante ressaltar alguns pontos de sua teoria. Conforme sintetiza Estevão (2021), Lacan não renuncia a Freud, mas propõe um retorno a ele, lendo-o a partir do debate com outros campos na atualidade de seu tempo, como a teoria linguística de Saussure, o estruturalismo de Lévi-Strauss, as filosofias de Hegel e Heidegger, a lógica e a topologia. É sob a ótica das discussões desses autores que Lacan alicerça os fundamentos epistemológicos que o fizeram repensar o Édipo.

Não é nosso intuito discorrer extensamente sobre esses fundamentos, mas assentar as bases para uma compreensão mais ampla de seu arcabouço teórico. Estevão (2021) elenca três pontos essenciais sob os quais Lacan constrói seu pensamento: a negatividade constitutiva, a concepção estrutural e a lógica dos três registros. O primeiro se relaciona às ideias de que, na condição humana, não é possível uma plena adaptação, a pulsão não pode ser totalmente satisfeita, sempre haverá um vazio que não se preenche; isto é, há uma negatividade a partir da qual o sujeito se constitui. Já a concepção estrutural diz respeito ao funcionamento psíquico, pressupondo a existência de um modo de organização próprio, baseado em regras que governam os elementos constituintes de um conjunto. Essas regras de funcionamento podem ser identificadas e formalizadas tanto na neurose, na psicose quanto na perversão, permitindo uma abordagem matemática e isolada de cada uma delas. Por fim, é a lógica dos três registros – Real, Simbólico e Imaginário – que organiza toda a releitura lacaniana de Freud. Como o próprio autor diz, esses não são os únicos fundamentos dos quais Lacan se utiliza para criar sua teoria, mas os consideramos suficientes para a apresentação proposta neste trabalho.

Além desses pontos levantados por Estevão (2021), recorreremos também ao comentador de Lacan, Joël Dor (1989), para salientar outro aspecto essencial para a compreensão de sua teoria: a noção de *desejo*. O autor refere que essa noção está ligada à primeira experiência de satisfação da criança, descrita ainda por Freud (1895 [1950]/1996), que inicialmente se relaciona a uma satisfação da ordem da *necessidade*. Essa primeira

experiência de satisfação ocorre sumariamente da seguinte forma: a criança apresenta uma excitação interna, que é expressada exteriormente (choro, movimentos, etc.) e é, então, atendida por uma intervenção igualmente externa. Isso traz uma satisfação, que ficará associada sempre a uma imagem perceptiva – traço mnésico, representação – daquela primeira experiência, sendo ela reinvestida a cada excitação da necessidade, por meio de uma moção pulsional. Deste modo, acontecido esse momento inicial, a criança passa a utilizar a imagem mnésica para orientar suas buscas em direção ao objeto real de satisfação, tomando essa imagem como modelo para satisfação pulsional. Muito embora a satisfação se dê de forma alucinatória uma vez que, em um segundo momento, a satisfação da necessidade já está ligada a uma representação da primeira experiência.

É a partir desse processo, especialmente do reinvestimento psíquico de um traço mnésico de satisfação ligado à identificação de uma excitação pulsional, que Freud falará em *desejo*. Contudo, há de se entender o desejo em seu dinamismo, no qual o modelo é o da primeira experiência de satisfação e o que permite ao sujeito buscar outros objetos que remetam a ela. Deste modo, é impossível a realização do desejo com um objeto da realidade, uma vez que se trata de uma realidade essencialmente psíquica e que remete sempre àquela primeira experiência de satisfação (Dor, 1989).

Para Lacan, a partir de sua leitura de Freud, o desejo tem a ver com a falta, que não pode ser preenchida por um objeto real, mas que se relaciona com um objeto metonímico do objeto do desejo. Primeiramente, Lacan distingue necessidade – como função biológica ritmada – de pulsão, como algo submetido à constância da pressão. Seus objetos de satisfação seriam de ordens diferentes: enquanto a necessidade é satisfeita por seu objeto, a pulsão é satisfeita pelo objeto do desejo, o que ele chama de *objeto a*. Considerando a problemática da sublimação em Freud, como um dos destinos possíveis da pulsão, mas no qual ela é inibida de seu alvo e subtraída ao recalque, Lacan objeta à ideia de satisfação pulsional por meio de um objeto equivalente ao da necessidade. Como exemplo, o autor cita a satisfação da pulsão na necessidade alimentar, na qual o objeto de satisfação não seria o alimento, mas o prazer da boca, como zona erógena. Deste modo, o *objeto a*, que é o objeto do desejo e ao mesmo tempo objeto causa do desejo, é aquilo que encontra seu lugar no princípio de satisfação de uma pulsão, sendo que seu alvo é justamente o retorno em circuito da pulsão em sua fonte, como no exemplo citado. O *objeto a* é um objeto perdido, que instaura um vazio que qualquer objeto pode ocupar. Assim, entendendo que a pulsão faz um circuito em torno deste vazio, é possível compreender como a pulsão pode ser satisfeita sem atingir seu alvo (Dor, 1989).

Feita esta pequena explanação de alguns conceitos básicos em Lacan, agora podemos seguir para sua leitura do complexo de Édipo, a qual mantém muitos elementos que o qualificam em Freud, embora vistos de outra perspectiva. Como previamente citado na introdução, já estava em *Totem e Tabu* (1913/2013) a ideia de que não necessariamente se trata do pai e da mãe da realidade perceptiva no complexo de Édipo, mas sim de agentes de uma função simbólica, e que pode, portanto, ser metaforizada e deslocada. Da mesma forma, Lacan entende a idealização não mais como um mecanismo de defesa, mas como uma função psíquica, assim como quando os pais imaginários são tomados como verdadeiros na escuta analítica. Enfim, esses são apenas alguns exemplos do olhar lacaniano da obra de Freud, o que possibilitou a construção de sua teoria sobre o complexo de Édipo.

Conforme já expusemos, Lacan divide o complexo de Édipo em três tempos lógicos, a partir dos quais se articulam as estruturas clínicas, que serão abordadas a seguir. Neste momento, apresentaremos as ideias gerais de cada um desses tempos, bem como alguns conceitos essenciais à sua compreensão, ainda que de maneira não tão aprofundada, segundo os limites deste trabalho.

Assim como no mito de Édipo Rei, começemos, no entanto, pelo que antecede o nascimento do sujeito: o registro do Simbólico. Sendo a linguagem algo próprio do humano, ela já está presente quando uma criança chega ao mundo, havendo, então, um discurso específico que a precede. Lacan diz que a criança nasce com uma frase já começada, referida a ela por seus pais, com a qual cada um deles estabelece uma relação¹⁶. Ou seja, a criança já nasce mergulhada em um banho de linguagem, ficando assujeitada à condição da fala. Como já dissemos, entretanto, não se trata necessariamente do pai e da mãe da realidade, mas de pessoas que encarnam a função de representar esse universo Simbólico. Lacan se refere, então, à figura do grande Outro¹⁷, que ocupa mais o lugar de uma função psíquica do que o de uma pessoa em especial. Em relação ao complexo de Édipo, Lacan divide essa função psíquica do Outro entre função materna e função paterna, conforme desenvolveremos adiante. (Costa, 2010; Estevão, 2021).

Nascida a criança, o primeiro tempo lógico do Édipo em Lacan coincide com aquele que o psicanalista designou como o *estádio do espelho*. Costa (2010) nos diz que o estágio do

¹⁶ Mais uma vez, trata-se de perspectiva imaginário-simbólica como estruturante. Mesmo que uma criança seja concebida por meio de fertilização *in vitro*, sem que o doador de sêmen seja identificado, por exemplo, ainda assim há uma história materna e outra paterna que precede aquela criança em específico.

¹⁷ O grande Outro, escrito com letra maiúscula, remete ao lugar do discurso do inconsciente, como a alteridade do eu consciente. Circunscrito ao universo simbólico, o Outro é o tesouro dos significantes. Quando associado a uma qualificação, como Outro materno, diz respeito ao conjunto de significantes daquela função, geralmente encarnado por uma pessoa (pequeno outro), nesse caso, a mãe (Quinet, 2012).

espelho, em si, não é uma fase transitória ou um processo, mas uma estrutura. Nele, Lacan (1949/1998) parte da hipótese da prematuração específica do nascimento no homem que, ao contrário de outros animais, necessita da presença e dos cuidados constantes de outras pessoas para poder sobreviver. Nesse momento inicial, o filhote de homem tem um corpo apenas pulsional, autoerótico, cuja vivência se exprime como um *corpo despedaçado* (Costa, 2010; Lacan, 1949/1998).

Neste momento, a criança está submetida à ordem das exigências da necessidade, sendo os imperativos orgânicos uma resposta do corpo à privação, e isso requer necessariamente a presença de um outro para satisfazê-las. Contudo, na posição do outro, essas manifestações se tornam signos: quem atribui sentido a elas é esse outro. Embora a criança não tente significar nada a ele inicialmente – ou seja, não há valor de mensagem em suas manifestações – há para o outro, já inserido no universo da linguagem. Suas intervenções ganham o valor de resposta a algo que foi suposto como uma demanda. Há, então, um investimento da criança em um referente simbólico. Assim, a criança é submetida a um universo discursivo, que é de um outro privilegiado: o Outro. É justamente a mãe – ou qualquer um que ocupe esse lugar – que é elevada a essa posição e, dessa forma, a suposta demanda interpretada por ela se coloca como uma projeção de seu desejo, o desejo do Outro (Dor, 1989).

No estágio do espelho, então, a criança se identifica com a imagem do próprio corpo a partir – ou por meio – da presença materna, que imaginária e simbolicamente a investe de desejo, supondo e reconhecendo ali um sujeito. A criança fica, assim, alienada ao desejo do Outro e, nessa operação especular, ocorre a passagem do autoerotismo para o narcisismo primário, na qual o Eu do bebê é constituído como objeto para a libido. Observa-se, entretanto, que se trata de um Eu ideal, que fica alienado mas não se confunde com o sujeito do inconsciente (*Je*) para Lacan. Sobre o Eu que se constitui a partir do estágio do espelho, Dor fala em uma “objetivação imaginária do sujeito em relação a si mesmo” (1989, p. 121-122), que é designada por Lacan como *moi*. Sobre a relação entre o sujeito (*Je*) e o Eu (*moi*), Quinet refere que “O ‘eu’ está para o outro assim como o ‘sujeito’ está para o Outro. O sujeito é determinado pelos significantes do Outro. A identidade – que é imaginária – do eu vem do outro; mas o sujeito é sem identidade” (2012, p. 11). Assim, “o sujeito não está contido na imagem corporal, não está contido no significante, apesar de ser um efeito do universo significante” (Estevão, 2021, p. 76). Conforme Estevão (2021), o surgimento do sujeito se dá quando, ao se alienar no desejo do Outro, algo escapa, não se deixa capturar. A isso, que não pode ser colocado em palavras, Lacan nomeou como sujeito. Em suas palavras:

O estádio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação — e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica — e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. Assim, o rompimento do círculo do *Innenwelt* para o *Umwelt* gera a quadratura inesgotável dos arrolamentos do eu (1949/1998, p. 100).

Neste sentido, Costa (2010) pontua que, teórica e estruturalmente, o mito de Narciso antecede o mito de Édipo, sendo que somente a partir do estabelecimento de uma imagem corporal é possível haver as identificações secundárias na história de cada sujeito. Deste modo, Lacan amplia o que compreende por complexo de Édipo, incluindo também nele o narcisismo como um estágio anterior.

Como dissemos, o estádio do espelho é concomitante ao primeiro tempo do Édipo, mas este não se resume àquele. Lacan diz que, nesse primeiro tempo, mais precisamente em sua primeira etapa, “o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é objeto do desejo de sua mãe” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 198), constituindo-se, portanto, a partir do desejo desse Outro materno. Nesse sentido, o que a criança deseja “é poder satisfazer o desejo da mãe, isto é, *to be or not to be* o objeto de desejo da mãe” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 197), o que é sumariamente referido por Lacan como *desejo de desejo*. Ora, o que a mãe deseja se designa por *falo*: um objeto metonímico que supostamente supriria o que falta a ela, o que quer que isso seja.

Logo, o primeiro tempo lógico do Édipo é caracterizado pela *escolha* do sujeito entre *ser ou não ser o falo* imaginário da mãe. Isto é, como o desejo da criança é um *desejo de desejo*, ela se coloca nesse lugar de objeto imaginário fálico para a mãe, que poderia supostamente suprir tudo o que lhe falta, uma vez que esse é o objeto de seu desejo. Contudo, enfatiza Lacan: “Ponham também esse escolher entre aspas, porque o sujeito é tão passivo quanto ativo nisso, pela simples razão de que não é ele quem manipula as cordinhas do simbólico” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 192). Como já pontuamos, o campo do Simbólico preexiste ao sujeito: na metáfora lacaniana, é a frase já começada por seus pais com a qual a criança terá que se haver (Lacan, 1957-1958/1999).

Neste sentido, é importante pontuar que, nesse momento, a criança se coloca na posição de falo *imaginário* para a mãe; Imaginário este que emerge junto com o Eu. O aspecto simbólico somente entrará em questão, para a criança, quando a mediação entre ela e o mundo se der por meio da linguagem. Costa complementa essa ideia, em correlação direta à proposta freudiana, apontando que o falo de que se trata “é o falo da história da infância materna, ou

seja, seu Édipo, à medida que o filho vem ficar no lugar do falo que não recebeu de sua mãe e foi buscar em seu pai” (2010, p. 40). Está aí, então, o início da frase, em que se encontram as tais “cordinhas do simbólico” às quais Lacan se refere (Costa, 2010; Estevão, 2021).

O falo se apresenta, então, como significante – ou representante – da falta. Apesar de mãe e criança se encontrarem em uma relação quase fusional, a relação que se estabelece é, na verdade, em direção ao falo: a criança ocupa o lugar imaginário do que supõe faltar à mãe, assim como a mãe coloca o filho no lugar de falo imaginário, que supõe faltar a ela. Então, como o falo é o que se deseja, diz-se que a criança está alienada no desejo do Outro materno. No entanto, diz Lacan que nessa etapa fálica primitiva, a metáfora paterna age por si, “uma vez que a primazia do falo já está instaurada no mundo pela existência do símbolo do discurso e da lei” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 198). Portanto, a triangulação de que se trata nesse primeiro momento do Édipo é entre mãe, criança e o significante fálico, que media a relação inicial entre ambas. Nesse momento, a mãe representa a alteridade absoluta para o bebê, no qual há uma ilusão de completude e felicidade plena para a criança (Estevão, 2021; Lacan, 1957-1958/1999).

Contudo, apesar de mãe e bebê comporem uma célula narcísica – em um movimento de alienação no desejo do Outro, há também um processo oposto, que separa o Eu desse Outro, como já dissemos. A mãe não está lá o tempo todo para satisfazer as demandas do bebê: ora ela está presente, ora ausente, tal qual no jogo do carretel (*Fort-Da*) descrito por Freud (1920/2010). Segundo Estevão, “a presença do outro sustenta a identificação fálica da criança, mas sua ausência faz o inverso, ou seja, coloca em questão a identificação, pois o falo se configura como aquilo que supre sua falta” (2021, p. 77). A criança se dá conta, então, de que o Outro materno não é tão absoluto assim, já que sua ausência o precipita para o desamparo e lhe revela a dimensão da falta. Nas palavras de Lacan: “Há nela [na mãe] o desejo de Outra coisa que não o satisfazer meu próprio desejo, que começa a palpitar para a vida” (1957-1958/1999, p. 188). Como conclusão lógica, tem-se que a criança não se identifica mais ao falo do Outro materno: ele deve estar, portanto, em outro lugar (Costa, 2010; Estevão, 2021; Lacan, 1957-1958/1999).

O primeiro tempo do Édipo se encerra quando a criança questiona o desejo da mãe, uma vez que sabe que ela própria não é a resposta para esse enigma. Costa (2010) descreve o desejo da mãe como uma vontade sem Lei, como puro capricho. No segundo tempo do Édipo, a mãe é remetida a uma Lei que não é a dela, mas a de um Outro, à qual mãe e criança também estão submetidas. Há aí a introdução de um quarto termo: o Pai. O pai vem privar a mãe de seus caprichos, interditá-la de uma satisfação incestuosa. Isto é, o pai introduz a

referência à Lei da proibição do incesto, cuja mensagem é que a mãe não poderá reintegrar seu produto. Como diz Lacan, “O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 197). O pai, nesse momento, é suposto ser o objeto de desejo da mãe, caracterizando o segundo tempo do Édipo a partir do questionamento *ter ou não ter o falo* (Costa, 2010; Estevão, 2021; Lacan, 1957-1958/1999).

Não se trata, como já mencionamos, do pai biológico ou do pai da realidade. Em vez disso, trata-se do pai do desejo da mãe. Estevão (2021) pontua, entretanto, que o enigma do desejo da mãe não está resolvido, ele apenas é deslocado para o Outro paterno. Desta forma, é por meio da relação que a mãe mantém com a palavra do pai, de como ela legitima ou não sua autoridade, que a criança será inscrita na lógica fálica, também chamada de metáfora paterna. O significante Nome-do-Pai vem substituir o desejo da mãe, com o qual, nesse segundo tempo, a criança se identificará como sendo seu objeto e, neste sentido, o pai se estabelece como o próprio falo. O Nome-do-Pai é um significante no qual a homofonia em francês da palavra “nome” – que também pode ser ouvida como “não” – aponta para sua dupla função na constituição do sujeito: “a de transmitir o Não da interdição do incesto e a de nomeação do filho, introduzindo-o na série de gerações. O pai dá ao filho seu Nome e, ao mesmo tempo, diz um Não ao desejo da mãe” (Costa, 2010, p. 35). Então, esse pai, que supostamente representa o falo para a mãe, se situa no lugar de pai simbólico como o representante da Lei mesma (Costa, 2010; Estevão, 2021).

Assim, o processo de simbolização – iniciado a partir da percepção de que o Outro materno é castrado, pois o falo também não está com ele – se concretiza com a intervenção do Nome-do-Pai, da Lei que insere a criança na linguagem e, portanto, no registro Simbólico. Neste sentido, além do pai simbólico que inscreve a criança na Lei, há também o pai imaginário, que é o que surge como falo no lugar do desejo da mãe e, desta forma, estabelece uma relação de rivalidade com a criança. Outros suportes imaginários para a função simbólica do Nome-do-Pai podem ser também, por exemplo, os irmãos da criança ou o trabalho da mãe, que imaginariamente responderiam a seu desejo. O registro do Real, por sua vez, se apresenta também nesse momento, diante da impossibilidade de inscrever tudo nos outros dois registros (Costa, 2010; Estevão, 2021).

Nesse momento, a criança se vê em uma situação na qual não apenas não é o falo – como imaginariamente o fora no primeiro tempo do Édipo – como também não o *tem*, assim como sua mãe. Incide aí, então, o complexo de castração. Estevão sintetiza o segundo tempo como aquele

momento do Édipo isolado por Freud, dos sentimentos edípicos: há a perda do lugar de amor (narcisismo) e o ódio mediante aquilo que é significado como agente interditor/privador (castrador) desse amor, vetorizado pelo desejo do Outro. Aqui também incide a inscrição psíquica da castração, que aparece não só na criança, mas também no Outro materno (2021, p. 80)

Por fim, o terceiro tempo do Édipo em Lacan representa seu declínio. A partir do reconhecimento da castração do pai, esse momento é marcado pela passagem de um pai *onipotente* – que é o próprio falo – para um pai *potente*, que detém o falo. No primeiro caso, o pai é como aquele da horda primeva, um pai privador, não sendo possível ter acesso a ele. Contudo, o pai se torna potente quando pode dar à mãe o que ela deseja e, se pode dar, é porque o possui. Isso muda a perspectiva das coisas, justamente porque desvincula o falo do Outro. Há, aqui, a identificação do menino com o pai, que intervém justamente como aquele que detém o falo. É dessa identificação que se constitui, do lado do filho, o Ideal do Eu. No entanto, de acordo com Costa (2010), esse terceiro tempo não se trata exatamente sobre *ter ou não ter o falo* – como no segundo, no sentido de ter ou não ter acesso à metáfora paterna – mas sim de *ter ou não ter o dom*, como o denomina. Para isso, a autora se baseia na seguinte passagem do *Seminário 5*:

Por intermédio do dom ou da permissão concedidos à mãe, ele [o menino] afinal consegue isto: que lhe seja permitido ter um pênis para mais tarde. Aí está o que é efetivamente realizado pela fase de declínio do Édipo – ele realmente carrega, como dissemos da última vez, o título de posse no bolso (Lacan, 1957-1958/1999, p. 212).

Neste sentido, Lacan diz que a metáfora paterna desempenha exatamente o papel esperado de uma metáfora: institui algo da ordem do significante, cuja significação se desenvolverá mais tarde. Assim, no caso do menino, especificamente, no momento da puberdade seu direito de ser homem pode ser contestado e “deverá ser relacionado a alguma coisa que não tenha cumprido completamente a identificação metafórica com a imagem do pai, na medida em que essa identificação se houver constituído através desses três tempos” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 201). Já para a menina, saliente Lacan, é muito mais simples: “Ela não tem de fazer essa identificação nem guardar esse título de direito à virilidade. Ela, a mulher, sabe onde ele está, sabe onde deve ir buscá-lo, o que é do lado do pai, e vai em direção àquele que o tem” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 202). Como é possível perceber, então, é no declínio do complexo de Édipo que se situa a questão das identificações secundárias propostas por Freud, cujo vetor é, justamente, o falo. Contudo, o sujeito não poderá se servir de imediato dessas identificações: terá que esperar até a puberdade (Estevão, 2021; Lacan, 1957-1958/1999).

No entanto, sobre a puberdade, especificamente, Lacan pouco escreveu. Em *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1938/2003), Lacan faz duas menções ao tema. Na primeira, diz que o complexo de Édipo em Freud se constitui como “uma espécie de puberdade psicológica, muito prematura, como se vê em relação à puberdade fisiológica” (Lacan, 1938/2003, p. 52). A segunda menção diz respeito à idealização dos pais no período de latência, que serviria como “garantia da coincidência futura das atitudes psíquicas e das atitudes fisiológicas no momento da puberdade” (Lacan, 1938/2003, p. 52). Alguns anos mais tarde, em *A agressividade em psicanálise* (1948/1998), Lacan elenca a puberdade como uma das “grandes fases determinadas na vida humana pelas metamorfoses libidinais” (1948/1998, p. 122), em conjunto com o desmame, o complexo de Édipo, a maternidade e o envelhecimento.

Diante do exposto, podemos notar a concepção estruturalista de Lacan em sua releitura do complexo de Édipo freudiano, o que acaba por deixar a cronologia em segundo plano. Contudo, pelas poucas passagens em que se refere diretamente à puberdade, esta fica marcada como um momento de mudança, seja por seus aspectos fisiológicos, psicológicos ou libidinais. Assim, foram os pós-lacanianos que interpretaram seus escritos sobre a adolescência, considerando-a como operação simbólica frente à castração ou, ainda, pensando-a como falência narcísica ou experiência de desamparo diante do impacto com o real pubertário, por exemplo. Neste sentido, a perspectiva lacaniana acerca da adolescência oscila, conforme aponta Matheus (2020), entre a aposta em uma universalidade trans-histórica e sua inscrição como advento da modernidade, o que mantém em aberto a tensão que tenta estabelecer a constituição da estrutura do sujeito psíquico, bem como considerar as determinações históricas que delimitam sua contingência particular.

Deste modo, uma ideia de crise da adolescência advém da experiência singular do sujeito em confronto com o real, até então abafado pelo imaginário infantil a partir do narcisismo parental, quando este é possível. Ou, então, a crise poderia ser entendida também como a falta de lugar para o gozo, “assim como é a vertigem frente ao risco da própria falência do sujeito ao se deparar com a magnitude de um real impossível de ser simbolizado” (Matheus, 2020, p. 286) – como talvez nos lembre a ideia do abismo em *O apanhador no campo de centeio*. De toda forma, embora diretamente para Lacan a constituição subjetiva se dê essencialmente na relação com Outro, a puberdade ainda assim se coloca como uma “grande fase” em que o complexo de Édipo pode aparecer de outra forma, tal qual veremos a seguir.

2.4 Considerações Sobre a Reedição Edípica e a Adolescência

Freud subverte a concepção de sexualidade de sua época, trazendo seu início para a mais tenra infância. A partir desse deslocamento, o momento da puberdade deixa de ser o de gênese da sexualidade para, na verdade, ser a reedição de uma vivência anterior. Então, em termos de desenvolvimento psicosssexual, o acesso à sexualidade genital seria, efetivamente, a entrada na vida adulta e em sociedade. Com Lacan, a conceitualização freudiana se expande e ganha um outro olhar que não está calcado na cronologia, mas em um tempo lógico, no qual a puberdade é marcada primeiramente em seu aspecto fisiológico, mas que também traz mudanças mais amplas. Assim, ambos os autores enfatizam que as identificações forjadas na infância são fundamentais para a constituição subjetiva, que culmina no estabelecimento da personalidade ou caráter, para Freud, ou na estrutura clínica do sujeito, conforme Lacan. Contudo, apesar das menções à puberdade, parece-nos que o foco da construção teórica, tanto de um quanto do outro, recai no antes ou no depois – isto é, na infância ou na vida adulta – mas não no que concerne a essa *passagem*.

Compreendemos que o complexo de Édipo é estruturante da subjetividade e que tem uma dupla saída: o estabelecimento de uma identidade e de um objeto sexual. Ou seja, quem se *é* e quem se deseja *ter* como parceria amorosa. Salientamos que não se trata de uma compreensão moralista e necessariamente binária da sexualidade, isto é, circunscrita a homens e mulheres cisgênero e heterossexuais – ainda que Freud tenha falado do Édipo “invertido”. Em vez disso, entendemos que existe uma compreensão mais ampla, que abarca os discursos correntes do que são as diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Ademais, é de suma importância frisar a relevância dos debates contemporâneos em relação a essas temáticas e como a disseminação da teoria psicanalítica contribuiu ora para ações afirmativas nesse sentido, ora para atitudes discriminatórias e preconceituosas (Loureiro, 2004). No entanto, por não ser esse o escopo desta dissertação, não nos aprofundaremos nessas discussões.

Importa-nos, entretanto, salientar que apesar de Freud ter falado muito sobre o que seria o desenvolvimento psicosssexual do homem e da mulher¹⁸, ou da masculinidade e da feminilidade, o autor não se ateve à questão da identidade sexual propriamente. Conforme já expusemos, Freud inicialmente associou passividade à feminilidade e, inversamente, atividade

¹⁸ No último dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016), sobre as transformações da puberdade, há uma seção específica acerca da “diferenciação de homem e mulher”. Optamos por não a retomar, já que vai ao encontro das ideias anteriormente apresentadas.

à masculinidade, baseado na anatomia da diferença entre os sexos. Porém, ao longo de sua obra, foi complexificando sua compreensão, até chegar no conceito de bissexualidade psíquica ou constitutiva. Parece-nos, contudo, que o que estava em jogo para Freud era, em realidade, muito mais a questão da *identificação*, como processo psicológico, do que a identidade como um conjunto de identificações, no que tange a *ser* homem ou *ser* mulher em seu sentido sociológico. Assim, é válido citar como Freud descreveu esse sentido sociológico, em nota de rodapé acrescentada em 1915 ao texto de 1905:

[O significado sociológico] nasce a partir da observação dos indivíduos masculinos e femininos em sua existência efetiva. Tal observação mostra que, no caso do ser humano, nem no sentido psicológico nem no biológico se acha uma pura masculinidade ou feminilidade (Freud, 1905/2016, p. 139).

A escolha de objeto, por sua vez, teve seu destaque nos escritos de Freud, particularmente no momento da puberdade enquanto escolha amorosa possível e não incestuosa. Deste modo, a questão central parece ser a identificação com a identidade sexual e com a escolha de objeto, não mais do que isso em uma leitura direta do texto freudiano.

Diante do exposto, apesar de a síntese direta dos escritos de Freud parecer suficientemente concisa para uma compreensão mais ampla do que seria a reedição edípica na adolescência, ela contém em si toda a complexidade de suas articulações teóricas sobre o desenvolvimento da personalidade. Ao escrever sobre as saídas do complexo de Édipo – feminilidade, masculinidade e escolhas de objeto – a perspectiva freudiana fica mais voltada aos caminhos de fixação da libido. Deste modo, para compor um quadro geral do desenvolvimento da personalidade em Freud, retomamos o percurso iniciado na introdução e recorreremos aos paradigmas pulsional e objetual como organizadores da libido a fim de nos aprofundarmos nesse momento específico do desenvolvimento.

Primeiramente, é preciso dizer que o paradigma pulsional parece ser o mais explícito em Freud. Isso fica evidente desde a primeira até a última edição dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016); perpassando *Desenvolvimento da libido e as organizações sexuais* (1916/2020), que dará embasamento para a terceira edição dos *Três Ensaios*; e, por fim, é reiterado no texto de 1940 na passagem, mencionada anteriormente, sobre o novo estado pulsional que se instala a partir da puberdade.

De acordo com as contribuições de Abraham (1924/1970), esse modelo opera a partir da lógica de deslocamento e fixação da libido em zonas erógenas específicas, bem como seu tipo de investimento, conforme o descrito nas fases de desenvolvimento psicosssexual. Neste sentido, é a atividade sexual, mais precisamente, que atua como organizadora da pulsão. Assim, o autor estabelece uma correlação entre esses pontos de fixação ou regressão da libido

e o desenvolvimento da personalidade, ou formação de traços de caráter, como denomina. Deste modo, a partir da reedição edípica, a histeria seria expressão da regressão e fixação da libido à fase fálica ou ao próprio complexo de Édipo; a neurose obsessiva, à fase anal retentiva; a melancolia, à fase anal expulsiva; a perversão, à fase oral sádica; e, por fim, a psicose estaria ligada à fixação na fase oral incorporativa.

No entanto, Freud, ao dividir a pulsão sexual entre libido narcísica (ou libido do Eu) e libido objetal nas modificações feitas em 1915 aos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016), bem como a partir das ideias contidas em *Introdução ao narcisismo* (1914b/2010), abre espaço a seus sucessores para interpretação de sua teoria também a partir do paradigma objetal. Ainda no contexto de sua primeira tópica, mas já começando a se deparar com os problemas que ela trazia, Freud diz que é “o investimento narcísico do Eu, como estado original, formado na primeira infância, que é apenas encoberto pelos envios posteriores de libido [objetal], mas, no fundo, permanece por trás deles” (Freud, 1905/2016, p. 137).

No eixo objetal do desenvolvimento, são as relações de objeto que organizam a libido, a partir da dinâmica do narcisismo. Segundo essa perspectiva, inicialmente a criança toma a si mesma como objeto de amor, represando toda libido no Eu que se constitui. Trata-se do narcisismo primário, um estado suposto de onipotência infantil no qual não há clivagem entre o sujeito e um mundo externo. Porém, com as imposições do que vem de fora e do desprazer causado por isso, a criança começa a se diferenciar do mundo externo e buscar satisfação também nos objetos. Tem-se, então, o narcisismo secundário, em que a libido investida nos objetos retorna ao Eu (Coelho Junior, 2001; Laplanche e Pontalis, 1960/2001). É evidente que a dinâmica do narcisismo é muito mais complexa – tanto que foi um dos pilares que levou às mudanças teóricas dos anos 1920 – mas, para nossos propósitos, basta que deixemos claro que o paradigma objetal no desenvolvimento está atrelado a esse aspecto (Campos, 2020; Turato Junior, 2022).

Então, na compreensão de desenvolvimento da personalidade em Freud em termos objetais o objeto da identificação ganha cada vez mais destaque como modulador do circuito pulsional e também como constituinte das próprias estruturas psíquicas. Sobre esse último aspecto, já discorreremos sobre a formação do Supereu como herdeiro do complexo de Édipo, e, agora, podemos complementar essa ideia com as palavras de Freud em um de seus textos derradeiros: “Uma porção do mundo externo foi abandonada como objeto, ao menos parcialmente, e acolhida (por identificação) no Eu, ou seja, tornou-se um componente do mundo interior” (1940/2018, p. 169). Não nos esqueçamos, no entanto, que, em 1933, Freud

acrescentou a função do ideal do Eu também ao Supereu, ambos decorrentes da dissolução do complexo de Édipo, como já vimos.

Deste modo, ainda que o eixo pulsional seja aquele apresentado mais diretamente em Freud – que mantém a ideia de que a entrada na puberdade e seus fenômenos são fruto da maturação sexual e do investimento libidinal genital, conseqüentemente – não podemos desconsiderar a importância dos objetos na constituição das instâncias ideais da personalidade. Assim, temos que o próprio desenvolvimento pulsional não é intrínseco, mas depende e é modulado pelas experiências intersubjetivas de identificação.

Sob a ótica lacaniana, como vimos, as mudanças fisiológicas da puberdade têm suas conseqüências, mas não na mesma perspectiva pulsional que há em Freud. Lacan inaugurou um outro paradigma na leitura da obra freudiana em relação ao desenvolvimento, rompendo com a tradição psicanalítica de compreensão de sujeito e objeto até então. No paradigma subjetal, o sujeito se constitui a partir de uma relação de alienação com o Outro, representante da alteridade. Nessa perspectiva, há uma violência simbólica da linguagem sobre o corpo biológico que, de forma traumática e impessoal, tem como efeito as pulsões, o inconsciente e o próprio sujeito. Neste sentido, a constituição da personalidade é estabelecida não apenas diante da relação com os objetos de identificação, mas a partir de uma estrutura anterior, que delimita um campo de significação específico. Trata-se do campo da relação de alienação do sujeito com a estrutura simbólica universal da cultura, isto é, com o grande Outro (Mezan, 2014).

Ao apresentar brevemente os paradigmas do campo psicanalítico em relação à interpretação do legado freudiano, esperamos que se amplie a concepção de desenvolvimento que compreende a reedição edípica na adolescência. Nessa perspectiva, Corso (2002) se dispõe a retomar o texto freudiano e articulá-lo às concepções lacanianas de sujeito, discutindo a reedição edípica como gênese da adolescência, justamente sob a ótica do desenvolvimento psicosexual. A autora diz que se há a reedição de algo, é porque seu conteúdo ainda é relevante e não está totalmente esgotado. Então, seguindo na metáfora editorial, afirma: a “adolescência é a edição encadernada de uma série de papéis que permaneciam avulsos, que dormiam em gavetas, que circulavam como bilhetes clandestinos” (Corso, 2002, p. 19). Esses papéis avulsos, conforme as ideias da autora, são os restos insepultos do complexo de Édipo.

Corso (2002) explica que a palavra *untergang*, que foi traduzida inicialmente como “dissolução” – referindo-se ao texto *O declínio do complexo de Édipo* (1924/2020) – pode ser traduzida também como “sepultamento” ou “decadência”. Assim como se observa na palavra

“declínio”, utilizada em tradução mais recente, há a ideia de que algo das vivências edípicas permanece. Conforme Freud explicita no referido texto, na entrada no período de latência, diante da constituição do Supereu, parte dos investimentos libidinais da criança nos pais é dessexualizada, sublimada e transformada em identificação; outra parte das pulsões, inibidas em sua meta sexual, é transformada em sentimentos de ternura. No entanto, Laplanche e Pontalis reiteram que “essas identificações formam uma estrutura complexa na medida em que o pai e a mãe são, cada um por sua vez, objeto de amor e de rivalidade” (1960/2001, p. 228), evidenciando a ambivalência pulsional em relação ao objeto, que é primordial à constituição das identificações.

Contudo, não é apenas durante o que Freud designou como complexo de Édipo que as identificações são constituintes. Em sua reedição, na adolescência, também se repõe a questão da identidade sexual recebida no nascimento, isto é, considerando estágios anteriores, tal qual propôs Lacan em sua concepção edípica. Então, em termos de desenvolvimento e tomando por base o aporte lacaniano, Delaroche (1996/2021) apresenta as três etapas do que Lacan (1972-1973/1985) chamou de *sexuação*¹⁹: a identificação primária, a identificação secundária edipiana e as identificações secundárias bissexuais. Neste sentido, a partir do percurso apresentado pelo autor, temos um esboço de como, em sua reedição, o complexo de Édipo se inter-relaciona com a constituição de uma identidade sexual, com as escolhas de objeto e também com as estruturas clínicas.

Tendo em vista que o narcisismo primário é resultado direto do investimento materno – tomando a mãe como função, conforme já dissemos – temos que o estágio do espelho é o momento no qual ocorre a identificação primária da criança. Delaroche (1996/2021) argumenta que o estágio do espelho inclui dois tipos de investimento, sem os quais não se pode conceber a estruturação da personalidade em Lacan: a criança é investida como falo da mãe e também como ser sexuado, a partir de uma identidade (menino ou menina). Esse investimento se refere à questão do sexo *real* da criança, podendo ou não corresponder à sua anatomia. O autor salienta, ainda, que a identificação primária é anterior a qualquer tipo de escolha de objeto, uma vez que está ligada ao momento do narcisismo primário, no qual não há um retorno do investimento do objeto sobre si, o que por definição corresponde ao narcisismo secundário. A identificação primária é, portanto, responsável pelo sentimento de identidade sexual.

¹⁹ A teoria da *sexuação* surge a partir de um esforço de formalização referente à função fálica e à noção de gozo no que concerne à diferença dos sexos. Assim, Lacan vai da teoria dos discursos à teoria da *sexuação*, na medida em que passa a conceber os semblantes “homem” e “mulher”, ou parecer-homem e parecer-mulher (Cossi, 2020). Por sua complexidade, nesta dissertação não nos aprofundaremos nesse mérito.

Neste sentido, em relação à estrutura psíquica, Delaroche (1996/2021) esclarece que mesmo na psicose – estrutura na qual a criança não foi investida como falo pela mãe – é possível que haja um investimento em seu sexo, o que faz com que ela se reconheça de um sexo ou de outro. Ao contrário da psicose, entretanto, na perversão há apenas o investimento da criança como falo da mãe, posição subjetiva na qual se fixa. Deste modo, o perverso se situa além ou aquém da diferença sexual, interessando-lhe unicamente o próprio gozo²⁰.

Então, se a identificação primária ocorre exclusivamente em relação aos investimentos da mãe, a identificação secundária só pode acontecer quando há a presença de um terceiro simbólico na díade mãe-criança. Ou seja, é com o declínio do complexo de Édipo e a instauração da metáfora paterna que ocorre propriamente uma *identificação sexual* da criança. Delaroche (1996/2021) ressalta que essa identificação é *simbólica* e variável quanto ao sexo, podendo se apresentar em diversos graus, uma vez que diz respeito também às escolhas de objeto. Neste sentido, conforme o autor, as escolhas homossexuais estão relacionadas a uma *identificação narcísica* da criança com o genitor do mesmo sexo. Contudo, “não mais que na primeira etapa, essa escolha não é escolha nenhuma” (Delaroche, 1996/2021, p. 43), na medida em que é uma escolha do sujeito do inconsciente e não do Eu. Além disso, Delaroche (1996/2021) descreve ainda as identificações secundárias bissexuais – masculina e feminina – que são *imaginárias* e permitem, justamente, imaginar-se de um outro sexo.

Assim, em relação às escolhas de objeto e as estruturas psíquicas, o autor refere que na neurose há uma bissexualidade imaginária, independentemente se a escolha de objeto a partir da adolescência for homo ou heterossexual. Na perversão, entretanto, haveria uma bissexualidade real, no sentido de ser indiferente a escolha de parceria amorosa, já que o gozo próprio é sempre o que está em jogo. Por fim, na psicose, também é possível haver escolhas de objeto – ou masculina ou feminina, sem comportar a ambivalência bissexual – embora essas possam vacilar em algum momento (Delaroche, 1996/2021).

Por fim, especificamente em relação à adolescência, o autor salienta que

A adolescência não modifica a estrutura no que quer que seja. Ela dá a ilusão das possibilidades pelo viés das identificações imaginárias, mas o final de seu processo vale com o só-depois do Édipo quando este operou e, mesmo na falta, como afirmação da identificação primária (Delaroche, 1996/2021, p. 46).

²⁰ É importante pontuar que o autor não entra nas discussões mais contemporâneas acerca das identidades de gênero, como pessoas que se identificam como não binárias ou agênero. Neste sentido, não é possível afirmar que pessoas que se identificam com essas categorias seriam necessariamente perversas, por exemplo.

Ao encontro das ideias de Delaroche (1996/2021), Costa e Poli (2010) se propõem a reinterpretar a tese freudiana que relaciona o início da adolescência ao declínio do complexo de Édipo, que entende esse momento como o recalque de uma das posições da bissexualidade. Para as autoras, a afirmação de ser homem ou mulher, sem que esses significantes se sustentem apenas na anatomia e nas escolhas de objeto sexual e amoroso, é um dos principais desafios do adolescente. Assim, problematizam essa noção ao argumentar que a ideia de uma bissexualidade constitutiva pressupõe – além de um viés biologicista – a existência de duas sexualidades determinadas aprioristicamente, uma masculina e outra feminina. Essa ideia, então, seria incongruente àquela em que a sexualidade infantil é entendida como polimorfa.

A questão, segundo as autoras, parece estar na confusão entre identificação e uma determinação para o objeto da pulsão, na qual não se sustenta a compreensão que equipara as caracterizações de masculino e feminino à atividade e passividade, respectivamente. Isto porque, no âmbito da fantasia, os princípios “ativo” e “passivo” não são suficientes para sua expressão, sendo as designações “sujeito” e “objeto” mais condizentes com a concepção do exercício da pulsão justamente na fantasia. Portanto, a partir dessa ideia, Costa e Poli pontuam que

É pela via das identificações, a partir da construção edípica, que Freud se orienta na constituição de uma condição sexuada nada definida a priori. As estruturas sintomáticas, nesse sentido, constroem as saídas conflitivas para um exercício sexual, tanto quanto da assunção das identificações, que implicariam numa posição frente ao sexo (2010, p. 148).

Então, conforme a perspectiva lacaniana, as autoras explicam que essa “assunção das identificações”, juntamente com um “exercício sexual”, correspondem justamente à própria sexuação: uma escolha em ato do sujeito, que reafirma ou não um movimento já realizado na primeira infância, cujo pivô é a interdição do incesto. Deste modo, Costa e Poli (2010) diferenciam o exercício da sexualidade – que tem o corpo como suporte determinante do exercício da pulsão – de uma tomada de posição frente ao sexo, a qual possibilita o registro e nomeação da singularidade do gozo do sujeito. Assim, diante da descontinuidade entre o exercício da sexualidade e a temática da sexuação, se estabelece um *gap* entre o “ser falante” e “ter um corpo”, cuja singularização de um *sinthoma* tenta dar conta.

Desta forma, aprofundando o argumento apresentado por Delaroche (1996/2021), Costa e Poli (2010) salientam que uma escolha de posição na partilha dos sexos só pode ocorrer a partir de uma “declaração de sexo”, em que o ser falante faz surgir um escamoteamento simbólico do órgão sexual. Isso implica, segundo as autoras, que só se consegue dizer “eu” a partir de uma narrativa de ficção, que se situa em um jogo de máscaras.

Neste sentido, o momento da puberdade faz evidenciar esse *gap*, uma vez que as mudanças fisiológicas permitem um outro exercício da pulsão. Então, a declaração de sexo – isto é, o exercício da sexuação – passa a ser um ato performativo da própria adolescência. Nas palavras das autoras:

A puberdade como acontecimento cria um *gap*, uma falha, nas condições de representação. Esse acontecimento atualiza o traumatismo originário, retornando percepções de despedaçamento do corpo. O retorno de uma unificação acontece nos exercícios de iniciação e no jogo com as “máscaras”. No entanto, como uma consequência de um exercício, das diferentes faces da experiência, retorna ao sujeito a interpelação de uma escolha sexuada. Os efeitos dessa interpelação colocam ao sujeito em crise, numa relação direta ao recalamento originário, manifestando o que de louco faz parte de qualquer estrutura (Costa e Poli, 2010, p. 149).

Assim, mesmo que a adolescência não altere a estrutura que foi edificada durante o complexo de Édipo, voltamos às ideias de Delaroche, que pontua que o “retorno ao Real” pubertário pode levar a “impulsos suicidas ou uma patologia depressiva aguda” (1996/2021, p. 46) quando há uma discordância entre a identificação simbólica e as identificações imaginárias. Deste modo, embora a pontuação de Delaroche (1996/2021) seja condizente com a de Costa e Poli (2010) no sentido de reafirmar que a puberdade é um acontecimento que atualiza vivências infantis traumáticas, não podemos deixar de ressaltar que ambos os textos foram publicados quando o debate sobre gênero não estava tão difundido na cultura, como ocorre atualmente. Neste sentido, parece-nos que tem havido uma abertura em relação às questões relacionadas à identidade sexual²¹, cujo viés imaginário tem mais possibilidades de encontro com o simbólico, já que culturalmente há mais significantes possíveis para o que quer que seja uma “declaração de sexo” por parte do adolescente.

Por fim, embora os debates sobre sexualidade e gênero sejam de extrema importância na contemporaneidade, escolhemos nos ater aos aspectos nucleares da reedição edípica neste trabalho, dada a complexidade e vastidão do tema. Desta maneira, diante do exposto, compreendemos que, tanto para Freud quanto para Lacan, a puberdade, em seu âmbito corporal, é o que deflagra um novo movimento de retomada da sexualidade infantil. Esse movimento tem por caráter central trazer à tona o que Corso (2002) chamou de “restos insepultos do complexo de Édipo”, isto é, as identificações que outrora foram forçadas pelas escolhas inconscientes do sujeito podem, enfim, ser declaradas.

²¹ Para um maior aprofundamento nas temáticas de gênero contemporâneas em psicanálise, ver livro *Faces do sexual: fronteiras entre gênero e inconsciente*, indicado nas referências desta dissertação (PORCHAT, 2019).

2.5 Conclusão

Portanto, tendo o complexo de Édipo como balizador teórico, até aqui pudemos acompanhar o percurso freudo-laciano acerca do desenvolvimento da personalidade e constituição do sujeito, chegando ao momento da reedição edípica. Neste sentido, a partir do aporte das interpretações do texto freudiano – os paradigmas pulsional, objetual e subjetal – diferentes concepções de desenvolvimento se colocam. No entanto, o momento da puberdade parece continuar emblemático, na medida em que congrega aspectos pulsionais ligados às mudanças fisiológicas, além das possibilidades de acesso a objetos e significantes que antes não podiam entrar nesse circuito.

Deste modo, propomos que a reedição edípica se apresenta como um outro tempo do complexo de Édipo, momento no qual as identificações constituintes da subjetividade podem ser declaradas e, portanto, compartilhadas culturalmente. Com Freud, como já fica explícito, a fase genital da libido é a última no desenvolvimento psicosssexual, sendo que a personalidade se configura tanto com seus pontos de fixação, em termos pulsionais, além da dinâmica que se estabelece entre instâncias psíquicas. Com Lacan, pode-se pensar em um quarto tempo do complexo de Édipo, em que o significante inscrito a partir da metáfora paterna pode ganhar significação. Assim, o que já havia se constituído na alienação com o Outro enquanto identificação – a identidade sexual, as escolhas de objeto e a estrutura clínica – pode se reafirmar, imaginária e simbolicamente.

Ademais, fica evidente que, para Freud, a estrutura do complexo se repete tanto na constituição da sociedade quanto no indivíduo. Contudo, por mais que a cultura tenha sido estabelecida a partir da instauração de uma Lei comum a todos, inserindo os indivíduos no laço social, os ideais que regem sua dinâmica não se mantêm estáveis ao longo do tempo. Afinal, são esses ideais que irão proporcionar os meios pelos quais o adolescente poderá efetuar sua passagem do meio familiar para um mundo social mais vasto, o qual ele também constrói. Desta maneira, a significação das vivências edípicas, que ocorre a partir de sua reedição, vai necessariamente ao encontro daquilo que compõe o campo social na particularidade de uma determinada cultura.

Por fim, salientamos que o percurso apresentado neste capítulo não contempla todas as interpretações posteriores, principalmente dos escritos lacanianos que, como vimos, se desdobram em ao menos duas vertentes interpretativas quando se trata da passagem pela puberdade. Também sob essa perspectiva, podemos aproveitar a concepção de Lacan sobre o

tempo lógico para propor um outro olhar acerca da adolescência, como esse outro tempo do complexo de Édipo em que a identidade segue se constituindo a partir da cultura.

CAPÍTULO 3 – ADOLESCÊNCIA E SEUS TEMPOS

3.1 Introdução

Voltemos a uma das cenas descritas no prólogo desta dissertação: um adolescente e um adulto em uma calçada. No entanto, na frente deles não há apenas uma estrada, um caminho, mas diversas possibilidades de por onde seguir viagem. Ora, até então esse adolescente acompanhava o adulto em seu percurso, crescendo a partir dos encontros disponíveis nesse trajeto cuja direção já estava, de certa forma, determinada. Porém, agora é chegada a hora em que poderá escolher, por si só, o seu próprio rumo: soltar as mãos e seguir. Mas, para onde? As possibilidades são diversas, mas não infinitas. O adulto já havia trilhado parte de seu caminho, que o levou exatamente àquela calçada, com aquele adolescente, que deverá partir daquele lugar.

Até aqui, quando nos referimos a *um* adulto e *um* adolescente, estamos no campo da constituição das subjetividades: aquela rota é singular àqueles sujeitos. Contudo, se existe uma rota a ser seguida, é porque há um mapa no qual ela se insere. E nesse mapa – aí sim – existem infinitas rotas sendo percorridas ao mesmo tempo por diversas pessoas: muitas se encontram em alguns pontos, outras não. O mapa seria, então, a disposição dos aspectos particulares de uma determinada cultura, isto é, a circunscrição das possibilidades de escolha de certos ideais culturais em um determinado momento.

A metáfora poderia ir longe nos arranjos das tessituras que compõem o campo social, mas retomemos novamente nossa cena inicial. Ainda que a puberdade esteja associada ao início da adolescência, isso não é exato. Neste sentido, Mannoni (1984/2001) explicita que a puberdade se configura como uma crise inteiramente individual, que não se modifica com a conjuntura sociohistórica ou questiona o social, embora tenha seus efeitos físicos e psicológicos. A adolescência, em vez disso, ameaça criar um conflito de gerações: é no *instante* em que o adolescente se vê diante da possibilidade de seguir sozinho – ou não – que se instaura o que se denomina como *crise da adolescência*. Chassing o designa como um “momento-decisivo, momento-pivô quanto às possibilidades, onde vão se reencontrar o biológico e a linguagem, o público e o privado” (1996/2021, p. 35), no qual há o cruzamento dos caminhos entre o íntimo e o social. Nota-se que o autor fala em um reencontro – algo que se perde é encontrado de novo – tal qual a reedição edípica que discutimos anteriormente. No entanto, questiona-se: por que esse momento se configuraria como uma crise?

Conforme já mencionamos, Freud se ateve às consequências psíquicas da puberdade que, devido às mudanças fisiológicas, levariam à primazia do genital com a chance real de procriação. Então, a partir de sua deflagração, as fantasias edípicas infantis poderiam ser revividas, mas com a possibilidade de satisfação parcial por meio de uma escolha substitutiva de objeto. Lacan, talvez por não compreender o desenvolvimento de forma cronológica, se referiu à puberdade como uma das “grandes fases” de mudança na vida do indivíduo, abarcando aspectos fisiológicos, psicológicos e também libidinais, mas não mais do que isso.

Assim, a ideia da adolescência entendida explicitamente como um momento de crise normativa não foi proposta por Freud ou por Lacan, mas por seus sucessores. Ainda que haja a discussão se essa crise é deflagrada ou não pela eclosão da puberdade, a adolescência é tida como um *tempo de compreender* – e também constituir – a si próprio. Deste modo, como já dissemos, trata-se de uma *crise normativa da identidade*, isto é, da designação dos predicativos referentes àquele sujeito em específico.

Seja qual a perspectiva apresentada, elas têm em comum e como questão central da adolescência o processo de alienação-separação. Fica evidente que, a princípio, este processo está ligado às figuras parentais, sendo aquelas que sustentaram via alienação o narcisismo do bebê. Entretanto, logo surge a primeira necessidade de “separação”, na passagem para o narcisismo secundário, que dará acesso à realidade externa a si e, ao mesmo tempo, constituirá também a realidade interna a partir da instauração de uma instância ideal do Eu. Pode-se dizer, deste modo, que desde muito cedo acontece o processo de alienação-separação, concomitantemente à constituição da subjetividade em sua dupla dimensão de identidade e diversidade.

Se o processo de alienação-separação ocorre durante toda a vida, a especificidade da adolescência está na ampliação das possibilidades de identificação, com ancoragens que vão além daquelas colocadas como modelo pelos primeiros cuidadores, indo em direção aos ideais da cultura. Neste sentido, em relação à constituição subjetiva, Octave Mannoni aponta para o fato de que “[...] sabemos que o *eu* é feito só de identificações. É a obscuridade dos fenômenos da identificação que torna difícil uma teoria psicanalítica da adolescência. O sujeito é obrigado – como e por quê? – a condenar as identificações passadas” (1984/2021, p. 28). Ora, entendemos que essas *identificações passadas* são aquelas relacionadas justamente ao complexo de Édipo, que em sua reedição passa a demandar novas identificações para além do âmbito familiar. Chegou a hora, então, de soltar as mãos e dizer: *é assim que sou e que amo, esse é o meu caminho*. Mesmo que esse caminho seja uma replicação muito parecida com aquele já conhecido – o dos pais ou seus substitutos – ele carrega em si algo de próprio.

Ao discorrer sobre o complexo de Édipo e sua reedição, percorremos os caminhos que permitiram chegar até esse momento: o das próprias escolhas. Interessa-nos agora explorar essa transição e o que vem a seguir: se a identificação aos ideais parentais é condenada, a quais ideais recorrer para continuar se constituindo? Agora que, no âmbito do desenvolvimento, o impulsionamento familiar perdeu sua força, a sedução cultural nunca esteve tão latente. Qual o *momento de concluir* que “separa” a adolescência da vida adulta? Se o início da adolescência fica atrelado à imposição de um tempo de espera, seu término não ocorre pura e simplesmente quando se completa dezoito anos. Calligaris (2000/2014) argumenta que o problema reside não na entrada, mas na saída da adolescência: ninguém sabe muito bem o que é necessário para se tornar um adulto, nem mesmo o que é um homem ou uma mulher. Diante desse desejo de saber, então, neste capítulo discorreremos sobre os tempos e percursos rumo a uma identidade na adolescência.

3.2 O Instante de Ver e a Separação

Como mencionamos, segundo Lacan, a alienação ao desejo do Outro é necessária à constituição subjetiva: a linguagem é anterior ao sujeito, que chega ao mundo e deve ser nela introduzido por aqueles que encarnam esse Outro para a criança. A família, neste sentido, costuma ser a instituição que acolhe e reconhece a humanidade no ser nascente, atribuindo-lhe demandas para além das necessidades. Ainda que as figuras de cuidado não sejam o pai e a mãe biológicos, é preciso que, ao menos, suas funções sejam exercidas na realidade para que a criança possa sobreviver. Deste modo, assim como é necessário que a família suponha um desejo no nascituro que permita a ele se humanizar, também a criança idealiza os pais para que possa se sentir amparada.

Sobre essa relação, Corso (2002) diz que, durante o período de latência, é como se a criança se encontrasse em um tipo de “casulo familiar”, no qual seu Eu vai se constituindo e se preparando para o “parto subjetivo” que é o encontro com o sexual na puberdade. Esse casulo, formado a partir dos “restos” infantis do complexo de Édipo, é feito de um “tecido incestuoso”, no qual os investimentos objetais vão se transformando em identificação, conforme apontou Freud. Laplanche e Pontalis sintetizam a definição de identificação como um “processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro” (1960/2001, p. 226). Assim, como são justamente os pais que encarnam o Outro nesse

momento – representando o reflexo de uma cultura particular – a família é, para a criança, seu principal modelo identificatório.

Nesse sentido, Corso traz a ideia de que o “desempenhar” é a atividade a partir da qual o latente dá vazão a seus restos edípicos, tal qual o brincar para a criança e o fantasiar para o púbere. Segundo a autora, essa maneira de se relacionar com o mundo, “a mais teatral que jamais se terá, é uma espécie de impulso a atuar até convencer-se de que se é idêntico ao ideal que se conformou” (Corso, 2002, p. 26). Esse tipo de atuação ocorre, precisamente, em relação às identificações que estão sendo forjadas nesse casulo. Então, na fase final da latência, o “desempenho” diante da tentativa de adaptação ao meio se transforma em uma espécie de performance da sexualização. No entanto, “mais do que nunca, é de pura imagem que se trata, a aposta da criança é em construir uma fantasia, vesti-la e observar nos outros o efeito desta imagem” (Corso, 2002, p. 27). Assim, considerando a concepção freudiana de que atuação é o oposto de elaboração, a autora adverte que, nesse momento, a criança ainda não é capaz de elaborar nenhum tipo de encontro amoroso ou de exposições corporais excessivas, muito embora talvez já seja vista como “adolescente” por alguns adultos.

Trata-se, portanto, de um momento de idealização da figura dos pais – ou de adultos que ocupem um lugar imaginário de referência – no qual as identificações que constituem a personalidade da criança serão performadas a partir desses modelos. Na metáfora de Corso (2002) sobre o “casulo familiar” do período de latência, podemos supor que a proteção que ele representa é em relação à castração com a qual a criança se depara no final do complexo de Édipo. Deste modo, o casulo exerce uma dupla função: em sua face interna, delimita os modelos identificatórios às figuras familiares; em sua face externa, protege imaginariamente contra as ameaças de castração. No âmbito do desenvolvimento psicosssexual, então, a idealização das figuras parentais, além de modelo identificatório na constituição subjetiva, serviria também como anteparo imaginário diante do horror ao desamparo fundamental (Corso, 2002; Alberti, 2010).

No entanto, à medida em que vai expandindo seus horizontes para além do âmbito familiar, a criança se dá conta de que seus pais não são tão poderosos assim: eles também dependem de outros adultos e são submetidos a regras, que muitas vezes exigem dos filhos mas não são cumpridas por eles próprios. O pai do amigo talvez seja mais inteligente, a mãe da amiga talvez seja mais legal. Mais do que isso, os pais também mentem, sofrem, choram, adoecem e, além de tudo, são mortais. Isto é, a idealização familiar que antes protegia imaginariamente a criança do desamparo não se sustenta da mesma forma. Assim, para Alberti (2010), nesse momento há uma nova incidência da castração, que vai além do sujeito e

abarca também o Outro, configurando a elaboração da falta no Outro como o que virá a ser um dos grandes trabalhos da adolescência (Alberti, 2010; Outeiral, 2017).

Deste modo, ao se deparar com essa nova incidência da castração, ocorrem as primeiras rachaduras no “casulo familiar” da criança. Conforme descreve a psicanálise, a ambivalência das identificações está marcada, desde seu surgimento, tanto por sentimentos ternos quanto por sentimentos hostis. Então, quando a criança percebe que também aos pais lhes falta algo – isto é, não *têm* ou não *são* o falo – os sentimentos hostis ganham mais destaque. Assim, são as *desilusões universais*, como Outeiral (2017) nomeou a descoberta de que os pais não são “todo-poderosos”, que direcionam os primeiros movimentos de *desidentificação* em relação ao meio familiar, nos quais a conscientização de determinadas identificações – que, por definição, são inconscientes – faz com que elas se afrouxem nesse âmbito (Mannoni, 1984/2021; Outeiral, 2017).

Diante desse afrouxamento dos modelos identificatórios, os pais da realidade vão perdendo sua função junto à criança, que paulatinamente passa a questionar seus ideais: “o conflito do adolescente com sua família é ora latente, ora patente, mas sempre presente” (Mannoni, 1984/2021, p. 24). Esse movimento, contudo, não deixa de ser paradoxal: é porque os pais apresentaram o mundo à criança, colocando-se como sujeitos desejantes, que a criança pode, ela própria, desejar. Conforme Alberti (2010), é justamente a afirmação da presença de um Outro que engendra a noção de um eu diferenciado, ou seja, é porque a criança esteve alienada ao desejo do Outro que ela pode fazer escolhas. Em suas palavras,

É porque os pais estão lá que o adolescente pode *escolher* lançar mão deles ou não; quer dizer, se os pais não estão presentes ele não poderá sequer fazer essa escolha. [...]. Não há escolha que prescindia de indicativos, direções, determinantes que lhe são anteriores (Alberti, 2010, p. 10).

Retomando nosso exemplo da introdução, a criança só chega à calçada a partir da qual poderá escolher seus novos caminhos se um adulto a acompanhou em seu percurso. Inclusive, para a autora, este é outro dos grandes trabalhos da adolescência: a elaboração das próprias escolhas, tópico em que nos aprofundaremos um pouco mais adiante.

Assim, mesmo que a dialética alienação-separação seja intrínseca ao desejo, há um ponto em que essa separação é de outra ordem. Embora Freud tenha pouco falado diretamente sobre a adolescência, foi explícito ao dizer que o movimento de desprendimento dos ideais parentais representa “uma mudança cuja magnitude é difícil de imaginar” (1914a/2010, p. 305). Afinal, em que momento o casulo se rompe? Qual o instante em que as mãos da criança e do adulto podem se separar?

Corso (2002) afirma que o rompimento do “casulo familiar” ocorre no instante em que a sexualidade infantil é desvelada aos olhos do próprio sujeito. Enquanto está envolta pelo casulo, durante a infância, é como se a criança fosse gestando em si o que se revelará na adolescência. Ela se prepara, antecipa e fantasia com suas performances de sexuação, apenas *desempenhando* imaginariamente determinados papéis de gênero. Porém, no instante em que lança um olhar para o passado e reinterpreta histórias – antes inocentes – como também imbuídas de desejo, é que se dá a virada da puberdade e se delimita a entrada simbólica na adolescência.

Para exemplificar, a autora se refere ao fragmento clínico do caso Emma, apresentado no início do percurso freudiano, em que o mecanismo do trauma é discutido²². Resumidamente, Emma era uma jovem com sintomas neuróticos e que não conseguia entrar em lojas sozinha. Em análise, atribuiu o início de seu sofrimento a uma cena na qual, aos 12 anos, estava em uma loja e viu um vendedor que considerava atraente rindo com outro vendedor. Então, foi tomada por um afeto de susto ao acreditar que riam de suas roupas. Depois, lembra-se de outra cena, anterior, aos 8 anos, em que um vendedor de uma confeitaria havia lhe tocado as partes íntimas por cima das roupas, sorrindo. Pouco tempo após o ocorrido, Emma voltou à confeitaria, mas a situação não se repetiu.

Freud interpreta, então, que os dois elementos comuns a essas cenas – o riso dos homens e as roupas – fizeram com que Emma se lembrasse do abuso sofrido aos 8 anos e considerasse a primeira experiência como traumática. A partir disso, refere que há uma mudança de registro entre as duas cenas, em que é a puberdade que reconfigura a compreensão da vivência da primeira. Assim, Emma só pôde compreender como um abuso sexual o que ocorreu na confeitaria porque durante a puberdade entrou em contato com suas próprias sensações sexuais. No entanto, sob um olhar lacaniano, Corso (2002) pontua que o que se tornou insuportável para Emma foi, na verdade, o fato de ela ter voltado ao estabelecimento e não necessariamente o de ter sido abusada. Então, a autora conclui que “Emma sofre ao pensar que mesmo tão pequena, pilhou-se em algo que, *a posteriori*, pode ser interpretado como desejo” (Corso, 2002, p. 28).

Assim, a novidade que marca um antes e um depois do início da adolescência “é a assunção do desejo de um desejo, é o processo de saber-se ativo na produção do desejo de que sou objeto” (Corso, 2002, p. 29). Isto é, não se trata mais, necessariamente, de desejar o

²² O caso Emma está descrito em *Projeto para uma psicologia científica* (Freud, 1895 [1950]/ 1996). Uma discussão mais profunda, a partir do referencial lacaniano, pode ser encontrada em: VIOLA, Daniela Teixeira Dutra. Freud e o real da puberdade: uma leitura do caso Emma. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v. 6, n. 11, p. 94-112, 2017.

desejo da mãe ou ser desejado por ela, mas sim de se fazer desejar. Assim, a partir desse instante em que se toma alguma consciência de que, desde antes, já havia algo da sexualidade operando em si, fica mais difícil ignorar esse desejo próprio, o qual acaba ficando retroativamente assimilado às lembranças. Portanto, da ruptura do casulo, nasce um sujeito que *se sabe* sexuado e desejante.

No entanto, o movimento de se despojar dos ideais parentais e de se deparar com o próprio desejo contém em si um paradoxo: ao se fazer desejar, o adolescente se dá conta de que ele depende, também, de alguém que o deseje. Ou seja, “no processo de se tornar independente da família, cada um se descobre escravo para sempre do amor que o constituiu” (Corso, 2002, p. 30). Voltando à nossa metáfora das mãos: é chegado o instante em que as mãos da criança e *daquele* adulto podem se separar. Mas, para continuar, por mais que agora se possa escolher por onde seguir, é necessário encontrar outras mãos. Não há caminho que se faça só. Desta forma, enquanto a infância realiza o trabalho de transformar amor em identificação, com o declínio do complexo de Édipo, na adolescência o trabalho é justamente o contrário.

A adolescência é o resultado da operação de inversão do Édipo, quando aquilo que conseguiu decantar enquanto identificação deve dar lugar novamente ao amor. É importante aqui observar que não é daquilo que repousava que a tarefa adolescente se nutre; ela é feita de pendências, de pontas soltas, que não fazem parte de alguma trama do que o pequeno ser já angariou para sua identidade (Corso, 2002, p. 21).

Portanto, a identificação aos ideais parentais é o que permite ao sujeito chegar ao instante em que vê a sexualidade também como constituinte de si. Isso porque agora existe um Eu que se constitui a partir de instâncias ideais que só podem ser acessadas no contato com um Outro, que se apresenta como alteridade igualmente castrada. Se antes a alienação ao desejo desse Outro era constituinte, agora o encontro desvelado com a sexualidade e a assunção de um desejo de desejo permite ao sujeito se separar desses ideais e ir em busca de outros. Ou seja, foi necessário ser amado para se constituir como sujeito e, agora como sujeito que se sabe desejante, é possível amar também. Mas, para isso, no caminho que transforma identificação novamente em amor, é preciso saber que se sabe do próprio desejo, isto é, poder dizer *eu sou* assim.

3.3 O Tempo de Compreender e os Trabalhos da Adolescência

O casulo familiar foi rompido e as mãos foram soltas: e agora, para onde ir? Poder dizer quem se é, ou seja, estabelecer uma identidade, não é tarefa simples. Conforme mencionamos, para Alberti (2010) a própria adolescência é o processo de elaboração da falta no Outro – se o adulto também não sabe muito bem aonde vai, como eu vou saber? – e, portanto, de elaboração das próprias escolhas. Como vimos, essas escolhas não são tão próprias assim, elas dependem das particularidades daquela determinada família, que existe em um contexto cultural também específico.

Em sua perspectiva lacaniana, Alberti (2010) circunscreve a adolescência a esses dois processos, os quais têm um início mas não necessariamente um fim. Nesse sentido, a autora fala da adolescência não como um período de crise, mas como de elaboração e assunção do próprio desejo. Em suma, a elaboração em questão é a do próprio complexo de Édipo, em que a criança não está mais na posição de objeto de desejo da mãe, mas se identifica como sujeito desejante, assim como o pai. Ou seja, é a função paterna que sustenta a lei do desejo para o filho. Contudo, na adolescência, a falha do ideal paterno se desvela, demandando que o sujeito busque investimentos alhures, fora do seio familiar, conforme já mencionamos. Deste modo, como ser desejante – entendendo que o que se deseja, em última instância, é o falo – o sujeito é convocado a se posicionar diante das evidências da castração. Assim, a adolescência possui uma especificidade, potencialmente traumática e aniquiladora, que o é encontro necessariamente faltoso com o real do sexo. A autora sintetiza esse encontro da seguinte forma:

É assim que o sujeito entra na adolescência e é assim que ele irá então se deparar com a Mulher. Não há tomada de posição na partilha dos sexos – seja do lado do homem, seja do lado da mulher – que não implique o encontro com a Mulher. Normalmente, do lado do homem, esse encontro lança o sujeito no embaraço. O rapaz passará sua adolescência tentando elaborá-lo e, na tentativa de lidar com tal encontro, muitas vezes dividirá as mulheres entre aquelas que ama e aquelas que deseja. Do lado da moça adolescente, o encontro com o sexo normalmente a lança na questão: o que é uma mulher? Como devo ser para me situar? E, a partir daí, a jovem se lança na tentativa de com Ela se identificar, elegendo-a como objeto o mais precioso, num movimento que Freud reconhecia como sendo a bissexualidade própria à histeria (Alberti, 2010, p. 30).

Deste modo, para a autora, os processos de elaboração da falta no Outro e das próprias escolhas têm como um de seus elementos centrais a escolha da posição homem ou mulher na partilha dos sexos durante a adolescência. É válido lembrar, entretanto, que não se trata do sexo biológico ou da identidade sexual, mas do posicionamento que o sujeito assume diante

do falo, conforme mencionamos no capítulo anterior. Assim, tendo o complexo de Édipo como referência, ao fazer escolhas e se deparar com a falta no Outro, o início da adolescência seria estabelecido pela definitiva incorporação desse Outro da infância, de modo que o sujeito não mais dependa da idealização dos pais que teve outrora. Em suma, “poder encarar o desamparo, as impossibilidades, submeter-se à castração simbólica é o longo trabalho de elaboração da falta no Outro que diz respeito à adolescência” (Alberti, 2010, p. 16). Contudo, a autora enfatiza que o que está em questão na adolescência não é a separação do Outro da infância incorporado, mas justamente o que o sujeito faz com os vestígios desses pais imaginarizados e idealizados.

Assim, por mais que Alberti (2010) não considere a adolescência como um momento de crise, a autora estabelece algumas especificidades que a circunscrevem em relação ao desejo e ao encontro com o real do sexo. No entanto, sob outra perspectiva – que inclusive leva em conta aspectos particulares da cultura ocidental, embora muitas vezes não deixe explícito esse pensamento – há determinados conflitos ou tarefas que engendram a adolescência como período específico do desenvolvimento.

Segundo Renato Mezan (2019), o principal conflito da adolescência se reflete nas aspirações de autonomia e, ao mesmo tempo, nas tendências a manter o estado de dependência em relação às figuras parentais. É o desejo em seguir o próprio caminho, mas constantemente olhar para trás e verificar se os pais permanecem naquela calçada. Ou seja, trata-se de um momento em que há o vislumbre da separação, mas ainda o desejo de permanecer sob o olhar da família. É o autor quem utiliza a expressão “trabalho da adolescência” que, tal qual o “trabalho do luto”, pode ser definido como um

Processo estruturante que afeta o conjunto da vida psíquica, tanto na área da autoimagem quanto na esfera das relações. Ele envolve a admissão e a elaboração de perdas significativas (o estatuto de criança, o corpo infantil, certas modalidades de relação com o outro), a aquisição de defesas novas e eventualmente mais plásticas, a integração de novas identificações, o acesso a novas modalidades de vínculos com os pares (de geração e de gênero) e com os diferentes (novamente, em termos de geração e de gênero) (Mezan, 2019, p. 262).

A partir da elaboração de todo esse processo de alienação-separação, então, a resolução do conflito se daria com a estabilização relativa das identificações e das defesas, as quais indicariam a entrada na vida adulta. Mas, para isso, há que se realizar um trabalho que integre as identificações pregressas atreladas às figuras parentais – tal qual argumenta Alberti (2010) – a outras que remetam tanto aos iguais quanto aos diferentes. Assim, o trabalho da adolescência ocorre a partir de um duplo movimento, em que o adolescente, ao reconhecer o

diferente, pode também afirmar que existe um igual. Da mesma maneira, o caminho inverso também é verdadeiro: quando se vê diante dos pares, estabelecendo grupos a partir de determinados aspectos – como geração e gênero, conforme apontado por Mezan (2019) – é possível afirmar também a diferença. Deste modo, o autor assinala que, por mais que a carteira de identidade e o corpo de alguém pareçam afirmar que se trata de um adulto, “se a questão é calçar uma identidade vacilante com insígnias e ações que parecem reconhecer o outro, mas na verdade o negam” (Mezan, 2019, p. 264), psiquicamente ainda se trataria de um adolescente.

Na mesma lógica, Outeiral (2017) estabelece uma série de “tarefas” no desenvolvimento do adolescente, em torno das quais está o aspecto fundamental de organização da identidade em suas esferas sociais, temporais e espaciais. De maneira geral, essas tarefas coincidem com as citadas por Mezan (2019) no “trabalho da adolescência”, mas Outeiral é específico sobre algumas outras. Dentre elas, podemos citar: a passagem do mundo endogâmico (família) ao universo exogâmico (sociedade); a ressignificação das “narrativas” do self; a reelaboração do narcisismo; a aquisição de novos níveis operacionais de pensamento (do concreto ao abstrato) e de novos níveis de comunicação (do não verbal ao verbal); o recrudescimento das fantasias edípicas, agora pelo desenvolvimento físico, com a possibilidade da concretização do incesto; a construção de novos vínculos com os pais, caracterizados por menor dependência e idealização; o estabelecimento da primazia da zona erótica genital; a busca de um objeto para o exercício da paixão e do amor; e a definição da escolha profissional. Mais uma vez, trata-se de tarefas que dizem respeito ao processo de alienação-separação do adolescente em relação, principalmente, às figuras de referência da infância. Assim, a maioria dessas tarefas pressupõe mudanças em si e na relação com o mundo – como também propôs Mezan (2019) – passando necessariamente pela relação com o outro, de forma mais ou menos consciente.

A partir da exposição das ideias gerais desses autores, podemos notar que o processo de alienação-separação está presente nessas três perspectivas. Alberti (2010) apresenta uma visão mais estrutural da adolescência, concebendo-a como um processo de alienação e separação em si, cujo cerne está na relação entre o sujeito e os pais imaginarizados da infância. Mezan (2019) e Outeiral (2017), por sua vez, enxergam a adolescência sob a ótica do próprio sujeito, no qual o Eu se constitui diante de um trabalho ou de tarefas que, se realizados, levam ao estabelecimento de uma identidade mais ou menos estável e à “entrada” na vida adulta. Igualmente, esses trabalhos ou tarefas não tratam apenas da separação em relação às figuras parentais em termos de autonomia na ação, no pensamento ou no

estabelecimento de novos formatos de relação. Mais do que isso, eles enfatizam a importância de que o que já havia sido incorporado como identificação prévia possa se integrar a novas identificações.

No entanto, na busca por uma identidade que seja própria, se agora há espaço para novas identificações para além daquelas circunscritas aos ideais parentais, nos questionamos: de onde elas vêm? Calligaris (2000/2014) propõe um outro movimento – para além dos processos de alienação-separação das figuras e dos ideais familiares – e pensa na constituição do sujeito adolescente especificamente em relação à cultura²³. Retornando mais uma vez à nossa metáfora, agora voltamos nosso olhar para o outro lado da calçada e às diversas (lembrando: não infinitas) possibilidades de continuar trilhando os caminhos rumo à afirmação: *eu sou* assim.

Para Calligaris (2000/2014), o adolescente é alguém que já teve tempo de assimilar e *saber* sobre os ideais culturais mais bem difundidos na comunidade: felicidade, autonomia e o sucesso na vida social e amorosa, para citar alguns. Além disso, seu corpo também já está maduro o suficiente para que possa efetivamente exercer as tarefas necessárias ao alcance desses ideais. Muitas coisas se tornam possíveis e conscientemente desejáveis a partir da puberdade – o ato sexual, por exemplo – mas nem tudo é socialmente permitido. Tomando a voz dos adultos para si, o autor pontua: “talvez haja maturação, lhe dizem, mas ainda não é maturidade” (Calligaris, 2000/2014, p. 24). Deste modo, por mais que o adolescente já tenha compreendido os valores de uma determinada cultura e seja fisicamente capaz de realizar determinadas tarefas que na infância não eram exequíveis, ele ainda é colocado como alguém alhures do mundo adulto.

Consequentemente, na perspectiva do adolescente, ele não é mais nada: se vê em um limbo no qual não é mais a criança amada e nem um adulto admitido na sociedade como tal. Assim, não há a adoração da infância e nem o reconhecimento de que se é capaz, de fato, de ir em busca desses ideais. Com o critério da maturação física descartado, falta também uma lista estabelecida de provas rituais para a dita “entrada” na vida adulta, restando apenas a espera, a procrastinação e o enigma, o que acaba por colocar o adolescente em uma posição de insegurança radical. Nesse sentido, o autor refere que a comunidade impõe uma espécie de *moratória* a esses sujeitos: a adolescência se torna um tempo de suspensão, no qual se deve aguardar uma autorização para que se possa, finalmente, produzir, ganhar ou amar (Calligaris, 2014).

²³ Aqui, não temos a pretensão de nos referirmos à caracterização da cultura no âmbito de um elemento universal da humanidade, mas sim restringir-nos ao contexto particular ocidental e contemporâneo.

Contudo, a ideia da adolescência como uma moratória contém em si uma contradição percebida muito facilmente por aqueles que são submetidos a ela. Ora, é porque devem esperar por uma suposta maturidade – momento no qual as escolhas seriam realmente autônomas, condizentes com esse determinado ideal cultural – que os adolescentes se mantêm na condição de imaturos. Desejam e podem fazer algo, mas muito não lhes é permitido. Assim, “o adolescente não pode evitar perceber a contradição entre o ideal de autonomia e a continuação de sua dependência, imposta pela moratória” (Calligaris, 2000/2014, p. 17). Portanto, ao almejar autonomia – como ideal cultural – mas saber ser dependente – dos adultos, remetendo-nos aqui aos ideais parentais – a única reação possível seria a de rebeldia. Nesse sentido, a ênfase recai, então, mais no dito “eu *não sou* assim”, negando determinados ideais parentais, do que em seu aspecto positivo de busca por outros ideais além dos familiares.

A saída do mundo endogâmico para o universo exogâmico, para retomar a expressão utilizada por Outeiral (2017), requer, justamente, essa mudança em relação a quais ideais o sujeito procura se conformar. Salientamos que o que Calligaris (2000/2014) busca explicitar ao apontar a contradição diante dos ideais de autonomia e independência é a questão cultural de como se compreende a adolescência e não tanto outras saídas possíveis no âmbito do sujeito para além da rebeldia, como se discutirá a seguir. De qualquer forma, o ponto crucial é que a família contém em si aspectos que são representativos de determinada comunidade cultural, tal qual os ideais citados, embora não se limite a isso.

Ademais, soma-se ainda mais uma questão que surge como ideal cultural comum no ocidente: a de que a própria adolescência seria o protótipo da facilidade (Calligaris, 2000/2014). E isso, obviamente, não faz sentido algum para esse adolescente. Como é possível que me digam que esta é a melhor fase da minha vida se não me deixam fazer o que eu quero? Por que me dizem que é bom não ter nenhuma responsabilidade, se o que eu mais quero é poder ser independente e responsável por mim mesmo? Afinal, o que é preciso para se tornar um adulto e, finalmente, poder ser independente e feliz?

Se a moratória é basicamente uma proibição, Calligaris (2000/2014) se coloca agora no lugar dos adolescentes e pergunta: *Che vuoi?* O que vocês querem de mim? O autor conclui, então, que a adolescência assume a tarefa de interpretar o desejo inconsciente – ou apenas esquecido – dos adultos. Podemos pensar, desta forma, que o adolescente estabelece uma outra relação com o que supõe ser o falo do adulto, agora marcado pela falta de uma forma mais ou menos consciente diante desta nova dimensão da castração. Assim, o que se desloca é essa interpretação do desejo não apenas dos pais – ao qual o adolescente, em seu

aspecto de rebeldia, tende a dizer *não* – mas também de outros adultos, cujo discurso compõe o campo cultural.

Deste modo, embora o autor não entre nesse mérito, entendemos que a moratória adolescente também pode ser um período de experimentação. Enquanto a escolha em se conformar aos ideais parentais é restrita e estruturante – no sentido em que acatá-la ou não define a estrutura psíquica do sujeito – as escolhas do adolescente no universo exogâmico podem ser bastante variadas, mas igualmente estruturantes em termos de identidade. Para além da rebeldia, durante esse *tempo de compreender* quem se é, o adolescente vai se deparando com diversos elementos da cultura, que toma para si via identificação, quase como se brincasse de ser outros. Mannoni faz uma metáfora parecida e diz que

Os pássaros quando estão na muda são infelizes. Os humanos também mudam, no momento da adolescência, suas plumas são emprestadas – e se diz frequentemente que o adolescente que começa a perder suas antigas identidades, adquire um ar *emprestado*. Suas roupas não parecem ser deles, quer sejam roupas de criança ou roupas de adulto, mas, sobretudo no que diz respeito às suas opiniões, é a mesma coisa – elas são emprestadas (1984/2021, p. 28).

Em síntese, no processo de alienação-separação em que consiste a adolescência, as separações podem ser entendidas como o afrouxamento de identidades atreladas unicamente a aspectos específicos da infância: o corpo infantil e os modos de relação em que a sexualidade é velada ao próprio sujeito, cujos ideais ficam restritos ao âmbito familiar. As alienações, por sua vez, seguem sendo em relação ao desejo do Outro, porém não mais necessariamente ao Outro parental. Por ter se deparado com uma nova incidência da castração, não somente em si mas também no Outro, o adolescente segue em busca de alguém ou algo que possa se inscrever em sua instância ideal. Nesse sentido, ficam diversificados os aspectos que compõem essa instância do Eu: quem e como ama, a maneira pela qual se apresenta ao mundo, o que traz prazer e o que traz desprazer, entre tantos outros aspectos. Enfim, tudo o que compõe a identidade desse adolescente e que pode, de certa forma, ser experimentado. Assim, o *tempo de compreender* da adolescência corresponde a uma moratória, na qual o sujeito pode emprestar e experimentar objetos e discursos que se apresentam a ele em seu contexto cultural. Resta-nos entender, entretanto, o que faz com que apenas alguns desses permaneçam para que o sujeito possa se reconhecer em uma identidade.

3.4 O Momento de Concluir e a Cultura

Em nossa calçada imaginária, o adolescente já deu seus primeiros passos sozinho e, assim, vai seguindo sua trajetória singular em um caminho particular. Então, a partir dos elementos da cultura que lhe forem disponíveis neste período de moratória, vai experimentando e pegando emprestado aqueles que lhe interessam para compor sua identidade. A família já cumpriu com seu papel de tecer o casulo que o preparou para esse momento e agora serve como parâmetro para as direções a serem seguidas. Isto é, na constituição da subjetividade, a identificação aos ideais parentais foi necessária, mas agora esses ideais se encontram em outros lugares.

Antes de explorarmos a constituição da subjetividade também a partir dos ideais culturais convém, entretanto, retomarmos as proposições freudianas sobre as funções dessa instância ideal no aparelho psíquico. Em *Introdução ao narcisismo* (1914b/2010), Freud fala que o ideal do Eu surge como instância diferenciada no psiquismo na passagem do narcisismo primário para o secundário, momento no qual um suposto estado de onipotência infantil abre brechas para satisfações advindas também das relações objetais. Assim, a libido que estava represada exclusivamente no Eu se desloca tanto para os objetos quanto para essa outra instância ideal. Com isso, compreende-se o ideal do Eu como uma instância interna a ser satisfeita, mas que tem sua origem de referência externa, primariamente nos pais ou seus substitutos.

Ao longo de sua obra, contudo, Freud foi desenvolvendo essa noção de ideal do Eu. Associou-a à identificação de indivíduos no contexto da formação de grupos, como sendo o elemento comum a partir do qual as pessoas criam laços espontâneos (Freud, 1921/2023). A formação de grupos, assim, poderia se dar tanto a partir de um líder, que centraliza e representa os ideais de Eu coletivos, quanto por ideias em comum que agreguem as pessoas. Depois, Freud volta a desdobrar o conceito de ideal do Eu ao considerá-lo, primeiramente, como sinônimo de Supereu, reunindo em uma só instância as funções de ideal e de interdição (Freud, 1923b/2011) – “você deve ser assim” e “você não deve ser assim”, respectivamente – e, em seguida, faz uma nova distinção dentro do Supereu, dividindo a função de interdição entre auto-observação e consciência moral (Freud, 1933a/2010). Neste sentido, como resultado das tensões entre Eu e Supereu, surgem o sentimento de culpa, a partir da consciência moral, e o sentimento de inferioridade, ligado ao não cumprimento das exigências do ideal do Eu.

Considerando, portanto, o desenvolvimento do conceito de ideal do Eu em Freud, é possível elencar alguns pontos que servirão de base para pensar a relação entre os ideais culturais e a adolescência: o ideal do Eu vem de fora, sendo a princípio externo ao sujeito; é fonte de identificação na formação de grupos; apresenta-se como imperativo positivo (“você deve ser assim”); e, por fim, o não cumprimento das exigências ideais leva a um sentimento de inferioridade mais do que um sentimento de culpa. Importa lembrar também o começo da história: a instância ideal surge a partir de demandas da realidade externa, uma vez que se manter fixado no narcisismo primário implicaria em não entrar em contato com ela.

Assim, o que está se denominando aqui como ideal cultural é um derivado do pensamento freudiano. Saindo do âmbito exclusivamente individual, um ideal cultural serve como uma referência para o sujeito, um modelo ao qual procura se conformar, assim como o ideal do Eu. No entanto, essa referência necessariamente ultrapassa o modelo parental, qualificando-se como significantes que circulam na cultura e aos quais, eventualmente, o sujeito terá acesso. Deste modo, Laplanche e Pontalis (1960/2001) pontuam que o ideal do Eu é constituído por identificação com os ideais culturais, que não são obrigatoriamente harmonizados entre si. Neste sentido, os ideais culturais seriam aquilo que faz com os adolescentes sintam que devem ser de determinada forma, buscando pessoas que sejam do mesmo jeito, por mais contraditórios que esses sentimentos e escolhas possam parecer.

Retomamos, então, as ideias de Coutinho (2002; 2005) expostas na introdução desta dissertação e salientamos como o conceito de ideal é justamente o que faz fronteira entre o individual e o coletivo, permitindo que cada sujeito possa se constituir e se reconhecer em uma determinada sociedade, em uma determinada cultura. A autora sintetiza esse pensamento dizendo que a reedição edípica na adolescência é

determinada pelas novas incidências de castração, a partir da entrada no mundo social e da escolha de um lugar na partilha dos sexos, o que também exige uma reelaboração narcísica. Esse processo depende do luto dos ganhos narcísicos infantis, ou seja, do abandono dos objetos onipotentes da infância, incluindo-se o eu ideal onipotente do narcisismo infantil, que deve agora ser suplantado por ideais mais abstratos e impessoais, articulados ao laço social (Coutinho, 2002, p. 98).

Desta maneira, a construção da identidade na adolescência absolutamente perpassa a cultura e, neste sentido, depende dos ideais que são articulados no laço social. É claro que esses ideais mais “abstratos e impessoais”, tal qual o ideal de autonomia mencionado por Calligaris (2000/2014), são expressos de formas concretas na cultura. Então, quando falamos em ideais culturais, estamos nos referindo às ideias que regem determinada coletividade e que, muitas vezes, encontram materialidade nos modos de se relacionar – como no caso das

redes sociais atualmente – ou mesmo nos modos ou objetos de consumo. Nesta dissertação, não entraremos no mérito específico de quais são esses modos de relacionamento ou de consumo na contemporaneidade²⁴. No entanto, podemos recorrer mais uma vez a Freud, que nos fala da importância da arte também como articuladora do laço social.

A arte oferece [...] satisfações substitutivas para as mais antigas renúncias culturais, que continuam sendo sentidas de maneira mais profunda e, por isso ela tem um efeito reconciliador como nenhuma outra coisa em relação aos sacrifícios dessas renúncias. Por outro lado, suas criações elevam os sentimentos de identificação, de que tanto necessita todo o grupo cultural, dando ensejo a sensações vivenciadas conjuntamente, altamente apreciadas. Mas estas também servem à satisfação narcísica, quando apresentam as realizações de determinada cultura e evocam seus ideais de maneira impressionante (Freud, 1927/2023, p.243-244).

Assim, as identificações que antes estavam restritas ao âmbito familiar – seja na busca por cumprir ou negar determinados ideais – agora encontram espaço na cultura por meio de uma diversidade de discursos e expressões, inclusive artísticas. Deste modo, na adolescência há uma mudança no eixo das identificações, que passam a estar mais articuladas ao laço social. Supomos, então, que a escolha dos ideais culturais em relação aos quais se estabelecerá algum tipo de identificação ocorra a partir do mesmo *modus operandi* das escolhas de objeto, em que as experiências infantis são a base para a formação de uma série (não apenas sexual), tal qual Freud descreveu nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016). É importante enfatizar, porém, que embora a sexualidade infantil esteja no cerne das identificações subsequentes, não há nenhum tipo de determinismo no sentido de formação dessas séries. Voltando pela última vez ao nosso exemplo, são diversas as possibilidades de caminho que o adolescente poderá seguir quando soltar as mãos do adulto nessa calçada imaginária, sendo que cada caminho conterà em si outra diversidade de caminhos que se entrecruzam. Eis aí a dimensão particular da cultura – esses diversos entrecruzamentos – no desenvolvimento e na constituição identitária do adolescente.

Contudo, falar no rearranjo das identificações não é suficiente para discorrer sobre a construção da identidade na adolescência. Atentemo-nos, entretanto, para não confundir identidade apenas com singularidade, como se fosse tão somente a trajetória singular de cada um. Ser idêntico a si mesmo em sua subjetividade é uma coisa, responder à pergunta “quem sou eu?”, com diferentes qualificações, é outra. Muito embora essas qualificações correspondam à esfera das instâncias ideais, no âmbito da singularidade, alguns “empréstimos” da cultura se tornam propriedade. Neste sentido, a identificação se transforma em identidade quando o adolescente decide – inconsciente e insondavelmente – apropriar-se

²⁴ Há inúmeros autores que discorrem sobre essas especificidades na pós-modernidade. Ver Bauman, Zizek, etc.

de determinados aspectos culturalmente compartilhados. Deste modo, a partir de Freud, Porchat (2019) se refere à identidade como a percepção de uma clara consciência interior, uma convicção, sobre quem se é em relação a esse determinado aspecto: homem, mulher, judeu, brasileiro, etc. É neste sentido de convicção, de intensidade dos investimentos objetivos, então, que estaria a identidade.

No entanto, para que se estabeleça a função estabilizadora da identidade – isto é, para que se alcance uma identidade mais ou menos estável, seja durante a adolescência ou na própria vida adulta – é necessário ainda um elemento que nossa metáfora da calçada não dá conta: o reconhecimento. Se o que está em jogo na adolescência é um processo de alienação-separação, em que haveria uma mudança de eixo da alienação do âmbito familiar para outro, culturalmente compartilhado, isso não seria possível sem que houvesse o reconhecimento dessa separação. Poderíamos colocar a questão da seguinte forma: para que eu me reconheça como sendo eu mesmo, separado do outro, é necessário que reconheça, igualmente, que o outro não sou eu. Inicialmente, esse movimento na adolescência estaria voltado aos ideais parentais: “eu não sou isso que vocês acham que eu deveria ser”, poderiam dizer muitos adolescentes. Contudo, se até determinado momento eram as vozes dos pais que diziam “você deve ser assim”, agora outras vozes precisam surgir para realizar o mesmo trabalho e dar o valor de verdade à identidade do sujeito. Porém, esse valor de verdade identitária só se sustenta na medida em que existirem essas vozes, isto é, em que houver reconhecimento dessa identidade. Assim, neste sentido, a identidade pode ser considerada como uma ficção com valor de verdade – ou convicção – enquanto reconhecida por outros. Em suma, como elenca Porchat:

A identidade funciona na tensão entre verdade e ficção pois sustenta-se na operação de reconhecimento que afirma a identidade a si mesmo e apenas a si mesmo, por um lado, e, por outro lado, aos pares. Estes reconhecem a identidade de alguém pela atribuição (você é brasileira, mulher, judia), pela identificação de um traço em comum (nós somos judeus), ou pela concordância com a autoidentificação. A afirmação da identidade que importa a cada um, com a crença e a convicção que percebemos, por exemplo em Freud, não é verbalizada obrigatoriamente por todos, ou pode mudar conforme a situação ou determinado momento da vida. Podemos pensar numa função à qual não é necessário recorrer o tempo todo, enquanto função estabilizadora e que pode, ainda, aparecer de modo defensivo, funcionar como resistência (2019, p. 75).

Deste modo, podemos imaginar que a identidade na adolescência pode não ser tão fixa, justamente porque fica em evidência quando sua função estabilizadora se faz necessária diante de um momento de crise, ou seja, de busca ou escolha por determinados ideais. Ao contrário da infância, em que as possibilidades identificatórias são reduzidas tanto pelo

ambiente quanto pela própria condição de desenvolvimento, a partir da adolescência é possível transitar entre diversos ideais culturais, experimentando diferentes identidades. Neste sentido, “Busca-se a autonomia quando é necessário, embora muitas vezes o que se busca é o reconhecimento por pares. O Eu se faz diferente ou igual ao outro e, nesse estado, encontra satisfação” (Porchat, 2019, p. 84).

Podemos, então, pensar em um duplo sentido na relação do adolescente com os ideais culturais e a construção de uma identidade diante disso. Por um lado, como não é possível corresponder exatamente a esse ideal que chega de fora e é sentido como imperativo, os adolescentes acabam por se deparar com os sentimentos de inferioridade citados por Freud. Nota-se que não se trata do sentimento de culpa advindo da consciência moral – como talvez desejassem alguns pais com suas “lições” sobre o que deve ser feito ou não – mas de outra coisa: a vergonha, a insuficiência e as questões em torno da “autoestima” narcísica.

Ainda na busca por se conformar a esses ideais, principalmente o de autonomia, como apontou Calligaris (2014), aparece, então, o aspecto da rebeldia ligado à imposição de uma moratória em que não há, precisamente, o reconhecimento dos adultos sobre a possibilidade real do exercício dessa autonomia. Portanto, quando se fala em crise normativa da identidade, é deste ponto de vista que se trata: frustrado por não conseguir corresponder aos ideais culturais que se colocam, o adolescente se rebela contra os ideais anteriormente conhecidos, dos pais, e segue “emprestando” as identificações que lhe surgirem no caminho, sem ainda afirmar uma identidade.

Por outro lado, Coutinho (2005) recorre às ideias freudianas contidas em *Totem e tabu* (1913/2013) e expõe como o estabelecimento de relações horizontais – as fratrias – pode possibilitar a saída da reedição edípica e narcisista na adolescência. A autora salienta que as relações fraternais são a condição para a instauração da Lei que sustenta o laço social – ou seja, possibilitam a passagem da Lei ao regulamento – e, neste sentido, funcionam como garantia de reconhecimento dos traços identificatórios entre os irmãos. Então, em relação aos adolescentes, ao contestar a autoridade dos pais reais, a fratria produz orfandade simbólica ao mesmo tempo em que fornece amparo a partir dessa dimensão identitária de reconhecimento recíproco. Deste modo, Coutinho ressalta esse duplo sentido dizendo que

Podemos supor que os adolescentes, em suas fratrias, podem assumir diversas posições frente ao sintoma social, ou seja, tanto podem perpetuar o encobrimento da castração propagado pela cultura através de laços totalitários, quanto podem buscar parceiros para reafirmar e reinventar referências simbólicas mais satisfatórias (2005, p. 23).

Assim, afirmar uma identidade é importante no âmbito do reconhecimento da alteridade, com a possibilidade de que o Eu, em suas experiências subjetivas, teça sua trajetória ora se alienando a um ideal, ora afastando-se dele. Ainda que um adolescente possa dizer “eu sou tudo aquilo que meus pais gostariam que eu fosse”, ele teria que reconhecer que existem outros diferentes. Neste sentido, Rivera (2020) fala na identidade como dimensão performativa do reconhecimento e nas repercussões políticas e sociais diante dessa afirmação. Se pensarmos na adolescência como um momento de desvelamento da sexualidade e quebra dos ideais parentais, podemos considerar seu potencial transformativo no âmbito social e concordar com Rivera quando a autora diz que “em um contexto em que as posições do eu e do outro se embaralham para que se escondam as diferenças entre opressores e oprimidos historicamente constituídos, a identidade está, paradoxalmente, à serviço da alteridade” (2020, online).

Compreende-se, portanto, a identidade como uma ficção necessária tanto no que diz respeito ao desenvolvimento do adolescente, no movimento de alienação-separação em sua constituição subjetiva, quanto em sua função social de possibilitar o reconhecimento. Da mesma forma, podemos pensar nos ideais culturais como sendo o elemento em torno do qual se constituem as identidades, principalmente em seu “primeiro encontro”, que é a adolescência.

Por fim, nos questionamos: o que se conclui nesse momento? Qual é o outro lado da travessia adolescente? Se um dos trabalhos centrais da adolescência é a construção de uma identidade mais ou menos estável, que permite ao sujeito circular e compor também o laço social, isso não ocorre sem que haja algo que a sustente. Em relação ao que é estável e o que é aleatório no sujeito, Dor (1991) descreve a diferença entre estrutura psíquica e sintoma. Este é entendido como formação do inconsciente, que opera a partir de processos metafóricos e metonímicos e é constituído por sucessivas estratificações significantes. Assim, embora mantenham relação direta com as fantasias fundamentais do sujeito, a escolha desses significantes é tão aleatória quanto imprevisível. Há, portanto, uma indeterminação relativa da escolha dos significantes que intervêm na formação do sintoma. Do mesmo modo, aventamos a hipótese de que a escolha dos ideais culturais que irão compor a identidade do adolescente se dê da mesma forma: aleatoriamente dentro das possibilidades particulares de determinada cultura, mas diretamente relacionados à sua fantasia fundamental.

Além disso, entretanto, “existe uma determinação incontornável: trata-se de uma determinação cuja *intendência* do material significativo se efetua apesar do sujeito. Esta intendência é característica do funcionamento da estrutura, ou seja, de um certo modo de

gestão do desejo” (Dor, 1991, p. 23). A estrutura psíquica é, então, caracterizada por um traço de estabilidade na trajetória do sujeito, sendo constituída em função dos amores edípicos, na relação que esse sujeito estabeleceu com o Pai, conforme expusemos no capítulo anterior. Sendo assim, nossa proposta é pensar no *momento de concluir* da adolescência como aquele em que há a definição dessa estrutura, na qual o sujeito – já adulto – alça uma estabilidade em seu jeito de caminhar, o que foi inicialmente conhecido ainda em seus primeiros passos.

Em suma – e agora realmente para concluir – sintetizamos as ideias deste capítulo enfatizando que a travessia adolescente tem seus tempos. Primeiramente, é necessário que se tenha atravessado a infância na companhia de adultos que tenham exercido, ainda que minimamente, suas funções de cuidado e de apresentação do mundo, com suas dores e delícias. Essa trajetória acontece em conjunto, até o instante em que o sujeito vê sua própria sexualidade desvelada diante de si. Mais ou menos concomitantemente à puberdade, é chegada a hora em que o adolescente pode caminhar sem aqueles que o auxiliaram no início de sua jornada. Instala-se, então, um tempo de compreender quem se é: impedido socialmente de exercer toda autonomia que seu corpo já alçou, o adolescente vai experimentando o que lhe cabe (ou não) e, assim, vai construindo sua identidade. Deste modo, a partir de outros que o reconhecem em suas experimentações, cria uma ficção com valor de verdade para si. Segue caminhando, como adolescente, por fim, até o ponto em que pode se reconhecer em sua própria jornada e dizer – gostando ou não – *eu sou assim*.

3.5 O Tempo de Hoje

Retomando as conceituações de Mezan (2019) apresentadas na introdução desta dissertação, agora nos propomos a inverter nossa ótica de análise. No âmbito da constituição das subjetividades, até aqui nosso olhar esteve voltado para o que o autor chamou de “experiência de si”. Neste momento, entretanto, nos voltaremos para o “outro lado”, isto é, para as determinações psicossociais da subjetividade, especificamente no que concerne à adolescência na contemporaneidade sob a perspectiva psicanalítica.

Primeiramente, é importante sublinhar que a maior parte da literatura específica sobre essa temática, especialmente no Brasil, talvez não seja tão contemporânea assim (Calligaris, 2000/2014; Corso, 2002; Costa e Poli, 2010; Coutinho, 2002, 2005, 2009), embora alguns pesquisadores ainda mantenham seu interesse pela área (Canavêz e Câmara, 2020; Matheus, 2020). Começamos, então, com um questionamento: quando é que, nesse contexto, podemos falar em contemporâneo? Como vimos, a maioria dos nossos textos de referência datam do

início dos anos 2000, momento no qual a internet apenas começava a ocupar os lares brasileiros. De lá para cá, as mudanças tecnológicas que impactam diretamente na vida da população cresceram exponencialmente, talvez tanto quanto a desigualdade social que permite o acesso a elas. Neste sentido, o aporte material que circunscreve as determinações psicossociais da subjetividade também vem se alterando, ainda mais considerando o recente cenário da pandemia de COVID-19 que migrou definitivamente boa parte das relações de socialização para o mundo virtual.

De maneira geral, pode-se dizer que, na contemporaneidade, as instituições sociais modernas têm enfrentado profundas transformações, que reconfiguram significativamente a maneira como os indivíduos se relacionam com o mundo ao seu redor. Antes, essas instituições desempenhavam um papel consistente na estruturação dos modos de pensar, sentir e agir das pessoas. Assim, diante de ideais disciplinares e patriarcais, a liberdade individual era sacrificada em nome da segurança coletiva. Entretanto, atualmente, há uma transição marcada pela busca incessante por prazer individual e pela priorização do livre mercado em detrimento das preocupações sociais, o que acaba colocando em risco essa noção de segurança da coletividade. Além disso, a queda das narrativas culturais tradicionais levaria à formação de indivíduos "a-históricos", que perdem sua conexão com o passado, resultando em uma sensação de desamparo. A valorização da subjetividade ligada à história humana parece, então, estar diminuindo, levando ao esvanecimento das mediações simbólicas e regulamentações narcísicas. Deste modo, a pós-modernidade pode ser sucintamente descrita como um movimento em que a narrativa – que antes inseria as pessoas na história – e o universo simbólico que costumava dar suporte ao sujeito já não operam da mesma maneira (Campos, Sertori e Turato Junior, 2021).

No âmbito da psicanálise lacaniana, a crise na função paterna se torna uma questão central nesse cenário em transformação. Há debates sobre se essa crise estrutural na função paterna está conduzindo a uma forma de vinculação social profundamente narcísica e primária, onde a perversão e a transgressão da lei são legitimadas. Esta é, por exemplo, a perspectiva de Melman (2003), que fala em uma nova economia psíquica, não mais baseada no recalque, mas na exibição do gozo. De maneira geral, o autor aponta para a falência dos ideais paternos diante de uma mudança que – antes, possibilitava a instauração da Lei a partir do interdito dos desejos edípicos – agora parece autorizar a ultrapassagem de um limite para o cumprimento desse desejo. Se, na modernidade, o pai representava a autoridade, a quem todos deveriam adorar e obedecer, na contemporaneidade sua função parece estar mais ligada a colocar o impossível do desejo a serviço do gozo sexual. É o que se observa, por exemplo, na

busca por um prazer desenfreado na cultura do consumo e da exibição. Nesse sentido, a identificação ao Pai permanece, mas sua função inicialmente interditora se altera na pós-modernidade.

Por outro lado, algumas perspectivas sugerem que o declínio da função paterna pode abrir espaço para novas formas de agenciamento dos ideais e da identidade individual, potencialmente levando a novas formas de subjetivação. Sob essa ótica, a lei simbólica e o interdito edípico continuam existindo, embora as *imagos* que encarnam e sustentam os ideais para o sujeito estejam em crise. Assim, ao contrário da visão anterior cuja consequência pode ser compreendida por meio de uma psicotização ou perversão do laço social, essa outra concepção se estende também para as identificações fraternais, a partir das quais é possível propor uma gestão mais horizontal e coletiva do laço social (Campos, 2013).

Baseado no esquema clássico de formação de grupos proposto por Freud (1921/2023), Campos distingue três elementos necessários para sua constituição: “(1) a identificação introjetiva vertical como o pai como ideal; (2) as identificações introjetivas horizontais entre os irmãos; (3) a identificação projetiva com o grupo externo estranho” (2013, p. 145). Neste sentido, priorizar as identificações fraternais permite, simultaneamente, equilibrar a crise da identificação com a imagem paterna e estabelecer distinções em relação à alienação a essa imagem. Trata-se do que Kehl (2000) denominou de *função fraterna*, função que opera sobre a constituição do Eu e que permite ao sujeito se reconhecer fora da relação especular advinda do olhar materno. Assim, a autora salienta que

A função fraterna não substitui a função paterna, que opera para fundar o sujeito – no sentido do sujeito do desejo inconsciente – e podemos questionar se ela é capaz de operar, para o sujeito, quando a primeira falha. Além disso, enfatizo aqui que não se deve confundir a função do semelhante, na constituição do eu, com a participação da fratria na constituição da função paterna (Kehl, 2000, p. 38)

Deste modo, a função fraterna, que estabelece relações horizontais entre os membros do grupo, faz parte de uma lógica propriamente simbólica e paterna, necessitando dela para se constituir (Campos, 2013). No entanto, independentemente das diferentes visões nesse complexo debate, parece haver um consenso de que os suportes imaginários tradicionais da função paterna estão em crise, dando lugar a uma regulação baseada no gozo e no registro do real (Campos, Sertori e Turato Junior, 2021).

Canavêz e Câmara (2020) argumentaram em trabalho recente que os movimentos de contestação do patriarcado que criticam uma cristalização identitária uma perspectiva naturalizante têm marcado as mudanças pós-modernas, tanto no âmbito público quanto privado. Neste sentido, podemos apontar para as ações de luta pelos direitos das pessoas

LGBTQIAPN+, que abarcam, justamente, uma diversidade de identidades sexuais e modos de se relacionar. Entretanto, em conjunto com essas mudanças, também ascende a mencionada cultura do consumo, o que obviamente repercute em questões relacionadas à classe social, gênero e raça. De qualquer forma, o contexto é complexo e não é nosso intuito esmiuçar seus desdobramentos. Interessa-nos, todavia, dialogar com as ideias desses autores – que tratam do contemporâneo, mas em seu sentido mais amplo, o da pós-modernidade – e tecer alguns comentários sobre a categoria “adolescência” nos tempos de hoje.

Em consonância com as propostas aqui apresentadas, Canavêz e Câmara (2020) consideram a adolescência como um momento lógico da construção de si, cuja operação fundamental é a passagem dos ideais parentais como referência para aqueles disponíveis na cultura. Assim, a adolescência é entendida essencialmente como uma experiência que problematiza o laço social, uma vez que faz a ponte entre os primeiros referenciais da infância e aqueles compartilhados na cultura. Ou, dito de outro modo, como o que faz a passagem do Eu ideal ao ideal do Eu. No entanto, os autores se atentam para o fato de que

a adolescência comporta um inquietante paradoxo: por um lado, o luto dos referenciais que vigoraram na infância propicia um ganho de liberdade, posto que marcado por certa fluidez identificatória; por outro, a passagem do ideal familiar para aquele da cultura vem associada a um inequívoco desamparo, gerando uma angústia que pode se tornar efetivamente perturbadora (Canavêz e Câmara, 2020, p. 270).

Deste modo, conforme Coutinho, o adolescente é particularmente afetado pelo cenário contemporâneo, visto que “a saída da infância impõe ao sujeito um trabalho intensivo de elaboração do laço social a partir das referências simbólicas transmitidas pela cultura e representadas pelos ideais” (2005, p. 19). Desta forma, o enfraquecimento dos grandes ideais e a pulverização das referências identificatórias – seja a partir do pai como referência interna à família ou de outras figuras de referência simbólica no plano da cultura – fazem com que os adolescentes experimentem, de maneira radical, o desamparo decorrente da crise cultural. Assim, ainda segundo Coutinho, “sem pontos de ancoragem evidentes para o ideal do Eu, que propiciem novas identificações, torna-se mais difícil para o adolescente fixar para si próprio um ideal que lhe sirva de referência para encontrar possíveis meios de escoamento libidinal” (2005, p.20). Então, diante dessa maleabilidade identificatória e sua consequente fluidez, a autora considera o adolescente como um sujeito errante, que tem por tarefa se apropriar do laço social na contemporaneidade a partir da elaboração de sua própria filiação.

Em relação a esse mesmo fenômeno, Canavêz e Câmara (2020) dizem que a condição adolescente de estar “desmapeado” – o que faz parte de sua conceitualização como categoria

social – pode ser estendida para todos, independentemente da faixa etária, diante da pulverização dos ideais na pós-modernidade.

Nesse sentido, Calligaris (2000/2014) se refere ao que chamou de uma *cultura adolescente*. Mesmo que o autor tenha escrito suas ideias há mais de vinte anos, pensamos que o cerne de suas concepções em relação a essa cultura adolescente ainda permanece atual. Ao dizer que a adolescência assume a tarefa de interpretar o desejo inconsciente dos adultos, o comportamento dos adolescentes em busca de reconhecimento pode se expressar, a partir da perspectiva do adulto, de diversas formas que refletem de maneira difusa no campo social: sob a forma de sonho, em que o adolescente é a própria atuação de seus desejos; de pesadelo, diante do retorno dos desejos esquecidos; e, por fim, de espantalho, em que os desejos voltam para se vingar de quem os reprimiu. Sendo assim, para tentar ter acesso e reconhecer a própria noção de adolescência, os adultos constroem uma série de imagens sobre o que consideram como uma espécie de patologia: a rebeldia adolescente.

São cinco os tipos imaginários de adolescência descritos por Calligaris (2000/2014), representados pelo adolescente gregário, pelo delinquente, pelo toxicômano, pelo que se enfeia e pelo barulhento. Diante da moratória imposta e da negação de reconhecimento por parte dos adultos, o primeiro tipo circunscreve a tendência à formação de grupos sociais em que os adolescentes se reconhecem mutuamente. Nesses grupos, há “uma integração mais rápida e critérios de admissão claros, explícitos e praticáveis (à diferença do que acontece com a famosa ‘maturidade’ exigida pelos adultos)” (Calligaris, 2000/2014, p. 36). Conforme o autor, eles vão desde uma comunidade de estilo, em que um traço compartilhado caracteriza o grupo a partir de uma imagem – seja esteticamente ou como marca duradoura, tal qual uma cicatriz – até a formação de gangues, em que há um segredo em comum. Assim, na perspectiva de Calligaris (2000/2014), os adultos consideram o gregarismo adolescente como uma forma de insubordinação a eles, já que parecem se bastar entre si, escancarando o espantalho que volta para lembrá-los também de seu desejo de transgressão.

Sobre este primeiro aspecto, acrescentamos que, atualmente – talvez mais que uma estética ou um segredo em comum, como acontecia no início dos anos 2000 – a formação de grupos seja baseada em um *discurso*, que encontra todo tipo de respaldo online, seja ele qual for. Tomemos como exemplo o aumento exponencial das notificações de automutilação e tentativas de suicídio em adolescentes nos últimos anos, discurso que tem sido fomentado tanto no sentido de alerta – com a expectativa de que falar sobre isso reduziria a angústia que os causaria – mas também de um elemento comum, discursivo e imagético, de identificação, principalmente na automutilação. Outro exemplo, que vai contra o potencial danoso deste

último, é a criação de grupos que têm uma causa em comum e unem forças para poder trazer alguns debates à tona, como a violência contra a mulher, homofobia, racismo, entre outros. O gregarismo adolescente, neste sentido, se complexifica ainda mais quando consideramos os algoritmos utilizados pelas redes sociais, que inicialmente foram desenvolvidos para direcionar um determinado público a consumir determinado produto. Assim, há também uma espécie de afunilamento dos ideais aos quais o adolescente tem acesso, o que acaba restringindo os modelos de identificação. Deste modo, ficam em evidência as questões políticas e econômicas relacionadas à formação desses grupos com base em discursos setorializados, especialmente na adolescência.

Seguindo a ordem de apresentação de Calligaris (2000/2014), temos o adolescente delinquente. Ainda na tentativa de obter reconhecimento por parte do adulto e, em geral, em grupos, o autor coloca a delinquência como uma maneira de ter esse mesmo reconhecimento “fora” do pacto social, como um pacto alternativo do grupo. Calligaris (2000/2014) aponta tanto a delinquência “propriamente dita”, organizada, como furtos e roubos, quanto o que chamou de “promiscuidade mais arriscada”, tal qual a prostituição. A delinquência é entendida, assim, como uma resposta à moratória, em que o reconhecimento é imposto de forma violenta, por meio do medo ou da sedução. Além disso, também é uma maneira de satisfazer dois ideais culturais: o de sucesso e riqueza, pela apropriação imediata e real, e o de desejabilidade do próprio corpo.

No entanto, em relação a esse tipo imaginário de adolescência descrito por Calligaris (2000/2014), nos questionamos: é possível falar de um adolescente delinquente quando a particularidade do pacto social no qual se vive tem por ideal essa mesma noção de delinquência? E, ademais, será que roubo e prostituição estão “fora” de todo pacto social? Com essas perguntas, queremos apontar para uma possível subversão da ideia de transgressão mencionada pelo autor. Assim, temos nessa noção de delinquência uma questão delicada, já que só seria transgressor o ato que ocorresse fora do pacto social de um determinado grupo, o que coloca em xeque a ideia de um ideal cultural específico.

Em terceiro lugar, Calligaris (2000/2014) apresenta o adolescente toxicômano. Compreendida como uma das visões mais problemáticas da adolescência, na perspectiva do adulto, o uso de drogas está associado a uma série de questões. Além de ser uma espécie de atuação do desejo de toda uma geração precedente – daqueles que foram adolescentes nas décadas de 1970 e 1980, pressupomos –, a interdição seletiva do tabaco e do álcool é vivida como uma forma de infantilização pelo adolescente, já que é permitida aos adultos. Ademais, o uso de drogas parece quebrar a regra de funcionamento do desejo, uma vez que é o objeto

cuja promessa é de satisfação plena, mesmo que momentânea. Assim, Calligaris sintetiza dizendo que “A droga é um objeto moral. Não só porque pode matar o usuário, mas porque – tão grave quanto isso – ela pode matar seu desejo” (2000/2014, p. 48). Por fim, o autor enfatiza a importância da tentativa de reabilitação nesses casos – seja da delinquência, da prostituição ou do uso de drogas – já que ela implica o reconhecimento de que há verdade no perigo sofrido. Então, conclui dizendo que “É isso que almejam todas as condutas extremas da adolescência transgressora: convencer o outro de que a vida do adolescente não é nenhum limbo preparatório; ela está acontecendo de verdade, como a vida adulta” (Calligaris, 2000/2014, p. 49).

O quarto tipo de representação imaginária da adolescência é o ato de se enfeiar, conforme denomina Calligaris (2000/2014). O adolescente que se enfeia utiliza a estética adolescente como uma forma de se destacar, fortalecer os laços com o grupo e desafiar as normas estabelecidas pela sociedade adulta. Nesse contexto, a expressão estética representa simultaneamente uma negação da sexualidade e uma recusa à busca pela desejabilidade conforme os padrões sociais convencionais. Essa atitude funciona, assim, como um escudo protetor contra olhares que possam não considerá-lo desejável, o que acaba por reiterar o ideal de desejabilidade a partir de sua negação explícita. A feiúra, portanto, assume a forma de um exibicionismo audacioso e um erotismo que foge às normas estabelecidas. É importante salientar, por fim, que tais transgressões estéticas não são meramente uma expressão de rebeldia, mas também uma tentativa de encontrar algum conforto na reação indignada ou chocada dos adultos. Em última instância, o adolescente busca ser reconhecido como muito adulto, desafiando a própria noção de maturidade.

Finalmente, o último tipo imaginário é representado pelo adolescente barulhento. Imerso no mundo dos filmes – ou dos vídeos do *TikTok*, para sermos mais atuais – que compartilha com os adultos, o adolescente barulhento revela como a imitação e a idolatria desempenham papéis essenciais na socialização contemporânea, abrangendo tanto os próprios adolescentes quanto os mais velhos. Nesse sentido, talvez este seja o tipo que mais se aproxima dos ideais culturais mais explícitos na contemporaneidade, uma vez que está baseado diretamente na forma de se expressar do adolescente.

Calligaris (2000/2014) já apontava que esse fenômeno é particularmente evidente na tendência dos adolescentes de se tornarem os maiores fãs de vídeos. O autor diz que as figuras que protagonizam esses vídeos são como personagens em busca de seus próprios destinos, tornando-se perfeitas para que os adolescentes se identifiquem com elas. Isso permite que os adolescentes adotem gestos, estilos e aparências sem necessariamente comprar

uma narrativa preestabelecida ou, ainda pior, uma vida já traçada. A música, por sua vez, oferece ainda mais liberdade, pois evoca emoções e atitudes sem impor uma história definida. Como resultado, o adolescente vive imerso em uma trilha sonora constante, que o inspira a compor sua própria identidade, associando-se a diferentes estados de espírito. Ora, qualquer semelhança com as *dancinhas* viralizadas nas redes sociais atualmente talvez não seja mera coincidência: sem essa narrativa ou qualquer tipo de definição apriorística, não só o adolescente, mas também o adulto, apenas reproduz e performa um movimento. Por fim, neste sentido, Calligaris conclui que

Em todas as suas tentativas de desafiar e provocar, o adolescente encontra uma dificuldade: por mais que invente maneiras de se enfeiar, de se distanciar do cânone estético e comportamental dos adultos, a cada vez, rapidamente, a cultura parece encontrar jeitos de idealizar essas maneiras, de transformá-las em comportamentos aceitos, até desejáveis e invejáveis. Ou seja, o adolescente descobre que sua rebeldia não para de alimentar os ideais sociais dos adultos (2000/2014, p. 53).

Deste modo, tendo a liberdade e autonomia como valores hegemônicos ancorados no hiperindividualismo característico da cultura de consumo neoliberal, no século XX, *a adolescência se torna, ela própria, um ideal cultural*. Na condição de moratória em que o adolescente se encontra, excluído da vida adulta, Calligaris (2000/2014) argumenta que ele acaba por encarnar o maior sonho de nossa cultura: o sonho de liberdade. Assim, o autor diz que “por tentar dispensar a tutela dos adultos, a rebeldia adolescente se torna uma encenação do ideal cultural básico. Por esse motivo, as condutas adolescentes em todas as suas variantes se cristalizam, se fixam e se tornam objeto de imitação” (Calligaris, 2000/2014, p. 57). Desta forma, vê-se a replicação da lógica do consumo para aspectos mais amplos, como os imperativos de prazer individual absoluto e a necessidade de satisfação imediata, onde não há lugar para a falta, de maneira quase generalizada na cultura.

Partindo do mesmo argumento sobre a expansão da cultura do consumo, compreendendo que esta visa a criação de necessidades e públicos específicos, Canavêz e Câmara (2020) destacam a questão da formação de grupos na adolescência contemporânea. Conforme já dissemos, à medida que os adolescentes tentam substituir suas referências parentais iniciais, eles procuram encontrar identidade e pertencimento em grupos que muitas vezes compartilham apenas alguns traços em comum. Assim, os autores salientam que esses grupos, frequentemente espontâneos, revelam a ausência de um líder ou de regras específicas. Em vez disso, eles se baseiam em laços fraternais de socialização, escapando das dinâmicas familiares privadas e das estruturas disciplinares como a escola, que impõem normas aos adolescentes. Notavelmente, plataformas de mensagens como o WhatsApp e outras redes

sociais ganharam destaque como espaços onde essas formas singulares de socialização ocorrem. Então, Canavêz e Câmara (2020) concluem que esses laços parecem ser imediatos, miméticos e insubmissos em relação à hierarquia tradicional do laço com um líder.

Neste sentido, retomamos a noção de função fraterna proposta por Kehl (2000), na qual a autora caracteriza o laço social contemporâneo a partir de uma “circulação horizontal”,

em que a transmissão de saberes e de experiências, a produção discursiva, a criação de fatos sociais relevantes e instâncias intermediárias de poder se dão preferencialmente no campo dos encontros com e embates entre semelhantes, e a submissão voluntária aos discursos de autoridade é relativizada inclusive pela própria multiplicidade de enunciados de saber (Kehl, 2000, p. 44).

Ora, a cultura adolescente parece ter se apropriado das formas de se relacionar no laço social contemporâneo, ainda mais com as “novas” maneiras de se comunicar que o mundo virtual proporciona. É sob essa perspectiva, então, que Coutinho (2005) afirma que o adolescente, ele mesmo, revela e é afetado pelo sintoma social contemporâneo, concluindo que o *ideal cultural da adolescência é o próprio sintoma social da contemporaneidade*. Assim, podemos caracterizar a centralidade da adolescência enquanto fenômeno que expressa as particularidades das subjetividades de nossa época, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Isso porque, conforme o exposto, “a operação da adolescência reedita a própria constituição do sujeito humano a partir de um simbólico que lhe antecede” (Coutinho, 2009, p.140), o que coloca diretamente em xeque a questão dos ideais e do próprio laço social. Sendo assim, a investigação da adolescência como experiência na contemporaneidade seria privilegiada para compreender os impasses do laço social, já que transcende uma pretensa faixa etária ou ainda uma categoria social. Nas palavras de Canavêz e Câmara, “é como se, através da experiência adolescente, o laço social contemporâneo ficasse (escancaradamente) em evidência” (2020, p. 273).

Deste modo, problematizar uma perspectiva adultocêntrica e se voltar para a experiência adolescente poderia nos dar pistas sobre como esses sujeitos – por excelência contemporâneos – estão buscando saídas para lidar com a angústia decorrente desses impasses. Neste sentido, questiona-se se a fraternidade não teria se tornado o elemento central do laço social contemporâneo, caracterizado por uma horizontalidade em contraste com abordagens mais transcendentais. Assim, as transgressões ocorreriam não tanto em relação à Lei, mas sim às pequenas proibições arbitrárias impostas por aqueles que ocupam um lugar de poder comprometido com a manutenção de ideais disciplinares. Deste modo, nem sempre uma transgressão, mesmo que pareça se desviar das normas culturais, é, em si, uma perversão. Kehl diz que “A desobediência civil coletiva, organizada e atuada em nome de ideais

alternativos aos vigentes (sustentados pelo pai / pela tradição), pode ser transformadora da cultura e se tornar legítima se for capaz de renovar os termos do pacto civilizatório” (2000, p. 44). Os laços estabelecidos pelos adolescentes neste cenário permitiriam, então, superar a natureza autoritária das conexões sociais verticalizadas tradicionais da modernidade, abrindo assim caminhos para abordagens mais criativas e flexíveis (Canavêz e Câmara, 2020; Coutinho, 2009; Kehl, 2000).

A partir do exposto, podemos, finalmente, retomar e sintetizar as duas direções de análise propostas neste trabalho. De um lado, temos o adolescente na cultura nos tempos de hoje, cujos tipos imaginários ainda encontram algum respaldo nas descrições feitas por Calligaris (2000/2014). Mantêm-se a afinidade adolescente na formação de grupos com semelhantes – seja pessoal ou virtualmente – e um olhar pelo menos curioso, talvez até tentador, em relação às pequenas transgressões, especialmente estéticas. Quando essas transgressões deixam de ser pequenas, entretanto – como no uso abusivo de substâncias psicoativas ou quando há delitos envolvidos – o mundo adulto há que continuar atento para o pedido de reconhecimento e de socorro subjacente a esses atos, pensando não somente na adolescência enquanto momento do desenvolvimento, mas em toda a estrutura social que os circunscreve.

Além disso, parece-nos que determinados elementos-chave têm alterado a forma como esses tipos imaginários de adolescência se expressam. Considerando que o cenário no qual o autor escrevia era o do início do milênio, talvez a principal mudança tenha ocorrido em relação à velocidade, ao alcance e ao acesso aos veículos de comunicação. O uso de *smartphones* e a possibilidade de contato virtual com praticamente qualquer coisa ou pessoa impactam, no mínimo, em como ocorre a circulação horizontal de discursos mencionada por Kehl (2000). Como dissemos, a dinâmica nos parece a mesma – no sentido das identificações como base para a formação de grupos, tal qual propôs Freud (1921/2023) – mas as possibilidades e a velocidade com que isso acontece parece ter aumentado com as redes sociais e a internet de maneira geral.

Neste sentido, o conteúdo das condutas adolescentes também não parece ter mudado tanto assim. Os adolescentes continuam a dizer “eu não sou isso” às gerações precedentes na busca por uma identidade própria, o que muda são as palavras. Basta mencionar como o discurso sobre o “conflito de gerações” tem circulado ultimamente: os *millennials*, ou geração Y – que é a minha, de pessoas nascidas entre 1980 e 1994 – têm sido chamados de “cringe” pela geração Z, composta por aqueles que nasceram entre 1995 e 2010. As mudanças de geração são relacionadas, justamente, ao uso de tecnologias ao longo da vida, sendo que a

geração Y não nasceu já no mundo digital, mas foi se desenvolvendo junto com ele. O verbo “to cringe” vem do inglês e significa “encolher-se” diante de um sentimento negativo, como medo ou angústia. É o que a minha geração entendia como “vergonha alheia” ou “pagar mico”. A lista de comportamentos “cringe” é longa e vai desde gostar de café, usar emojis em mensagens, pentear o cabelo para o lado, ser fã de Friends ou Harry Potter, até usar sapatilhas e pagar boletos (Oliva, 2021). Notamos que as expressões específicas dos adolescentes mudam e as palavras para se referir a elas também, mas a negação dos ideais prévios – não os parentais, mas os culturais de maneira geral – continua. É possível, inclusive, que utilizar a palavra “cringe” já seja cringe.

Por outro lado, finalmente, temos uma cultura adolescente, em que as imagens que sustentam os ideais culturais são fluidas, ainda que sigam representando as mesmas coisas, como os ideais de liberdade, autonomia e sucesso. Assim, tal qual o adolescente vai experimentando o que lhe cabe para compor sua identidade – seja material ou ideologicamente – também determinados grupos sociais mais amplos vão estabelecendo ancoragens mais maleáveis para seus ideais. Ora, esta maleabilidade muito interessa àqueles que fazem girar a roda do capital. É neste sentido que podemos falar em uma cultura adolescente, como essencialmente circunscrita a outra mais ampla: a cultura do consumo neoliberal contemporânea.

No entanto, ao mesmo tempo que esse movimento também faz circular horizontalmente saberes e experiências que possibilitam novas formas de organização social, renovando o pacto simbólico da cultura, ele pode ter por consequência seu oposto. Deste modo, expressões dogmáticas e reacionárias surgem na pós-modernidade como uma forma de tentar reaver essa imagem paterna perdida, fazendo emergir o que Melman chamou de um fascismo voluntário, o qual “não é imposto por um líder ou uma doutrina, mas [por] uma aspiração coletiva ao estabelecimento de uma autoridade que aliviaria da angústia, que viria enfim dizer novamente o que se deve e o que não se deve fazer” (2003, p. 38). Poderíamos pensar, então, que essa antítese também faz parte do desejo recalcado dos adultos, que os adolescentes por vezes encenam, de que haja ali uma figura imaginária forte o suficiente que seja capaz de aplacar o desamparo.

De qualquer maneira, não é nosso intuito um aprofundamento nas questões relacionadas à pós-modernidade em específico, mas nas relações entre adolescência e a cultura, de maneira geral. Sobre a contemporaneidade, entretanto, não podemos deixar de apontar para o quão entrelaçada ela está com o que compreendemos por adolescência nos tempos de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, procuramos destacar o complexo de Édipo como articulador psicossocial do desenvolvimento, o que fica evidente principalmente no momento da adolescência. Foi no contato com a cultura, assistindo à peça de Sófocles, que Freud se baseou para criar esse conceito, o qual veio a ser o eixo central da psicanálise desde seus primórdios, sendo discutido e revisitado até hoje. Assim, desde o princípio, Freud se preocupou em demonstrar a universalidade do que percebia em sua autoanálise e na escuta de seus pacientes: a sexualidade infantil (do menino) expressa por meio do amor pela mãe e da rivalidade com o pai.

Destarte, no intento de demonstrar sua universalidade, a leitura freudiana do mito de Édipo ficou associada à ideia de um destino trágico, tanto individual quanto coletivamente. Deste modo, diante da interdição do incesto e da proibição do parricídio – que, ao mesmo tempo, são instituídas e instituem a cultura, de acordo com o que Freud descreve em seus textos sociais – a humanidade está fadada à gestão do mal-estar decorrente dessas renúncias pulsionais. Neste sentido, a mitologia edípica é lida como uma tragédia de destino em que o personagem tenta, mas não consegue fugir do que foi predeterminado pelos deuses, estabelecendo, então, um paralelo com as determinações inconscientes. No entanto, uma outra leitura do mito também é possível, o que muda a perspectiva de destino apresentada por Freud. Sob a ótica de uma tragédia de caráter, proposta alicerçada por referenciais mais lacanianos, a dimensão das escolhas é posta e enfatiza a responsabilidade do sujeito ético em sua história. Assim, a trama edípica não deixa de ser trágica, mas há uma mudança no eixo de suas determinações, que passam de um aspecto transcendente para outro centrado no sujeito.

Seja com Freud ou com Lacan, o complexo de Édipo é o sustentáculo de suas concepções de constituição subjetiva no âmbito do desenvolvimento. Acompanhando o percurso freudiano, notamos como a construção da própria teoria psicanalítica compreende, dentre outros aspectos, tentativas de dar contorno e aprofundamento ao conceito. Isso ocorre a tal ponto que Estevão (2017; 2021) divide a obra freudiana em três momentos, a partir de sua elaboração conceitual: primeiramente o complexo de Édipo *clínico*, depois *cultural* e, por fim, *constitutivo*, no qual é incorporado definitivamente na constituição da personalidade. Embora Freud não tenha chegado a apresentar o complexo de Édipo de forma sistemática em seus escritos, até o final de sua obra seguiu com sua elaboração, principalmente no que se refere à temática da feminilidade.

Lacan, por sua vez, propõe um retorno a Freud e faz uma releitura que subverte os paradigmas interpretativos que vigoravam até então. Fundamentado nas tradições estruturalistas e pós-estruturalistas, a teoria lacaniana reconfigura a noção de sujeito e posiciona a psicanálise como um saber e uma prática centrados nos efeitos da linguagem e do sentido. A partir disso, o complexo de Édipo em Lacan se expande em relação ao freudiano, sendo compreendido em três tempos lógicos, no qual apenas o último coincide com aquele designado por Freud. Ademais, é com Lacan que fica enfatizada a questão da identidade sexual, para além das escolhas de objeto, como foi mais explicitamente o foco freudiano.

É notável, portanto, que na teoria de ambos os autores o complexo de Édipo se coloca em evidência, ainda mais porque é em torno dele que a sexualidade infantil se constitui. Contudo, tentamos demonstrar como esse destaque só vai até certo ponto: a eclosão da puberdade. Em sua teoria psicosssexual do desenvolvimento, Freud descreve a fase genital como equivalente à sexualidade adulta e, já nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016), menciona que, a partir de então, há a revivescência das fantasias edípicas da infância. Porém, especificamente sobre a puberdade, Freud não fala muito mais do que isso. O mesmo acontece com Lacan, que a confirma como um momento decisivo na constituição psíquica, mas parece atravessar rápido demais para a vida adulta e as discussões acerca das estruturas clínicas. De qualquer forma, ainda que mínimo, o enfoque recai sobre a puberdade em seu aspecto corporal a partir das mudanças fisiológicas, mas não na adolescência enquanto momento de vida socialmente estabelecido.

Deste modo, ainda sob a perspectiva freudo-lacaniana, mas também com o aporte de outros autores, entendemos que o momento da reedição edípica pode ser considerado como um outro tempo do complexo de Édipo. Esse tempo envolve uma dinâmica que não é restrita ao corpo biológico, mas necessariamente leva em conta a inserção na cultura, para além do âmbito familiar. Assim, se o trabalho edípico consiste em transformar o investimento libidinal nas figuras parentais em identificação, sua reedição apresenta uma dupla tarefa: primeiramente, poder declarar tais identificações e, portanto, compartilhá-las culturalmente; em segundo lugar, transformá-las novamente em amor, buscando parcerias possíveis e não incestuosas para o exercício da sexualidade. Desta forma, a reedição edípica seria um tempo de reafirmação, imaginária e simbólica, das escolhas feitas pelo sujeito diante da inscrição do Nome-do-Pai, em que a identidade sexual, as escolhas de objeto e a própria estrutura subjetiva poderiam ganhar significação.

Neste sentido, a adolescência – compreendida em sua perspectiva histórica, como conceito socialmente construído – passa a ser um momento privilegiado na análise da

articulação entre desenvolvimento e cultura. Tomando o complexo de Édipo justamente como esse articulador, temos o entrelaçamento entre as dimensões singular, particular e universal ao considerar que, na trajetória singular do sujeito, este estará referido a aspectos particulares de uma determinada cultura. Assim, diante do rearranjo das identificações, próprio a esse momento, é na cultura que o adolescente encontrará os significantes que lhe cabem na formação de sua identidade, isso porque esta escolha precisa estar “fora de casa” para que não seja incestuosa. Deste modo, independentemente das escolhas a serem feitas, sejam elas na esfera da identidade sexual ou da escolha de objeto, é necessário que as funções materna e paterna tenham recaído sobre esse sujeito, caso contrário não há escolha.

Retomamos, então, nossa primeira hipótese de que a reedição edípica se configura como um quarto tempo do complexo de Édipo, no qual há uma escolha sexuada a ser feita. Não que as escolhas anteriores, que determinam a estrutura do sujeito, não sejam sexuadas, no sentido de referidas à sexualidade tal como compreendida por Freud, mas essa fica voltada explicitamente para o sexo da parceria amorosa, seja ela qual for. Da mesma forma, como já dissemos, junto à definição da estrutura e seus sintomas, há a reafirmação de uma identidade sexual que precisa ser declarada para que seja reconhecida igualmente como sexuada. Assim, neste quarto momento, considerando o adolescente na cultura, a constituição subjetiva vai ao encontro, via identificação, dos significantes compartilhados como ideais, o que vai compondo uma multiplicidade de narrativas sobre essas escolhas.

Já em relação ao nosso segundo eixo de análise, sobre uma cultura adolescente, compactuamos com Calligaris (2000/2014) quando o autor aponta a adolescência como um mito, inventado em meados do século XX. O mito, neste sentido, está de acordo com o que disse Lacan. Segundo Souza e Rocha

Lacan define o mito como uma expressão imaginária das relações fundamentais características do modo de ser humano em uma determinada época [...]. Ele é um legado cultural e social, mas que se inscreve individualmente e contempla, ao mesmo tempo, um aspecto coletivo e singular, pondo em destaque os paradoxos da subjetividade situada e construída na fronteira entre o eu e o outro (2009, p. 202).

Desta maneira, ao analisar a estrutura do mito, Lacan (1956-1957/1995) o entende como um recurso narrativo que se relaciona às noções de verdade e ficção. Uma vez que a verdade não pode ser apreendida e nem dita completamente, o mito surge como uma ficção na qual a verdade se encontra velada. Em suas palavras:

Essa ficção mantém uma relação regular com alguma coisa que está sempre implicada por trás dela, e da qual ela porta, realmente, a mensagem formalmente indicada, a saber, a verdade. Aí está uma coisa que não pode ser

separada do mito. [...]. A verdade tem uma estrutura, se podemos dizer, de ficção (Lacan, 1956-1957/1995, p. 258-259).

No entanto, talvez a verdade que esteja velada na adolescência, entendida como mito, contenha algum componente a mais do que aqueles presentes em seu surgimento, no pós-guerra. Ora, dissemos que a identidade também é uma ficção, mas que tem seu valor de verdade na medida em que é reconhecida e também permite reconhecer o outro. Sendo assim, propomos resgatar o mito de Édipo, enquanto narrativa de origem, entendendo-o como uma espécie de protótipo para a “missão” adolescente. Sem saber muito bem para onde estava indo, Édipo foi guiado, ao mesmo tempo, por seu desejo – de saber a verdade sobre sua origem, além de um desejo propriamente sexual – e pela sina que lhe foi deixada por seus pais. Do mesmo modo, o adolescente na contemporaneidade é um sujeito errante que busca elaborar sua própria filiação diante do afrouxamento dos referenciais simbólicos. Então, se o momento da reedição edípica é aquele em que as identificações constituintes da subjetividade podem ser declaradas e compartilhadas culturalmente, isso só pode ocorrer, igualmente, por meio de uma formação mítica que afirme uma identidade.

Neste sentido, tanto a identidade quanto o mito, embora sejam ficções, têm seu valor de verdade quando colocados como narrativas compartilhadas. Assim, no percurso adolescente, é como se poder falar de sua história – sua origem e sua família – ao mesmo tempo pudesse reafirmar e reconhecer esse lugar de origem e, enfim, possibilitar sua saída em busca de outros ideais compartilhados na cultura. Contudo, considerando a adolescência como mito ou sintoma contemporâneos, essa relação que se estabelece com a narrativa de origem pode ser expandida para diversos outros campos. Mencionamos, por exemplo, a luta pelos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, que é uma luta, precisamente, pelo reconhecimento de uma identidade legítima. Assim, como corolário do contemporâneo, torna-se cada vez mais notória a apropriação de uma narrativa de si, na qual a sexualidade se apresenta como protagonista. Portanto, a própria cultura adolescente que valoriza a experimentação de ideais particulares e, a partir disso, vai criando narrativas constituintes de uma identidade não cristalizada ou naturalizante, pode ser considerada como uma formação mítica característica de nosso tempo.

Deste modo, reafirmamos a segunda hipótese desta dissertação, que buscou caracterizar os elementos de uma cultura adolescente, que é própria ao laço social contemporâneo, configurando-se também como um mito pós-moderno. Assim, diante do enfraquecimento dos grandes ideais e da pulverização das referências simbólicas, a busca por uma identidade parece ter ultrapassado os limites etários da adolescência. Então, não somente

durante esse momento, mas também na vida adulta, compartilhar a própria história e narrar suas origens parece reafirmar uma identidade e o reconhecimento da alteridade, ao passo que também possibilita a busca por ideais culturais para além do âmbito familiar, contribuindo, desta forma, para a tecitura do laço social.

A partir das ideias e articulações teóricas contidas nesta dissertação, esperamos abrir brechas para outras possibilidades e concepções na clínica psicanalítica com adolescentes. Buscamos ir além de um discurso que considera a adolescência como difícil e o adolescente como irresponsável ou imaturo. Ao contrário, entendemos que a adolescência é um momento privilegiado de experimentações que fomentam e são fomentadas pelo laço social. Neste sentido, intervenções que se valham de recursos narrativos em que os adolescentes possam expressar seu protagonismo como sujeitos desejantes podem ganhar novas formas. Assim, tanto a família como a cultura podem ser tomadas como fontes discursivas sobre as quais o adolescente se constitui, ampliando as possibilidades de intervenção. Por fim, salientamos a potência do trabalho analítico, principalmente em grupo, em dispositivos como os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis, nos quais os encontros entre cultura e o sujeito adolescente podem acontecer em ato. Sugerimos, neste sentido, um aprofundamento nas pesquisas tanto empíricas quanto teóricas nessa temática.

Finalmente, para concluir, quero retomar *O apanhador no campo de centeio* (1951/1999). Entendemos ao longo da narrativa que o personagem sofreu um “esgotamento” e precisou se recuperar – possivelmente em alguma espécie de clínica psiquiátrica – na qual encontrou um psicanalista que o convidou a contar sua história. No final do livro, Holden diz:

Uma porção de gente, principalmente esse cara psicanalista que tem aqui, vive me perguntando se eu vou me esforçar quando voltar para o colégio em setembro. Na minha opinião, isso é o tipo de pergunta imbecil. Quer dizer, como é que a gente pode saber o que é que vai fazer, até a hora em que *faz* o troço? A resposta é: não sei. *Acho* que vou, mas como é que eu posso saber? Juro que é uma pergunta cretina (Salinger, 1951/1999, p. 205).

Concordo com Holden que a pergunta pode ser um tanto pretensiosa, mas ainda assim também insisto em fazê-la. Talvez não seja possível *saber* a priori sobre si, principalmente no início da jornada, até e durante a adolescência. As decisões do ser são insondáveis, já vimos. Mas é possível contar uma história que circunscreve essas escolhas e, assim, delimitar um caminho que seja próprio, singular. Foi o que fez Holden, ao relatar seu percurso cheio de encontros e desencontros. Segundo Fontes, “Submetendo-se a um trabalho psicanalítico, Holden cai em si, retoma o processo do seu desenvolvimento como indivíduo e *narra* sua história. Estruturando uma narrativa, adquire a compreensão de si mesmo. Subjetiva-se” (2017, p. 100).

Não que seja necessária uma análise para que o sujeito possa falar sobre si e constituir sua identidade, por mais imaginária que seja. Mas é necessário que encontre um interlocutor que possa o reconhecer, ao mesmo tempo, como outro e como semelhante. Isto é, que possa compartilhar seus aspectos singulares dentro de um campo simbólico particular. Foi isso que fez Salinger ao escrever seu livro. É o que eu tento fazer, também, ao escrever este trabalho e ouvir as tantas coisas que os adolescentes têm a dizer.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio (1970). *Adolescência normal*: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.

ABRAHAM, Karl (1924). Breve estudo do desenvolvimento da libido, visto à luz das perturbações mentais. In: ABRAHAM, Karl. *Teoria psicanalítica da libido*: sobre o caráter e o desenvolvimento da libido. Rio de Janeiro: Imago, 1970, p. 81-160.

ALBERTI, Sonia. *O adolescente e o Outro*. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

AMARAL, Mônica Guimarães Teixeira do. Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade: um texto perdido em suas sucessivas edições? *Psicologia USP*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 63-84, 1995. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771995000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 ago. 2022.

ASPESI, Cristina de Campos; DESSEN, Maria Auxiliadora; CHAGAS, Jane Farias. A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA JUNIOR, Anderson Luiz (org). *A ciência do desenvolvimento humano*: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2008. p.19-36.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 11 jan. 22.

BEE, Helen; BOYD, Denise. *A criança em desenvolvimento*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CAMPOS, Érico Bruno Viana. A posição singular da psicanálise no campo de saberes e práticas psicológicas. In: A. A. L. Ferreira (org.), *A pluralidade do campo psicológico* (p. 149-179). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

CAMPOS, Érico Bruno Viana. Figuras da alteridade e posições éticas na obra de Freud. *Impulso*, 21(52): p. 19-29, 2011.

CAMPOS, Érico Bruno Viana. Sublimação e Violência: destinos da pulsão no social. In: MOUAMMAR, Christiane Carrijo Eckhardt; CAMPOS, Érico Bruno Viana (Orgs.). *Psicanálise e Questões da Contemporaneidade - I*. 1. ed. Curitiba: CRV; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 133-148.

CAMPOS, Érico Bruno Viana. *Limites da representação na metapsicologia freudiana*. São Paulo: EDUSP, 2014.

CAMPOS, Érico Bruno Viana. Constituição do Eu e Identificação Narcísica: o debate de Freud, Ferenczi e Abraham acerca da melancolia. *Sofia* (UFES, Vitória)., v. 9, n. 2, p. 12-42, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/31981/22583>. Acesso em 05 maio 2023.

CAMPOS, Érico Bruno Viana. Delineamento de Pesquisa no Campo Psicanalítico: uma Proposição Sintética. *Psicologia Clínica* (PUC-RJ), v. 33, n. 3, p. 487-505, 2021. Disponível em: http://www.psi.puc-rio.br/site/images/psi_puc/publicacoes/psi3303.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

CAMPOS, Érico Bruno Viana; SERTORI, Débora Regina; TURATO JUNIOR, Ercílio Domingos. Desamparo contemporâneo e violência fundamental: uma leitura psicanalítica. *Psicologia em Revista*, v. 27, n. 1, p. 58-77, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2021v27n1p58-76>. Acesso em 20 ago. 2023.

CANAVÊZ, Fernanda; CÂMARA, Leonardo. O laço social contemporâneo a partir da experiência adolescente. *Estilos da Clínica: revista sobre a infância com problemas*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 264-279, ago. 2020. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i2p000264-279>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CALLIGARIS, Contardo (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2014.

CHASSAING, Jean Louis (1996). “Mais tarde” é agora! In: CORRÊA, Ana Izabel (org.). *Mais tarde... é agora! Ensaaios sobre a adolescência*. Tradução de Ana Izabel Gomes Corrêa, com a colaboração de Ivan Corrêa. Salvador: Ágalma, 2021. E-book.

COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. A noção de objeto na psicanálise freudiana. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 4, n. 4(2), p. 37-49, jul. 2001.

CORSO, Diana Myriam Lichtenstein. Édipo, latência e puberdade: a construção da adolescência. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, v. 23, n. 10, p. 18-30, 2002. Disponível em: <https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista23.pdf#page=16>. Acesso em 20 maio 2023.

COSSI, Rafael Kalaf. Lacan e o feminismo: a diferença dos sexos. São Paulo: Zagodoni, 2020.

COSTA, Teresinha. *Édipo*. Coleção Psicanálise Passo-a-Passo, n. 89. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COSTA, Ana; POLI, Maria Cristina. Sexuação na adolescência: um ato performativo. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 141-150, jan. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 jul. 2023.

COUTINHO, Luciana Gageiro. *Ilusão e errância: adolescência e laço social contemporâneo na interface entre a psicanálise e as ciências sociais*. 2002. Orientadora: Claudia Amorim Garcia. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 22 fev. 2002.

COUTINHO, Luciana Gageiro. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 18(181), p. 13-19, 2005. Disponível em: <https://btux.com.br/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/Adolesc%C3%Aancia-na-contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

COUTINHO, Luciana Gageiro. Adolescência, cultura contemporânea e educação. *Estilos da Clínica*, v. 14, n. 27, p. 134-149, 2009.

DELAROCHE, Patrick (1996). Do falo ao sexo e vice-versa: os paradoxos da adolescência. In: CORRÊA, Ana Izabel (org.). *Mais tarde... é agora!* Ensaios sobre a adolescência. Tradução de Nanette Zmeri Frej. Salvador: Ágalma, 2021. E-book.

DOR, Joël. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DOR, Joël. *Estruturas e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Livrarias Taurus-Timbre Editores, 1991.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde* (Online), p. 6-7, 2005.

ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ESTEVÃO, Ivan Ramos. *A teoria freudiana do complexo de Édipo*. São Paulo: Escuta, 2017. (Margens: psicanálise, cultura e política).

ESTEVÃO, Ivan Ramos. *O complexo de Édipo*. São Paulo: Aller, 2021. (Fundamentos da Psicanálise).

FONTES, Maria Helena de Souza. A dimensão narrativa na análise de adolescentes: O apanhador no campo de centeio. *Jornal de Psicanálise*, v. 50, n. 92, p. 99-110, 2017.

FRANCISCATO, Maria Cristina Rodrigues da Silva. Acaso, destino e caráter em Édipo Rei, de Sófocles. *Ide*, São Paulo, v. 41, n. 67-68, p. 15-23, dez. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062019000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jan. 2023.

FREUD, Anna (1937). *O ego e os mecanismos de defesa*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREUD, Anna. *Infância normal e patológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1971.

FREUD, Sigmund (1895 [1950]). Projeto para uma psicologia científica. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund (1900). *A interpretação dos sonhos*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FREUD, Sigmund (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Obras completas; 6).

FREUD, Sigmund (1910). Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens. In: *Amor, sexualidade, feminilidade*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund (1912). A dinâmica da transferência. In: *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relato em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre a técnica e outros textos* (1911-1913). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas; 10).

FREUD, Sigmund (1913). *Totem e tabu*: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Companhia, 2013. (Grandes Ideias).

FREUD, Sigmund (1914a). Sobre a psicologia do colegial. In: *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (1912-1914). Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas; 11).

FREUD, Sigmund (1914b). Introdução ao narcisismo. In: *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos* (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas; 12).

FREUD, Sigmund (1916). Desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In: *Amor, sexualidade, feminilidade*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund (1917). Considerações sobre desenvolvimento e regressão. Etiologia. In: *Conferências introdutórias à psicanálise* (1916-1917). Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras completas; 13).

FREUD, Sigmund (1920). Além do princípio do prazer. In: *História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos")*: além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund (1921). Psicologia das massas e análise do Eu. In: *Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund (1923a). Organização genital infantil. In: *Amor, sexualidade, feminilidade*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund (1923b). O Eu e o Id. In: *O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos* (1923-1935). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras completas; 16).

FREUD, Sigmund (1924). O declínio do complexo de Édipo. In: *Amor, sexualidade, feminilidade*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund (1925). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: *Amor, sexualidade, feminilidade*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund (1927). O futuro de uma ilusão. In: *Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund (1930). O mal-estar na cultura. In: *Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund (1931). Sobre a sexualidade feminina. In: *Amor, sexualidade, feminilidade*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund (1933a). Novas conferências introdutórias à psicanálise. In: *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias na psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas; 18).

FREUD, Sigmund (1933b). A feminilidade (Conferência XXXIII). In: *Amor, sexualidade, feminilidade*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund (1940). Compêndio de psicanálise. In: *Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. (Obras completas; 19).

GREENBERG, Jay R.; MITCHELL, Stephen A. (1983). *Relações objetais na teoria psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GREENE, Liz; SHARMAN-BURKE, Juliet. A Casa Real de Tebas: quando se ofende os deuses. In: *Uma viagem através dos mitos: o significado dos mitos como um guia para a vida*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HALL, Stanley Granville. *Adolescence: its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education*. Vol. 2. New York: D. Appleton and Company, 1904. Disponível em: <https://ia600306.us.archive.org/12/items/adolescenceitsps00hall/adolescenceitsps00hall.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023.

KEHL, Maria Rita (Org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

LACAN, Jacques (1938). Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, Jaques (1946). Formulações sobre a causalidade psíquica. In: *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jaques (1948). A agressividade em psicanálise. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques (1956-1957). *O seminário*, livro 4: a relação de objeto. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LACAN, Jacques (1957-1958). *O seminário*, livro 5: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LACAN, Jacques (1972-1973). *O seminário*, livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand (1960). *Vocabulário da Psicanálise*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOUREIRO, Inês Rosa Bianca. Psicanálise e sexualidade: crítica e normalização. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. (orgs.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 81-94.

LOURENÇO, Benito; QUEIROZ, Lígia Bruni. Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência. *Revista de Medicina*, v. 89, n. 2, p. 70-75, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/46276>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MANONNI, Octave (1984). A adolescência é analisável? In: CORRÊA, Ana Izabel (org.). *Mais tarde... é agora! Ensaios sobre a adolescência*. Tradução de Telma Corrêa da Nóbrega Queiroz. Salvador: Ágalma, 2021. E-book.

MASSON, Jeffrey Moussaieff. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess: 1887-1904*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MATHEUS, Tiago Corbisier. *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*. Coleção Clínica Psicanalítica. 3 ed. Belo Horizonte: Artesã, 2020.

MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Tradução: Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

MEZAN, Renato (1987). *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MEZAN, Renato. *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MEZAN, Renato. Subjetividades contemporâneas. In: *Interfaces da psicanálise*. 2ed. São Paulo: Blucher, 2019, p. 257-272.

MORAES, Bruna Rabello de; WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Notas sobre a história da adolescência. *Estilos da clínica: revista sobre a infância com problemas*. São Paulo, Vol. 25, n.2 (2020), p. 280-296, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i2p280-296>. Acesso em: 25 mar. 2022.

OLIVA, Bemfica de. O que é cringe? E millennial? E geração Z? Entenda a discussão que tomou a internet. *Portal O Povo*, 21 jun. 2021. Notícia. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2021/06/21/cringe--millennial--geracao-z--entenda-a-discussao-que-tomou-a-internet.html>. Acesso em 30 ago. 2023

OUTEIRAL, José. *Atendimento psicanalítico de adolescentes*. Série Prática Clínica. São Paulo: Editora Zagodoni, 2017.

PALACIOS, Jesús. O que é a adolescência. In: *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*, v. 1, n. 2, p. 263-272. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento humano*. 12ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

POLI, Maria Cristina. Perversão da cultura, neurose do laço social. *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*, v. 7, p. 39-54, 2004.

PORCHAT, Patricia. O gênero do espelho: verdades e ficções da identidade. In: *Faces do Sexual: fronteiras entre gênero e inconsciente*. Org. Rafael Kalaf Cossi. São Paulo: Aller Editora, 2019.

QUINET, Antonio. *Os outros em Lacan*. Coleção Psicanálise Passo-a-Passo, n. 94. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

QUINET, Antonio. *Édipo ao pé da letra: fragmentos de tragédia e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

REINO, Luiz Moreno Guimarães. *Destino e daímon na psicanálise*. 2018. Orientador: João Augusto Frayze-Pereira. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

RIVERA, Tânia. Por uma psicanálise a favor da identidade. *Revista Cult*, 24 de setembro de 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/por-uma-psicanalise-favor-da-identidade/>. Acesso em 12 jan. 2021.

SALINGER, J. D (1951). *O apanhador no campo de centeio*. 16 ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1999.

SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Desenvolvimento regional em debate*. Ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272174428>. Acesso em: 07 mai. 2022.

SAROLDI, Nina. *O mal-estar na civilização: as obrigações do desejo na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Para Ler Freud).

SÓFOCLES. *A trilogia tebana: Édipo rei, Édipo em Colono, Antígona*. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SOUZA, Ana Amália Torres; ROCHA, Zeferino Jesus Barbosa. No princípio era o mythos: articulações entre Mito, Psicanálise e Linguagem. *Estudos de Psicologia* (Natal), v. 14, p. 199-206, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/7fFhvWmDDwrGmVFDTZyZrJM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20 ago. 2023.

TURATO JUNIOR, Ercílio Domingos. *Freud e Abraham: Um estudo das pulsões e das relações de objeto a partir das fundações da teoria psicanalítica*. 2022. Orientador: Érico Bruno Viana Campos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru, 2022.

VERNANT, Jean-Pierre ; VIDAL-NAQUET, Pierre (1972). *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

VESCHI, Benjamin. *Etimologia de adolescência*. Etimologia: origem do conceito. 2020. Disponível em: <https://etimologia.com.br/adolescencia/>. Acesso em: 25 jul. 2022.